RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
DE TIMOR LESTE
2002

Ukun Rasik A'an

O caminho à nossa frente

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
UN Agency House
Rua de Caicoli
Dili, Timor Leste
Fax: (670 390) 312 408
Email: registry.tp@undp.org
Website: www.undp.east-timor.org

Copyright © UNDP, 2002
Caixas, quadros e gráficos

Tradução:
Eduardo Ferreira, Alexandre Abreu e Sofia Fernandes (CEsA/ISEG/UTLisboa)
Revisão da tradução: António Almeida Serra

A informação contida neste relatório pode ser reproduzida, usada e partilhada sem autorização prévia mas desde que se divulgue esta publicação como fonte e da seguinte forma: Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor Leste 2002, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Dili.

Os valores monetários referem-se a USD salvo indicação expressa em contrário.

Desenho da capa: Publicações Matebian, Baucau, Timor Leste
Fotografia: Lírio da Fonseca

Mensagem do Presidente Eleito de Timor Leste

Na véspera da nossa independência temos muito que celebrar. Libertámos o nosso país e, com o apoio da comunidade internacional e da família das Nações Unidas, estamos a construir um futuro independente assente nos pilares da paz e da democracia.

Da independência devemos agora caminhar em frente para desenvolvermos o nosso país. Temos de escolher qual o caminho mais apropriado para o nosso desenvolvimento. Temos de assegurar que as necessidades básicas do nosso povo são satisfeitas e que as condições de vida são melhoradas.

Recentemente o povo de Timor Leste participou numa consulta nacional notável. Todas as povoações descreveram a sua visão de Timor Leste no ano 2020. Disseram-nos o que esperavam do desenvolvimento do nosso país. A sua visão mostra-nos que estão determinados a melhorar a educação e a saúde.

Ao seleccionarem as três áreas prioritárias de desenvolvimento, 70% da população disse que a educação é a prioridade mais importante para Timor Leste, enquanto que 49% escolheu a saúde. Também falaram da necessidade de melhorar a agricultura e as estradas, do fornecimento de água e de electricidade, de aumentar o emprego e proteger o ambiente. Acima de tudo, estão determinados a participar no desenvolvimento, procurando a satisfação das suas necessidades através do seu envolvimento o mais activo possível.

No entanto, ao desenvolver o nosso país enfrentamos muitos desafios. Mais do que dois em cada cinco timorenses vivem com menos do que 55 cêntimos por dia. A esperança de vida à nascença é apenas de 57 anos. As mulheres morrem desnecessariamente ao dar à luz. Muitas crianças morrem antes de atingirem os 5 anos de idade de doenças que se podem prevenir e de outras doenças. 43% da população é analfabeta. 46% nunca frequentou a escola. Muitos jovens não têm qualificações e estão desempregados.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor Leste contribui para a compreensão dos desafios que enfrentamos e mostra-nos como podemos começar a fazer-lhes face. Juntamente com o Plano de Desenvolvimento Nacional, publicado nas vésperas da nossa independência, mostra-nos como podemos desenvolver cada sector da nossa economia, indo ao encontro das necessidades do desenvolvimento humano.

Temos de assegurar que as estratégias que desenvolvermos se irão concentrar permanentemente na satisfação destas necessidades, de que promoveremos o crescimento económico para melhorar os níveis de vida e reduzir a pobreza.

Durante muitos e longos anos sonhámos com a independência. O nosso sonho tornou-se realidade. Agora temos todos um papel a desempenhar no desenvolvimento do nosso país. O governo, o sector privado, a sociedade civil e as comunidades devem trabalhar para reduzir a pobreza e promover um crescimento económico que seja equitativo e sustentável.

Kay Rala Xanana Gusmão,
Presidente Eleito,
República Democrática de Timor Leste

Mensagem do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, descreveu as concepções que estão por detrás do Relatório do Desenvolvimento Humano como "reflectindo a profunda convicção de que o que importa no desenvolvimento não são as quantidades produzidas mas a qualidade da vida vivida pelos seres humanos".

Na sequência da violência avassaladora despoletada pelo voto maciço a favor da independência em 30 de Agosto de 1999, o povo de Timor Leste viu a sua pátria completamente arruinada e com poucas escolhas em termos da sua qualidade de vida. Foram confrontados com a destruição física de grande parte do país, uma perda significativa de vidas, violações e assaltos, deslocações maciças da população, o colapso total da economia e a destruição ou remoção da maioria da sua herança cultural e memória institucional. Todas as instituições do Estado entraram em colapso– administrativa e fisicamente. A reconstrução, em todos os domínios, teve de começar literalmente do zero.

As Nações Unidas responderam estabelecendo a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), com um mandato de autoridade governamental sem precedentes na sua amplitude. À UNTAET foi dada a responsabilidade pela segurança, lei e ordem, estabelecimento de uma administração eficaz, desenvolvimento dos serviços sociais, fornecimento de ajuda humanitária, apoio à formação de capacidades para um governo autónomo e a assistência na criação de condições para o desenvolvimento sustentável. Enquanto que a UNTAET foi bem sucedida em alguns aspectos do seu mandato, noutros aspectos experimentámos fracos resultados; penso que estes dois últimos anos e meio nos proporcionaram uma experiência com lições para todos.

Na sequência da nossa tarefa mais imediata—a rápida melhoria da situação, o fim da crise humanitária e a estabilização da situação de segurança—, a UNTAET teve de iniciar um dos seus desafios mais dispendiosos e mais mal definidos nos seus contornos: estabelecer instituições de governo e de administração pública ao mesmo tempo que apoiava a criação de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável. É simultaneamente uma desculpa e um facto a constatação de que não nos foi dado nenhum plano escrito e bem definido sobre como levar a cabo estas tarefas altamente complexas.

Politicamente, a UNTAET definiu e executou uma devolução gradual do poder executivo e legislativo aos timorenses, uma tarefa que tem sido um desafio não sem dificuldades. Isto significou manter uma relação em constante evolução entre a UNTAET e as recém-estabelecidas instituições governamentais. Isto levou-nos de um processo meramente de consulta (com o Conselho Consultivo Nacional), passando pelo Primeiro Gabinete de Transição—compreendendo timorenses e membros internacionais—, ao estabelecimento de um corpo proto-legislativo, o Conselho Nacional, integralmente constituído por Timorenses. Veio depois a transformação das instituições governamentais de nomeadas em eleitas: as eleições para a Assembleia Constituinte, um processo totalmente assumido por timorenses de redacção e adopção da Constituição, um Segundo Gabinete de Transição constituído inteiramente por ministros timorenses, uma eleição presidencial e a já iminente independência no dia 20 de Maio. É um percurso notável, apesar de alguns defenderem (e alguns já o fizeram) que se deveria ter andado a um ritmo mais acelerado. Nós, UNTAET e os timorenses, fomos os pioneiros: os sucessos e os erros foram nossos.

Simultaneamente, a UNTAET desenvolveu esforços para estabelecer as instituições da administração pública e de governo. Este processo tem sido dificultado pelos imperativos, conflituosos entre si, da velocidade vs. consulta; de uma obtenção de resulta-

dos substantivos vs. a formação de capacidades de auto-governação; e da criação imediata de *empowerement* vs. a criação de capacidades. Em algumas áreas fomos demasiado ambiciosos e actuámos a um ritmo que pode não ter permitido a criação de bases suficientemente sólidas e duradouras. Um exemplo desta situação é o da área da lei e da ordem, onde um sistema nacional de julgamento, de acusação e de defesa foi rapidamente constituído mas talvez não tão bem apoiado como deveria ter sido através da capacitação e de estruturas institucionais fortes.

É claro que a independência, que está agora ao virar da esquina, chegará antes que todos os objectivos definidos na Resolução 1272 estejam realizados. Por exemplo, o completo desenvolvimento da Função Pública, de uma administração eficaz e o desenvolvimento de serviços públicos demorarão muitos mais anos. Timor Leste deverá agora prosseguir num processo de longo prazo de criação de capacidades nacionais para o desenvolvimento sustentável. Mas ele não o irá fazer sozinho. Terá o apoio dos doadores e de uma missão das Nações Unidas sucessora da UNTAET e de tamanho considerável.

É neste contexto que recomendo a todos os leitores o primeiro Relatório nacional de Desenvolvimento Humano de Timor Leste o qual, espero, dirigirá a reflexão e estimulará o debate sobre o desenvolvimento futuro, assim como atrairá mais apoio dos parceiros do desenvolvimento. O processo de desenvolvimento humano é contínuo, com a UNTAET a desempenhar somente o principal papel desde que o caminho para a criação da nova nação foi inicidado. Naturalmente, o processo está muito longe de ter terminado. No entanto, espero e acredito que a UNTAET foi capaz de lançar as bases para o desenvolvimento, o qual poderá ser medido não somente pelas quantidades produzidas mas também, e acima de tudo, pela qualidade de vida experimentada pelos seres humanos desta nova nação.

O desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos, proporcionando a cada um a oportunidade de tirar o melhor partido das suas capacidades: viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e aceder aos recursos necessários para um nível de vida decente. A disponibilidade destas capacidades de escolha fornece os meios para o usufruto de liberdades políticas, económicas e sociais. Sei que o recém-independente governo de Timor Leste estará pronto e desejoso de tomar a seu cargo o desafio do desenvolvimento sustentável para alcançar progressos na sobrevivência humana, conhecimentos, comunicações e produtividade.

Sérgio Vieira de Mello,
Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Administrador Transitório

Agradecimentos

O PNUD deseja agradecer as contribuições prestadas por vários indivíduos na preparação deste relatório.

Em primeiro lugar, agradecimentos especiais vão para o Professor António Almeida Serra, que foi essencial na organização dos colaboradores e das informações, sugestões, ideias e comentários que deram forma ao conteúdo deste relatório.

O Sr. Júlio Alfaro, o Professor António Francisco, a Sra. Sue Ingram, a Sra. Ana Noronha, o Sr. Alfredo Pires, a Sra. Emília Pires, o Dr. Musunuru Rao, o Professor John Taylor, o Sr. Goran Todorovic e a Sra. Catherine Walker contribuíram com comentários valiosos, pensamentos, sugestões e ideias em vários estádios da preparação do relatório.

O Sr. Omar Noman, a Sra. Sarah Burd-Sharps e o Sr. Claes Johansson do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (HDRO) do PNUD foram extremamente construtivos com os seus comentários e sugestões.

Pelos seus comentários úteis e informações, o PNUD agradece às restantes agências-irmãs das Nações Unidas em Timor Leste, à Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET), à Administração Transitória de Timor Leste (ETTA) e aos seus sucessores, a Administração Pública de Timor Leste (ETPA).

O PNUD deseja igualmente agradecer o trabalho do Sr. Puguh Irawan, que preparou o anexo estatístico trabalhando a partir dos muito limitados dados estatísticos disponíveis sobre Timor Leste. Este anexo também beneficiou dos comentários do Dr. Yosh Azuma.

Equipa de preparação do Relatório

Autores:
Helder da Costa, Antero Bendito da Silva, João Câncio Freitas, Rui Gomes, Bodil Knudsen, Chris McInerney, António Almeida Serra e José Texeira.

Anexo estatístico:
Puguh Irawan.

***Editing* e composição:**
Peter Stalker.

Prefácio

Dá-me grande prazer apresentar o primeiro Relatório nacional do Desenvolvimento Humano de Timor Leste. Parece-me especialmente apropriado que publiquemos este relatório quando Timor Leste se prepara para um dos momentos mais importantes da sua História: o dia em que o seu povo alcança a independência que procurou durante tanto tempo.

Apesar de este ser um tempo para celebrar, não podem haver dúvidas de que os desafios que o povo de Timor Leste enfrenta são enormes. Como este relatório deixa claro, este país é o mais pobre da Ásia e um dos mais pobres do mundo e assim continuará a ser durante algum tempo. Até que as receitas da exploração do petróleo de Timor estejam disponíveis, e mesmo depois dessa altura, o país continuará a necessitar de um apoio considerável da comunidade internacional.

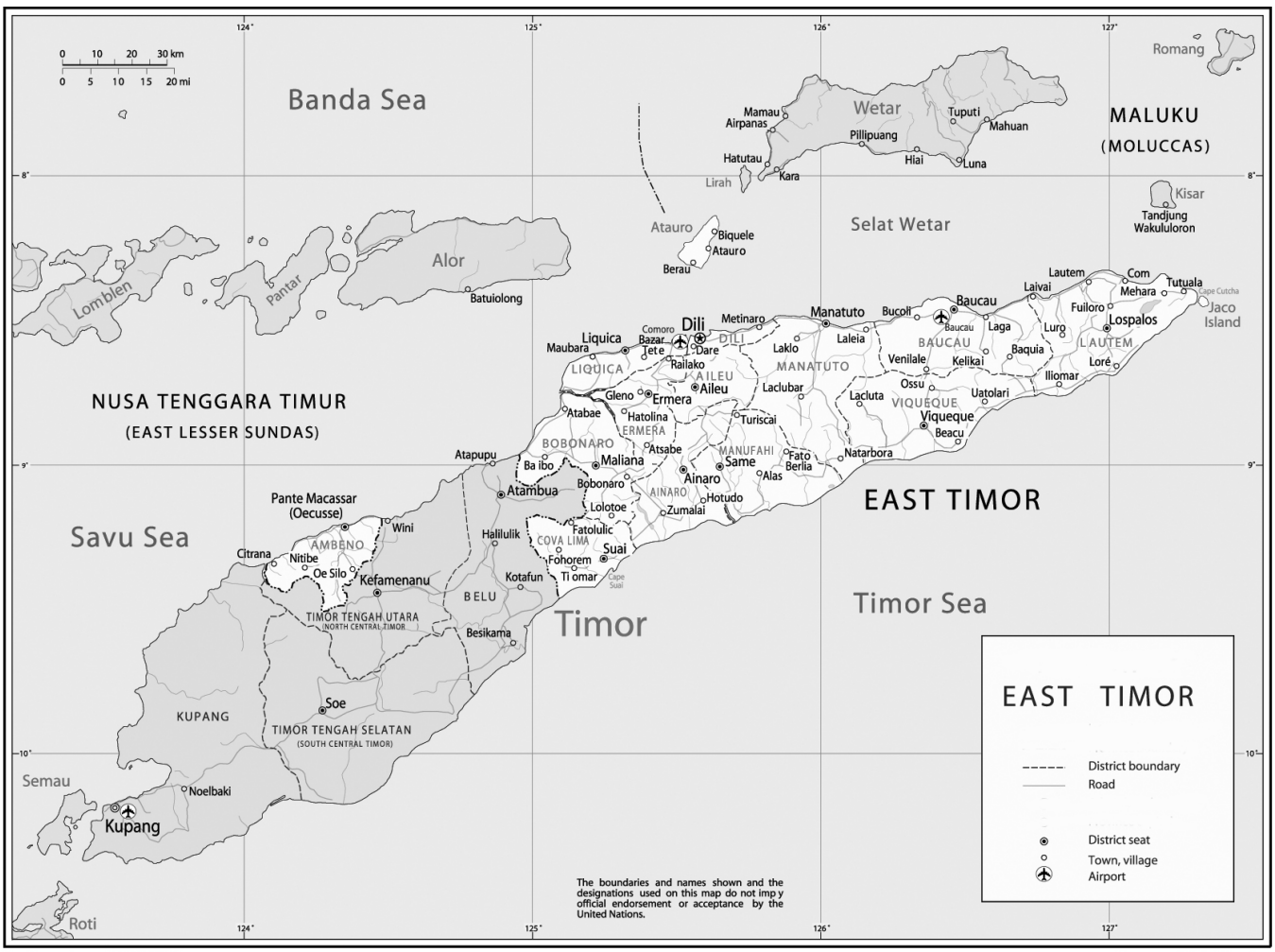
Mas a situação está longe de ser irremediável. Ao longo da sua História, o povo de Timor Leste demonstrou uma resistência e determinação notáveis. Necessita agora de utilizar essas qualidades para construir o seu futuro, para tecer as suas capacidades individuais num tecido nacional forte.

A criação deste tecido nacional é a essência do desenvolvimento humano, que é definido como o processo de expansão das escolhas dos indivíduos e que é muito mais do que somente desenvolvimento económico. É sobre proporcionar a esses indivíduos a possibilidade de viverem vidas longas e saudáveis, durante as quais tenham a oportunidade de alcançar um nível decente de vida, de desenvolverem o seu potencial e, ao fazê-lo, criarem um futuro melhor para os seus filhos e para o seu país. O desenvolvimento humano é sobre educação, sobre construir um sistema sólido de governo e uma sociedade civil igualmente forte.

Este Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor Leste é a última contribuição para uma série que cobre todo o globo. Mais de 375 relatórios nacionais e sub-nacionais foram produzidos até agora por 135 países. A elaboração deste Relatório foi um processo muito participado, que beneficiou de contribuições da parte de muitas pessoas. Desta forma não representa necessariamente as opiniões do PNUD.

É esperança do PNUD, no entanto, que este relatório proporcione algumas linhas de orientação para o desenvolvimento humano em Timor Leste, quer para o governo quer para a comunidade internacional. Há muitas dificuldades no caminho futuro de Timor Leste, mas há igualmente um enorme potencial. Durante muitos anos, Timor Leste trabalhou praticamente sozinho para alcançar a independência. No futuro, será necessário mais trabalho duro mas Timor Leste não estará sozinho. O PNUD espera continuar a trabalhar com o povo de Timor Leste na construção do seu futuro.

Finn Reske-Nielsen
Representante do PNUD, Timor Leste



Map No. 4117 Re v.2 UNITED NATIONS
January 2000

Department of Public Information
Cartographic Section

Timor Leste, ou Timor Lorosae–'Timor do sol nascente'–situa-se na parte leste da ilha de Timor, a mais oriental das ilhas Sunda Menores. É cercada a oeste pela província indonésia de Nusa Tenggara Timur. A norte encontra-se o mar de Savu e o Estreito de Wetar. A sul, 500 quilómetros através do Mar de Timor, encontra-se a Austrália. Também faz parte do território nacional de Timor Leste o enclave de Oécussi, na parte ocidental da ilha de Timor, assim como as ilhas de Ataúro e Jaco.

O relevo de Timor é genericamente caracterizado por um núcleo de montes e de montanhas enrugadas que consistem numa massa confusa de cordilheiras de pontas aguçadas e blocos de terreno enrugado. O território eleva-se a mais de 2.000 metros acima do nível do mar, e inclui o Monte Tatamailau a 3.000 metros. Cerca de 44% de Timor Leste terá uma inclinação de aproximadamente 40%, o que, em combinação com a elevada precipitação, favorece a erosão do solo. O clima é quente, com uma temperatura média de 21ºC e cerca de 80% de humidade. Durante a estação seca, Timor Leste tem ventos moderados e temperaturas ligeiramente mais amenas—8ºC no litoral e 10ºC ou menos nas montanhas—mas entre Novembro e Abril, na época das monções, os rios tornam-se torrenciais devido à elevadíssima precipitação.

Durante este período, a temperatura média no litoral é de cerca de 25ºC. Na costa norte, a precipitação varia entre 500 e 1.000 milímetros por ano e é feita apenas uma colheita. A planície costeira a sul, contudo, pode receber mais de 2.000 milímetros e tem duas estações húmidas e duas colheitas. A ilha é também afectada por distúrbios climatéricos associados ao El Niño.

Acrónimos

ACFOA	Conselho Australiano para a Ajuda Internacional
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP	Grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico
ACDP	Área de Desenvolvimento Conjunto do Petróleo
APEC	Fórum de Cooperação Económica da Ásia- Pacífico
APTL	Administração Pública de Timor Leste
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ATTL	Administração de Transição de Timor Leste
AusAID	Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional
BPS	Gabinete Central de Estatística da Indonésia
CCA	*Common Country Assessment* de Timor Leste
CCT	Cooperativa de Café de Timor
CFET	Fundo Consolidado para Timor Leste
CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorense
CSETL	Conselho de Solidariedade dos Estudantes de Timor Leste
DIU	Dispositivo intra-uterino
ETWAVE	Mulheres de Timor Leste contra a Violência
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FOKUPERS	Fórum de Comunicação das Mulheres
FPPATL	Fundação para o Desenvolvimento de Projectos e da Agricultura em Timor
FRETILIN	Frente Revolucionária para a Independência de Timor Leste Independente
GDI	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao género
GEM	Medida de empowerment tendo em atenção o género
GFFTL	Grupo de Jovens (Mulheres) Estudantes de Timor Leste
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFTL	Inquérito às famílias de Timor Leste (Household Survey)
ISTL	Inquérito aos Sucos de Timor Leste (Suco Survey)
INTERFET	Força Internacional em Timor Leste
IPH	Índice de Pobreza Humana
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KPG	Academia de Formação de Professores
MCA	Missão Conjunta de Avaliação (JAM)
NCBA	Associação Nacional de Actividade Cooperativa
OCB	Organização Comunitária de Base
OCHA	Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMT	Organização das Mulheres de Timor
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da sociedade civil
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
REDE	Rede das Mulheres de Timor Leste
SIDA	Síndroma da Imunodeficiência Adquirida
SPG	Escola para a Formação de Professores
TFET	Fundo para Timor Leste
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para as Mulheres
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste
UNTIL	Universidade Nacional de Timor Leste
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO
O caminho à nossa frente 1

CAPÍTULO 1
Desenvolvimento Humano em Timor Leste 11
A situação do desenvolvimento humano 12
Índices de desenvolvimento humano 21
Objectivos para o futuro de Timor Leste 28

Contribuição especial de
Sua Excelência Dom Carlos Filipe Ximenes Belo
Timor Leste no Terceiro Milénio 30

CAPÍTULO 2
Construindo uma administração pública eficaz **33**
O serviço público 35
O governo local 39
Prevenindo a corrupção 40
O sistema judicial 40

CAPÍTULO 3
Novos papéis para a sociedade civil **42**
As ONGs numa era democrática 43
Construindo novas relações 45
Papéis múltiplos 47

CAPÍTULO 4
O horizonte da educação 50
Reconstruindo o sistema educativo 52
Os obstáculos à frequência da escola 54
Questões futuras para a educação 54

CAPÍTULO 5
Crescimento económico para o desenvolvimento humano 61
Perspectiva macroeconómico e fiscal 63
Desenvolvimento rural 65
Uma estratégia para o desenvolvimento humano 69
Turismo 70
Petróleo e gás 71
Política fiscal 72
Atraindo o Investimento Estrangeiro 73
A economia para as pessoas 76

CAIXAS
1.1 Unidades administrativas em Timor Leste 12
1.2 Inquéritos em Timor Leste 13
1.3 A oportunidade de prevenir o HIV/SIDA em Timor Leste 15
1.4 Uma perspectiva sobre o IDH 22
2.1 Corrupção e nepotismo em 'Tim-Tim' 35
2.2 Resultados da UNTAET 36
2.3 Os princípios da vida pública 40
3.1 A sociedade civil na Comissão Nacional de Planeamento 47
3.2 A acção dos grupos de pressão 48

4.1 A tradição democrática de Timor Leste 58
5.1 Períodos de desenvolvimento económico 63
5.2 Uma produção familiar de milho de subsistência 64
5.3 Divisão de trabalho numa família agrícola 67
5.4 O Acordo sobre o Mar de Timor 71

QUADROS

1.1 Estimativas da população 13
1.2 População por distrito 13
1.3 Produção alimentar, 2001 16
1.4 Desigualdade e produtividade agrícola, 1995 17
1.5 Principal actividade de rendimento monetário das famílias 18
1.6 Índice de desenvolvimento humano 23
1.7 IDH de Timor Leste nos rankings mundiais 23
1.8 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 26
1.9 Timor Leste nos rankings mundiais de IDG 26
1.10 O índice de pobreza humana de Timor Leste 27
1.11 Timor Leste nos rankings globais do IPH-1 27
4.1 Legados da educação colonial 52
4.2 Rácio estudantes-professores nas escolas primárias 53
4.3 Professores aprovados para o ensino de Português 55
5.1 Estimativas orçamentais e de financiamento externo 65
5.2 Produção alimentar, 1998 66
5.3 Café em Timor Leste, 2001 67

Gráficos

1.1 Prestadores de cuidados de saúde 14
1.2 Colheitas e padrões de insegurança alimentar 16
1.3 Melhorias desde 1999 20
1.4 Tendência do IDH, 1993-2001 22
1.5 O IDH comparado com o PIB per capita 24
1.6 IDHs regionais 24
1.7 Alcançar 100% de alfabetização 28
1.8 Alcançar as metas na saúde 29
2.1 Línguas oficiais e de trabalho 38
4.1 Literacia de adultos, 2001 50
4.2 Matrículas por nível de ensino 53
5.1 PIB por sector 61

ANEXO

Uma história breve de Timor Leste 77

BIBLIOGRAFIA 81

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1. Demográficos 84
2. Esperança de vida e mortalidade 85
3. Saúde, fertilidade e planeamento familiar 86
4. Educação 87
5. Condições de vida e de habitação 88
6. Pobreza e consumo 89
7. Trabalho 90
8. Economia 91
9. Agricultura 92
Nota sobre o cálculo dos indicadores 93
Definições dos termos estatísticos 95

O caminho à nossa frente

Em muitos aspectos Timor Leste está a embarcar na sua caminhada pelo desenvolvimento como se partisse do princípio. Este primeiro relatório do desenvolvimento humano avalia algumas das dificuldades mas demonstra também como um compromisso com o desenvolvimento humano pode orientar o país num novo caminho pacífico e produtivo.

O panorama económico imediato de Timor Leste pode ser difícil mas o potencial humano é elevado. Durante os longos anos de colonização e de ocupação, o povo de Timor Leste manteve um desejo insaciável de liberdade. Este tipo de coragem e de determinação ser-lhe-á útil nos próximos anos à medida que defrontarem os principais desafios do desenvolvimento humano.

- *Saúde*—Os indicadores de saúde são baixos: a esperança de vida à nascença é apenas de 57 anos. Muitas pessoas morrem de doenças que podem ser prevenidas como malária, infecções do tracto respiratório e diarreia. A mortalidade materna é elevada: morrem cerca de 420 mulheres por cada 100.000 nados vivos.
- *Educação*—Timor Leste também tem um longo caminho a percorrer no que toca à educação. Mais de metade da população é analfabeta.
- *Segurança alimentar*—Três quartos da população vive nas áreas rurais, onde a maioria das famílias pratica agricultura de subsistência. A sua produtividade é baixa e durante décadas Timor Leste teve de importar alimentos básicos. Cerca de 45% das crianças com menos de 5 anos tem um peso inferior ao que deveriam ter.
- *Pobreza de rendimento*—Cerca de 41% da população vive em situação de pobreza de rendimento, dispondo de menos do que a linha nacional de pobreza de $0.55 por pessoa por dia. Nas zonas rurais há uma percentagem de pobres ainda maior do que nos centros urbanos—46% contra 26%. Destes, os grupos mais pobres estão entre as famílias que têm muitas crianças pequenas, parcelas de terra diminutas e pouco gado e naquelas que vivem em áreas que estão sujeitas a inundações e a erosão do solo.
- *Modos de vida sustentáveis*—Com a população a crescer a um ritmo de 2.5% ao ano, cerca de 20.000 jovens integrarão anualmente a força de trabalho. Muitos deles procurarão a sua subsistência na agricultura e, em geral, na 'economia informal'.
- *Género*—A pobreza afecta particularmente as mulheres, as quais carregam o fardo do impacto de águas poluídas e de más condições sanitárias e que têm de passar largos períodos de tempo cuidando das crianças doentes e de outros membros da família. As mulheres também têm menos poder; e a violência baseada no género é uma questão grave e pouco documentada.
- *Recursos naturais*—a maioria do terreno é inclinada, com uma pequena camada de solo, muita da qual é arrastada em inundações que surgem rapidamente. Dois dos recursos naturais mais valiosos são o petróleo e o gás do Mar de Timor.
- *Segurança Humana*—comparando com os anos de administração indonésia e o período traumático que se seguiu ao referendo, a maioria das pessoas sente-se mais segura e a taxa de criminalidade é baixa. Num inquérito às famílias 43% dos inquiridos relataram uma maior segurança como a mais importante melhoria relativamente ao período anterior à violência.
- *Liberdade e participação*—No dia 30 de Agosto de 2001 um número notável de 91% do eleitorado votou para eleger uma Assembleia Constituinte, dos quais 27% dos membros eram mulheres. A eleição presidencial de Abril de 2002 também teve um resultado notável—mais de 86% dos eleitores votaram efectivamente.

O povo de Timor tem um desejo insaciável de liberdade

O Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (IDH) combina indicadores de esperança de vida à nascença, conhecimento e nível de vida, de forma a produzir um só índice geral. Para Timor Leste, em 1999, o valor era de 0,395 e em 2001 era de 0,421, o que significa uma ligeira melhoria. O valor de 1999, ano para o qual foi calculado o último IDH a nível mundial, é o mais baixo da Ásia e é idêntico ao valor verificado no Estado centro-africano do Ruanda, que nesse ano foi classificado em 152º lugar num total de 162 países para os quais o IDH foi calculado.

Dos indicadores parciais que compõem o IDH, Timor Leste tem um desempenho moderado na esperança de vida à nascença: com 57 anos, ela é comparável à do Camboja e do Myanmar (56 anos), mas é muito inferior à verificada noutros países da ASEAN, como a Indonésia (65) e o Vietname (68). O pior desempenho nos indicadores parciais do IDH é no rendimento per capita—que em alguns aspectos reflecte o colapso de 1999. De facto, o rendimento per capita estimado, para Timor Leste, de $337 para o ano de 1999 colocá-lo-ia no último lugar do ranking do PIB destes 162 países.

O IDH não toma em conta as diferenças entre regiões do país ou entre grupos sociais. Apesar de, em princípio, o IDH poder ser calculado por regiões e por distritos, actualmente não é possível calculá-lo desta forma para os 13 distritos de Timor Leste uma vez que não existem dados suficientes. No entanto, as informações do período indonésio indicam que o IDH era mais elevado em Dili e mais baixo em Manufahi.

Uma das mais importantes diferenças nas realizações em termos de desenvolvimento humano é a verificada entre homens e mulheres. Para poder avaliar este item o PNUD desenvolveu um índice de desenvolvimento ajustado ao género (GDI). Quanto maior for o grau de desigualdade, mais o valor do GDI ficará abaixo do IDH. Em 2001 Timor Leste apresentou um GDI de 0,347—12% inferior ao valor verificado no IDH, comparado com 1% de diferença para a Indonésia e para o Camboja, por exemplo. A diferença no GDI é em larga medida resultante da diferença de salários entre os homens e as mulheres.

Qualquer fraqueza nos serviços prestados pelo governo será um sério obstáculo ao desenvolvimento humano

O índice de pobreza humana

A pobreza é normalmente avaliada simplesmente em termos de uma falta de rendimento. No entanto, as pessoas podem ser pobres de muitas formas, para além de uma escassez de rendimento. Podem ter uma saúde pobre, por exemplo, ou podem não ter acesso à educação ou poucas oportunidades de terem um emprego produtivo. Para poder tomar estes factos em consideração, o PNUD definiu um 'Índice de Pobreza Humana' (IPH). O IPH combina medidas de longevidade, conhecimento e capacidade económica em geral, definindo uma pontuação global entre 0 e 100: uma pontuação mais elevada significa neste caso, um nível mais alto de pobreza humana. O IPH de 1999 para Timor Leste foi de 46, e em 2001 foi de 49.

O Relatório global de Desenvolvimento Humano de 2001 contém dados suficientes para calcular o IPH para 90 países em desenvolvimento em 1999. Se Timor Leste tivesse feito parte desta lista , aumentando o total para 91, teria ocupado a posição número 81. Timor Leste tem a maior taxa de pobreza humana de todos os países asiáticos para os quais o IPH pode ser calculado.

Objectivos para o desenvolvimento

Estas medidas indicam o que é que Timor Leste terá de caminhar ao longo das diversas dimensões do desenvolvimento humano. Mas qual o ritmo a que o país deve aspirar na prossecução destas melhorias? Já existe alguma orientação sobre este assunto originada na Assembleia Geral da ONU, que definiu uma série de objectivos de desenvolvimento a serem atingidos no ano 2015. Estes têm em conta muitos aspectos do desenvolvimento humano—incluindo alcançar 100% de frequência da escola primária, reduzir a mortalidade infantil em 2/3 do nível de 1990 e reduzir a mortalidade materna em 3/4 do nível de 1990. Uma forma de calcular quanto demorará até que Timor Leste atinja estes alvos seria assumir a mesma taxa de progresso dos últimos anos. Aceitando este pressuposto, há boas notícias: para a taxa de mortalidade infantil, por exemplo, Timor Leste deverá atingir o objectivo definido em 2011.

Construindo uma administração pública eficaz

Nos primeiros anos de independência o povo de Timor Leste dependerá bastante da competência e da capacidade dos serviços governamentais. Qualquer fraqueza ou falha destes serviços será um obstáculo sério ao progresso do desenvolvimento humano. Apesar de em muitos aspectos Timor Leste estar a construir uma administração pública de raiz, também herdará algumas estruturas e ética do passado colonial. A estrutura indonésia era autocrática. Isto poderá ter acelerado o fornecimento de alguns serviços mas, da perspectiva do desenvolvimento humano, criou uma Função Pública com fraquezas graves—estas incluem o excesso de pessoal, uma forma complexa de administração e uma cultura de dependência que deixou as pessoas com pouca confiança para fazer mais do que 'esperar por ordens' das chefias. Esta estrutura também eliminou muitas possibilidades de participação pública, enquanto incentivava o desenvolvimento da corrupção a todos os níveis. O desenvolvimento do serviço público em Timor Leste enfrentará algumas questões cruciais. Estas incluem:

- *Pessoal*—O novo governo enfrentará pressões no sentido de aumentar o número de funcionários públicos de modo a criar mais emprego e oferecer mais serviços. Dada a escassez de recursos, contudo, não será possível expandir os serviços desta forma; por isso é vital que os funcionários públicos trabalhem eficientemente, diminuindo o absentismo, estabelecendo melhores sistemas de coordenação entre departamentos governamentais, agências de desenvolvimento e ONGs—e assegurar o fornecimento de serviços de uma forma eficiente em termos de custos e utilizando o mínimo de recursos. O governo também necessitará de pagar salários adequados para atrair o pessoal mais qualificado de Timor Leste, muitos dos quais poderão também querer trabalhar para as ONGs, as agências da ONU ou para projectos internacionais de desenvolvimento. Nos próximos anos, no entanto, o serviço público terá também necessidade de algum pessoal internacional, que trabalhará com o pessoal local.
- *Ética de trabalho e competência*—A administração indonésia não encorajou uma ética de trabalho forte. O pessoal trabalhava poucas horas e não tinha muitas responsabilidades. A nova administração pública necessitará de atingir e de reforçar uma semana de trabalho produtiva. A competência do pessoal e o seu desempenho podem ser melhorados através de treino e de motivação, que encorajam as pessoas a terem mais iniciativa.
- *Língua*—Os timorenses falam mais de 30 línguas ou dialectos. O Inquérito às Famílias de 2001 concluiu que 82% da população fala Tetum, enquanto que 42% sabe falar Indonésio. Somente 5% fala Português, enquanto que 2% fala Inglês. A Constituição declara que as línguas oficiais são o Tetum e o Português, enquanto que as línguas de trabalho adicionais serão o Indonésio e o Inglês. Este ambiente de utilização de quatro línguas apresenta um desafio muito dispendioso. A Comissão de Planeamento estima que cerca de 2.000 funcionários superiores da administração pública necessitarão de formação em Português, 400 em Tetum, e cerca de 150 em Indonésio. Para além disto, o governo necessitará de um pequeno grupo de falantes de Inglês para comunicar com outros países da região e com a indústria internacional do petróleo. Adicionalmente, muitos outros funcionários públicos, incluindo professores, trabalhadores da saúde e pessoal do sistema judiciário precisarão de formação em línguas. Outro processo dispendioso será a tradução de documentos oficiais.

O ambiente de utilização de quatro línguas será dispendioso

Governo local

Timor Leste está dividido em 13 distritos e em 65 sub-distritos baseados nas divisões herdadas das administrações portuguesa e indonésia. A Constituição estabelece a importância da descentralização, mas pelo menos durante os próximos anos, Timor Leste achará difícil devolver muita da autoridade central às regiões; por isso a descentralização tenderá a tomar a forma de desconcentração à medida que departamentos centrais—como a educação, a saúde, a agricultura, a habitação, a água e os cuidados sanitários—estabeleçam escritórios regionais para fornecer os serviços básicos locais.

Um grupo de trabalho que estudou o regime de governo local propôs três regiões principais—oriental, ocidental e sul, dando um estatuto especial a Dili e ao enclave

de Oécussi. Sob este sistema, cada região teria o seu Director-Geral, que trabalharia com um grupo especial de pessoas para coordenar todos os grupos que detêm responsabilidades locais.

Prevenindo a corrupção

Timor Leste terá de lidar com a questão inevitável da corrupção. Este é em larga medida um legado da administração indonésia mas também pode surgir se existirem largas discrepâncias entre salários no sector público e no sector privado e se o governo falhar no seu funcionamento de uma forma equitativa para os grupos sociais e na prestação de contas à sociedade . O governo pode prevenir a corrupção se construir estruturas administrativas sólidas, com procedimentos simples e linhas claras de responsabilidade e de prestação de contas. No entanto também necessita de mecanismos para afastar políticos e funcionários públicos corruptos.

A experiência de outros países sugere que a melhor aproximação é estabelecer uma agência anti-corrupção independente. A Constituição prevê duas instituições de vigilância: o Gabinete do Inspector Geral e um Supremo Tribunal Administrativo, de Impostos e de Contas. Contudo estas estruturas só funcionarão apropriadamente se lhes forem concedidos poderes suficientes e se contarem com o apoio sólido dos líderes políticos.

O sistema judicial

O governo indonésio subornou o sistema legal e corrompeu os tribunais e todo o sistema judicial, tendo como resultado que os timorenses tinham pouca confiança nas instituições legais. Em 1999 os tribunais foram destruídos, assim como muita da infraestrutura legal e arquivos.

Se se pretende que o povo de Timor Leste tenha acesso aos tribunais e que as empresas acreditem que os contratos serão respeitados, os sistemas de responsabilização civil e criminal terão de ser restruturados de forma a simplificar os procedimentos de acesso à justiça.

Mas o governo também deverá assegurar a existência de suficiente pessoal qualificado—em particular de juízes, advogados e promotores públicos—investindo simultaneamente na gestão e administração dos tribunais de forma a que estes possam prover justiça eficientemente, num complexo ambiente multilingue.

Novos papéis para a sociedade civil

A independência de Timor Leste é o culminar de uma longa luta contra o colonialismo por muitos grupos da sociedade civil—organizações da comunidade, grupos religiosos, estudantes e outros. O governo indonésio mostrou-se relutante em autorizar o crescimento de organizações independentes.

No entanto, algumas conseguiram sobreviver, estando algumas das mais eficientes ligadas à Igreja Católica. Movimentos de jovens e de estudantes também se mostraram muito activos—muitas vezes correndo um grande risco pessoal.

Um desenvolvimento importante ocorrido em 1998 foi a criação do Fórum das ONGs em Timor Leste, que se tornou desde então o principal órgão de cúpula das ONGs—com 77 membros nacionais e 33 membros internacionais.

Construir novas relações

Na era democrática todas as organizações da sociedade civil (OSC) terão de se adaptar às novas e diferentes circunstâncias e construir novas relações—com o Estado, com as outras organizações semelhantes e com organizações internacionais.

- *Com o Estado*—As organizações da sociedade civil de Timor Leste terão de lidar não só com o nível essencialmente político do Estado mas também com a Administração Pública e a justiça. Neste novo ambiente as OSC também terão de reorientar a sua perspectiva: da política e da táctica de oposição para a da parceria construtiva. Mas também o governo terá de trabalhar nesta relação potencialmente difícil. Deverá reconhecer que as organizações da sociedade civil desempenharam um papel vital na luta pela independência. Agora terá de encontrar forma de manter a sua energia e o seu compromisso na luta pela construção de uma nação nova.
- *No seio da sociedade civil*—As OSCs necessitarão também de trabalhar de perto umas com as outras. Muitos dos obstáculos e armadilhas potenciais podem ser evitados assegurando canais abertos e sólidos de comunicação no interior e entre organizações. Mas as OCSs também têm a neces-

As organizações da sociedade civil precisarão de canais fortes e abertos de comunicação

sidade de comunicar de perto com as comunidades para cuja ajuda existem.

- *Com as organizações internacionais*— Muitos doadores oficiais preferem agora canalizar pelo menos alguns dos seus fundos directa ou indirectamente para as ONGs. Isto significa que estas se encontrarão a lidar com uma série de agências diferentes e terão de se familiarizar com a forma como estas trabalham.

Papéis múltiplos

As organizações da sociedade civil em Timor Leste estarão a actuar em diferentes frentes

- *Arquitectos do desenvolvimento*—Muitas ONGs e OBCs pretendem trabalhar numa parceria construtiva com o governo. Mas a forma como podem ajudar a desenvolver as políticas públicas dependerá da sua capacidade de inovar e de apresentar pontos de vista alternativos.
- *Advocacia*—Muitos grupos vêem como sua tarefa principal a de influenciar as acções de outros. Dadas as diferentes capacidades destes grupos e o facto de eles terem muitos interesses e objectivos em comum, faz sentido, muitas vezes, que unam os seus recursos e actuem em conjunto.
- *Monitorização*—A boa governação depende, em todo o lado, de um sistema de controlos e equilíbrios. Os grupos da sociedade civil desempenham um papel importante neste processo assegurando que o governo, o sector privado e as organizações internacionais mantêm padrões elevados na sua acção mas. Porém, só serão capazes de desempenhar este papel se eles próprios mantiverem estes padrões—actuando de uma forma transparente, com uma prestação de contas clara do ponto de vista financeiro e democrático.
- *Serviços*—Para muitas ONGs a tarefa principal é fornecer serviços—por exemplo na saúde, na habitação e na educação—seja preenchendo lacunas deixadas pelo governo seja complementando estas, como no caso da educação não-formal.
- *Informação*—As organizações da sociedade civil desempenham um papel importante no fornecimento de informação e de informação e no estímulo do debate do debate, ocupando uma posição intermédia entre o governo e as comunidades locais. Por um lado devem pressionar o governo a tomar medidas sobre os assuntos pelos quais se interessam mas simultaneamente devem também procurar maximizar a participação pública na construção e funcionamento da democracia.

Todas as OSCs em Timor Leste necessitarão de reexaminar os seus papéis e responsabilidades na era da democracia reavaliando as suas perspectivas e filosofias e assegurando que terão algo de único a oferecer.

O horizonte da educação

Timor Leste tem um importante desafio educacional pela frente—não só gerir o analfabetismo reinante mas também lidar com a multiplicidade de línguas. O governo indonésio estava determinado a atingir a educação primária universal e em 1985 quase todas as povoações tinham uma escola primária.

Este processo de expansão fez com que muitas mais crianças se matriculassem mas teve duas falhas principais. A primeira era a baixa qualidade: o nível de ensino era pobre, as escolas tinham falta de fundos, manuais e equipamento básico. A segunda falha foi a de que o governo de Jakarta tentou utilizar a educação para 'indonesiar' o povo de Timor Leste—e recrutou pessoal em toda a Indonésia que pudesse ensinar em Indonésio.

Apesar de muitos timorenses se terem tornado professores, muitos deles não foram, nos seus estudos, além do quarto ano. Como ganhavam muito pouco, tinham de executar outros trabalhos para sobreviver. Em resultado disto, os níveis de educação eram baixos e os professores estavam frequentemente ausentes. Esta situação, por outro lado, desencorajava tanto pais como filhos: cerca de 30% das crianças nem sequer estavam matriculadas. As fraquezas da escola primária eram transportadas para a escola secundária. No último ano da administração indonésia, as matrículas líquidas tinham alcançado apenas 36% no nível secundário mais baixo e 20% no nível secundário superior.

Anteriormente alguns pais estavam relutantes em aceitar que os seus filhos fossem ensinados por professores estrangeiros, numa língua estrangeira e muitos não podiam pagar as propinas. Agora estes obstáculos desapareceram mas outros per-

A boa governação depende, em todo o lado, de um sistema de controlos e equilíbrios

sistem. A questão mais importante é a pobreza. Apesar de não existirem despesas de matrícula, existem custos de mandar as crianças para a escola e muitas crianças passam pelo menos uma parte do seu tempo a trabalhar nos campos da família ou em tarefas domésticas.

Timor Leste está actualmente a reconstruir o seu sistema educativo, mas enfrenta uma série de desafios importantes. Estes são:

- *A língua*—O governo decidiu introduzir o Português progressivamente como a língua de ensino. Isto criou um problema imediato uma vez que poucos professores falam Português. Os professores e os administradores escolares necessitam de ganhar rapidamente o domínio deste idioma. Nestas circunstâncias, o governo poderá reconsiderar a possibilidade do ensino na língua materna. As crianças aprendem mais rapidamente quando são alfabetizadas na sua língua materna, adquirindo posteriormente uma língua 'nacional'. Neste caso serão o Português ou o Tetum como segunda língua. E quando as crianças aprendem sobre as suas lendas e a sua cultura na sua língua materna, recebem maior encorajamento e apoio por parte dos pais.
- *Professores* —Existem duas questões quanto à profissão docente. A primeira é a de aumentar o número de professores de modo a reduzir o rácio alunos/professor, que é actualmente de cerca de 60 nas escolas primárias. A segunda prioridade é a de melhorar as suas habilitações. Aqueles que estudam para se tornarem professores devem ser convenientemente preparados. Não só precisam de se habituar a um novo currículo e a uma nova língua como também têm de ser encorajados e encorajar uma aprendizagem mais activa. Actualmente os professores ainda utilizam métodos tradicionais que assentam na aprendizagem mecanicista, de repetição, em vez de incentivarem as crianças a adquirirem e a compreenderem a informação por si próprias.
- *Desenvolvimento curricular*—Até agora existiram poucos esforços no sentido do desenvolvimento dos currículos, em parte resultado das incertezas do período de transição. As disciplinas e conteúdos básicos do currículo têm de ser definidos através de consultas alargadas entre professores, pais e crianças. A experiência e recursos internacionais também poderão ajudar Timor Leste a aprender com as práticas de ensino de outras paragens e a atingir padrões de qualidade aceitáveis internacionalmente.
- *Envolvimento da comunidade*—O sistema indonésio era extremamente centralizado, oferecendo pouca margem para a iniciativa local quer de professores quer de pais, desperdiçando assim recursos potenciais de envolvimento e trabalho. Se os professores, os pais e outros líderes da comunidade tomarem conjuntamente a responsabilidade pela gestão das escolas são maiores as probabilidades de eles investirem mais tempo e energia nas escolas e terem um maior orgulho naquilo que eles e os seus filhos possam alcançar.
- *Formação técnica e profissional*—O sistema indonésio de formação profissional estava pouco relacionado com as reais necessidades do local de trabalho. Assim e conjuntamente com os empregadores locais, o governo terá de restruturar o sistema de forma a treinar os jovens em competências que tenham uma procura real.
- *Educação terciária*—A Universidade de Timor Leste pode ver-se a braços com muitos alunos pouco qualificados, concentrados em cursos que oferecem poucas perspectivas de emprego. Deveria por isso reexaminar as suas prioridades, procurando ser uma instituição mais pequena e com ênfase na qualidade. Nos próximos dez anos poderia concentrar a maioria dos seus recursos na Faculdade de Educação de modo a formar a próxima geração de professores do ensino secundário.

As crianças aprendem mais rapidamente se forem ensinadas inicialmente na sua língua materna

Educação cívica

Existe também a questão de saber qual o tipo de conhecimentos de que a população, como um todo, necessitará para manter o novo Estado. Até ao momento, a educação cívica esteve compreensivelmente concentrada nos mecanismos de votação e nas eleições.

Mas a filosofia do desenvolvimento humano tem uma visão muito mais ampla e mais inclusiva da democracia, não só como um objectivo mas como um processo contínuo—como uma forma de viver. Com este propósito, a educação cívica deverá promover o conhecimento cívico, as capacidades cívicas e também as virtudes cívicas—os traços de carácter necessários para manter e acentuar a governação democrática e a cidadania.

Estas mesmas capacidades são também a base de uma sociedade pacífica quer entre as comunidades quer no seio das famílias, onde ainda existe muita violência dirigida contra as mulheres. Muitos outros aspectos podem beneficiar da educação cívica. Uma prioridade seria educar as pessoas sobre os riscos do HIV/SIDA, sobre o qual a maioria sabe muito pouco. Em certa medida a educação cívica terá de começar com os professores, contando com eles para a comunicação de ideias não só nas escolas mas também ao conjunto da comunidade em que estão inseridos.

Crescimento económico para o desenvolvimento humano

Progredir no desenvolvimento humano de Timor Leste também significará iniciar um novo caminho económico, tornando a agricultura mais produtiva e desenvolvendo outras oportunidades, incluindo o turismo e a produção de petróleo e de gás. Mas os planos de desenvolvimento económico terão de concentrar-se na obtenção de benefícios efectivos para a maioria da população de Timor Leste.

A devastação de 1999, que causou enorme sofrimento humano, também destruiu profundamente a infraestrutura económica e social do país. A UNTAET e a Administração Transitória de Timor Leste ajudaram a repor a lei e a ordem. Isto e um apoio externo substancial ajudaram a estimular o ressurgimento económico nos últimos três anos. O crescimento projectado para 2001/2 é de cerca de 15%.

O mais recente surto de crescimento surgiu em Dili como resultado da construção de casas e dos fornecimentos ao pessoal internacional. Mas este foi um estímulo temporário que desaparecerá com a retirada do pessoal da ONU. Para 2002/3 é provável que o crescimento diminua para zero.

Posteriormente, uma forma mais equilibrada e sustentável de crescimento poderia colocar o país numa senda de crescimento mais estável. Isto implicará um investimento substancial para melhorar as infraestruturas, criar capacidades quer das instituições quer do sector público quer do sector privado e para manter um ambiente regulador das actividades claro e estável. Mas acima de tudo será necessário um investimento consistente nas pessoas—na sua saúde, educação e capacidades.

Desenvolvimento rural

No futuro previsível a agricultura continuará a empregar quase três-quartos da força de trabalho e por isso a questão central de qualquer estratégia de desenvolvimento humano será a de tornar a agricultura mais produtiva ajudando os agricultores pobres a melhorar as culturas para alimentação ao mesmo tempo que desenvolvem também culturas de rendimento.

Quaisquer planos para o desenvolvimento agrícola devem ser encarados como parte de uma estratégia global para o desenvolvimento rural—melhorando as estradas, o fornecimento de água e das condições sanitárias e a oferta de micro-crédito. Isto também exigirá um novo tipo de desenvolvimento, comandado pela procura local e baseado nas forças existentes no seio das comunidades rurais e na sua capacitação para procurarem estratégias de vida que melhor se adequem às suas próprias circunstâncias e capacidades.

A primeira prioridade deveria ser proporcionar às comunidades mais pobres o assegurarem a sua segurança alimentar e aliviarem a pobreza rural—reduzindo a sua vulnerabilidade aos choques climáticos e económicos. Isto significa, por exemplo, canalizar mais assistência para os agricultores que vivem em zonas montanhosas, ajudando-os a melhorarem as suas práticas de cultivo, introduzindo sistemas de colheita naturalmente mais resistentes e diversificando a sua produção. Muito do acima referido dependerá de serviços de extensão que criarão capacidades nas comunidades locais para a produção de culturas alimentares e florestais e produção animal.

Enquanto que a principal prioridade será assegurar a produção de produtos alimentares, também será importante maximizar o potencial de culturas que gerem rendimentos. Existe uma série de possibilidades neste campo, que incluem a produção de coco, cacau e caju, assim como baunilha. Mas a mais importante cultura de rendimento continua a ser o café, que é uma fonte essencial de rendimento e de divisas estrangeiras. Actualmente o preço mundial é muito baixo, mas Timor Leste deveria, apesar disso, ser capaz de aumentar os seus rendimentos provenientes do café incentivando

Quaisquer planos para o desenvolvimento agrícola devem ser encarados como parte de uma estratégia global para o desenvolvimento rural

a qualidade, especialmente se isso tornar possível ao café de Timor atingir a certificação internacional como produto orgânico.

Timor Leste também tem um grande potencial nas pescas. Cerca de 10.000 famílias dependem pelo menos parcialmente da pesca. Os rendimentos futuros podem ser aumentados através do aumento do investimento na capacidade pesqueira nacional e através do licenciamento de barcos estrangeiros. O principal obstáculo é a falta de definição de zonas de pesca com fronteiras internacionalmente reconhecidas. A estratégia da pesca deve, no entanto, procurar a sustentabilidade e a protecção dos interesses das comunidades de pescadores tradicionais.

Estratégia económica

O futuro de Timor Leste dependerá, em última análise, da criação de um sector privado próspero que possa gerar produção, poupanças, investimento privado e comércio. As políticas públicas para os próximos anos devem, por isso, apoiar um clima em que o sector privado se possa expandir e florescer. De entre as medidas mais importantes estão:

O objectivo deverá ser promover o crescimento com equidade

- *Estabelecer regras claras*—O governo deve manter regras simples, transparentes e estáveis para as actividades do sector privado.
- *Investir em capital humano*—Em particular na saúde e educação, para assegurar que os pobres podem tirar partido destas novas oportunidades.
- *Criar um sistema legal sólido*—significará lidar com assuntos tão difíceis como as reclamações sobre a terra e os direitos de propriedade, criar um sistema judicial forte e manter a lei e a ordem.
- *Promover a estabilidade macroeconómica*—Desenvolvendo políticas fiscais, monetárias, comerciais e de investimento que permitam que os recursos sejam afectados eficientemente.
- *Infraestrutura*—Assegurar fornecimentos de água e de electricidade fiáveis, estradas adequadas e portos e aeroportos eficientes.

Um dos perigos de promover um crescimento rápido baseado no mercado é o de aumentar as desigualdades—particularmente entre as zonas rurais e urbanas. Alguns destes enviesamentos surgem no quadro do funcionamento do mercado livre mas as políticas governamentais também correm o risco de acentuar estas tendências através do sistema fiscal ou oferecendo subsídios que na prática só são acessíveis aos agricultores mais prósperos. O objectivo deverá ser, portanto, promover o crescimento com equidade, criando oportunidades para o sector privado ao mesmo tempo que se protegem os interesses dos pobres.

Isto sublinha a importância não só do estímulo à agricultura mas também de assegurar o tipo de desenvolvimento equilibrado que permita que os benefícios se disseminem pelo país. O desenvolvimento da infraestrutura rural será crítico neste aspecto—em especial estradas confiáveis e sistemas de comunicação que permitam que os mercados rurais funcionem eficientemente e que melhorem os preços que os produtores mais pobres recebem pela sua produção.

Ao mesmo tempo, Timor Leste deverá desenvolver um sistema financeiro rural, incluindo esquemas de micro-crédito, em especial para as mulheres e outros grupos que poderão estar afastados do mercado de trabalho formal. Melhorar a infraestrutura rural também deverá estimular outras actividades rurais não-agrícolas—incluindo a indústria pouco especializada, mão-de-obra intensiva, e outros serviços com ela relacionados. Neste caso o objectivo seria o de estimular os rendimentos das famílias rurais, particularmente durante os períodos sazonais de menos trabalho agrícola.

Indústria ligeira

Em 2000, a indústria representava somente 3,5% do PIB, sendo a maior parte constituída por actividades de pequena escala. As empresas que empregavam a maior parte da mão-de-obra neste sector estavam envolvidas na tecelagem dos panos tradicionais (tais) e na indústria de mobiliário. O potencial imediato para a indústria é limitado devido à escassez de mão-de-obra qualificada em Timor Leste, aos custos de vida e aos salários relativamente elevados e aos meios de transporte pobres. As melhores opções parecem surgir através do investimento estrangeiro em têxteis e calçado.

Turismo

Durante o período indonésio os turistas eram desencorajados a visitar Timor devi-

do à violência e à incerteza política. Porém, e no futuro, poderão chegar mais uma vez que o país tem muitas atracções. Mas mesmo num clima mais pacífico ainda persistem muitos obstáculos a uma indústria turística forte, incluindo a escassez de alojamento adequado, a falta de pessoal qualificado para operar as instalações turísticas e também as deficiências gerais no domínio das infraestruturas, incluindo as ligações aéreas internacionais.

Enquanto que a falta de experiência no turismo pode ser encarada como uma desvantagem, também pode ser uma oportunidade. Timor Leste pode evitar muitas das armadilhas sociais e ambientais da rápida expansão do turismo. Uma opção seria capitalizar o carácter inexplorado de Timor Leste concentrando a atenção no eco-turismo. Expandir a indústria turística exigirá, no entanto, um envolvimento comunitário forte para assegurar que o povo de Timor Leste seja parceiro e beneficiário do processo.

Petróleo e gás

Um dos maiores determinantes do futuro económico do país será a forma como utilizar as receitas do petróleo e do gás. Quando Timor Leste votou a favor da independência, a UNTAET e os líderes timorenses renegociaram com a Austrália o tratado de exploração das reservas do Mar de Timor. Este acordo é muito mais favorável que o anterior, uma vez que Timor Leste reterá agora 90% das receitas fiscais da produção da Área de Desenvolvimento Conjunta de Petróleo. Ao longo das duas décadas posteriores a 2004, espera-se que as receitas do gás e do petróleo atinjam cerca de 7 biliões de USD. A perspectiva mais comum é a de que o país não deverá utilizar todas as receitas para financiar actividades correntes. Em vez disso, deve guardar pelo menos metade destas receitas num fundo de forma a preservar algum valor para a geração seguinte.

Atrair investimento estrangeiro

Dada a baixa taxa de poupança e o limitado nível de experiência empresarial, muito do estímulo para o desenvolvimento económico e humano através do sector formal terá de ser baseado no investimento directo estrangeiro (IDE). O IDE pode não só estimular a produtividade mas também alargar as escolhas de desenvolvimento humano ao permitir que os timorenses adquiram formação e experiência trabalhando em empresas estrangeiras. No entanto, é crucial que Timor Leste desenvolva políticas sobre o IDE através de consenso democrático.

O investimento directo estrangeiro poderia centrar-se em alguns sectores-chave. Um deles é a agricultura, que beneficiaria da participação estrangeira no processamento de café e de baunilha. Outro sector são as pescas, em particular se o governo emitir licenças de pesca sob a condição de que os beneficiários dêem formação aos timorenses ou criem joint-ventures com empresas locais. O turismo também dependerá do investimento estrangeiro mas também deveria ser condicionado à transferência de conhecimentos para o pessoal local. Para a indústria manufactureira os melhores pontos de partida são provavelmente o vestuário, os têxteis e o calçado. Timor Leste enfrentará, no entanto, uma forte competição pelo IDE da parte de outros países da região e para aumentar as suas probabilidades terá de resolver algumas questões essenciais. Estas incluem:

- *Propriedade da terra*—Até ao presente não há qualquer mecanismo para registar os direitos à terra e os investidores sabem que se arrendarem terrenos arriscam-se a entrar em conflitos e a ocupações ilegais.
- *Utilização do dólar americano*—A dolarização tem a desvantagem de que o país perde a opção de desvalorizar a moeda para alcançar vantagens comparativas.
- *Custos elevados*—Os custos salariais em Timor Leste são muito mais elevados que na Indonésia.
- *Questões laborais*—As leis laborais não são claras acerca dos direitos e deveres dos trabalhadores e não existem mecanismos eficazes para resolver as disputas laborais.
- *Incertezas legais*—Timor Leste não tem um quadro legal claro para a actividade económica. Isto aplica-se a muitas áreas cruciais, incluindo seguros, falência, planeamento urbano, trabalho e uso da terra, bem como ao direito comercial e aos códigos para a construção civil.

Política fiscal

Haverá três fontes principais de financiamento: impostos internos, financiamentos

Expandir o turismo exige um forte envolvimento das comunidades

dos doadores e receitas do Mar de Timor. Na frente interna, o governo terá de taxar a agricultura, apesar de ser importante não o fazer de forma muito pesada uma vez que isso pode sufocar o crescimento económico a longo prazo. O governo pode também explorar novas fontes de receita, incluindo os impostos sobre jogo assim como vários impostos e taxas locais. Simultaneamente será importante aumentar a implementação das leis fiscais, em particular reduzindo o contrabando ao longo da fronteira com a Indonésia.

Os fundos da ajuda serão também cruciais mas devem ser utilizados cuidadosamente. Um ponto de preocupação será o de evitar contrair demasiados empréstimos de agências multilaterais. Mesmo quando estes têm termos concessionais, podem facilmente levar à acumulação de um fardo de dívida externa.

Timor Leste podia considerar uma estratégia fiscal abrangendo quatro áreas:

1. *Controlar os gastos públicos*—Dando prioridade ao investimento na saúde e na educação de forma a alargar as capacidades das pessoas e a estimular o desenvolvimento humano.
2. *Evitar subsidiar os mais ricos*—Financiar alguns serviços públicos parcialmente através das taxas pagas pelos utilizadores.
3. *Criar a confiança dos doadores*—Manter um clima social, económico e político estável e o respeito pelos direitos humanos não só é vital para o desenvolvimento humano mas também para encorajar os doadores.
4. *Salvaguardar as receitas do gás e do petróleo*—Utilizando-as com parcimónia uma vez que representam uma oportunidade que durará apenas cerca de 20 anos.

A tarefa de Timor Leste é assegurar o investimento em capital humano e estimular as empresas, não utilizando as receitas do petróleo para financiar a despesa corrente.

O caminho à nossa frente

Timor Leste tem agora muitas políticas para definir e muitas decisões para tomar. O teste final a todas estas decisões, seja na agricultura, na indústria, no turismo ou na indústria do petróleo será se trazem ou não vantagens reais às famílias pobres. Isto sublinha a importância de investir nas pessoas: assegurar que têm saúde, conhecimentos e capacidade para usufruir de todas as vantagens destas novas oportunidades.

CAPÍTULO 1

Desenvolvimento humano em Timor Leste

Timor Leste encara a vida como nova nação em circunstâncias muito difíceis—com o nível de desenvolvimento humano mais baixo da Ásia. Mas a independência total proporciona também a oportunidade de começar de novo ao dar aos timorenses o poder necessário para definirem um novo caminho firmemente baseado nos princípios do desenvolvimento humano.

Seja qual for o critério de análise, Timor Leste é um dos países menos desenvolvidos do mundo. Os rendimentos são baixos: estima-se que o PIB per capita seja apenas de $478. Muito poucas pessoas tiveram uma educação adequada: mais de metade da população é analfabeta. Os níveis de nutrição são baixos: mais de metade das crianças têm um peso inferior ao devido. E o país ainda está a sofrer da destruição e do trauma que se seguiram à votação nacional pela independência a 30 de Agosto de 1999.

O potencial económico também é limitado. Dentro de poucos anos há a perspectiva de, ao longo de um período de 20 anos, se receberem receitas dos depósitos offshore de gás e de petróleo do Mar de Timor. Mas essas receitas terão de ser usadas com parcimónia e para já muitas pessoas continuarão a depender principalmente da agricultura, onde a produtividade e os rendimentos são muito baixos. Os agricultores de Timor Leste utilizam as formas mais básicas de cultivo, tentando tirar o maior partido de terrenos e de um clima difíceis.

Em muitos aspectos, portanto, Timor Leste está a construir-se desde a base. Este primeiro relatório nacional do desenvolvimento humano percorre alguma da História do país e explora as suas condições económicas e sociais actuais, avaliando as dificuldades de uma forma franca. Mas o propósito de um relatório do desenvolvimento humano é o de olhar em frente: procurar novas direcções e acima de tudo, demonstrar como um compromisso com o desenvolvimento humano pode ajudar a colocar o país num novo caminho.

Deste ponto de vista existem motivos para optimismo. O panorama económico imediato pode ser difícil mas o potencial humano é forte. Durante os longos anos de colonização e de ocupação, o povo de Timor Leste manteve um desejo inquebrantável de liberdade. Este tipo de coragem e de determinação em escolherem o seu próprio destino, deverá ser muito útil aos timorenses ao longo dos próximos anos.

O desenvolvimento humano em Timor Leste, como em todo o lado, é definido como o processo de 'alargamento das escolhas das pessoas' —dando-lhes a possibilidade de viver vidas longas e saudáveis, de ter acesso ao conhecimento e a um nível de vida decente e a desempenhar um papel activo na vida das suas comunidades. A alternativa convencional é concentrar as atenções na pura expansão da economia, procurando o desenvolvimento económico na esperança de que os frutos do crescimento se difundam pela massa da população. A filosofia do desenvolvimento humano também procura uma economia próspera e um crescimento sólido mas exige que seja o tipo certo de crescimento: crescimento que satisfaça as necessidades e as aspirações humanas e que seja baseado numa expansão das capacidades das pessoas. O desenvolvimento humano é o desenvolvimento 'das, pelas e para as pessoas'.

O desenvolvimento humano coloca uma grande ênfase no desenvolvimento das capacidades. As capacidades são 'a competência para desempenhar funções, resolver

O panorama económico imediato pode ser difícil mas o potencial humano é forte

problemas, definir e alcançar objectivos'. O povo de Timor Leste já tem muitas capacidades testadas e valiosas, nos indivíduos e na sociedade. Possui complexas redes de relações sociais e culturais e, através de um processo de aprendizagem em colaboração mútua e cumulativa, conseguiu sobreviver em condições duras e difíceis, passando este conhecimento, na sua maioria de forma oral, de uma geração para outra.

Num Timor Leste independente, contudo, necessitarão de muitas capacidades adicionais. Para administrar um Estado-Nação moderno e construir uma economia mais diversificada e mais desenvolvida, terão de adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas capacidades—muitas das quais requerem longos anos de educação e formação

A escolha mais básica é a liberdade de escolha

Mas o desafio de Timor Leste não é simplesmente melhorar as capacidades e o potencial dos indivíduos. A capacidade nacional não é só a soma total das capacidades dos indivíduos. É um conceito muito mais rico e mais complexo que mistura as forças individuais num tecido nacional mais forte e mais resistente. Assim Timor Leste não terá somente de aumentar as capacidades individuais. Terá também de criar as oportunidades e os incentivos para que as pessoas utilizem e aumentem essas capacidades. O desenvolvimento de capacidades tem lugar não só nos próprios indivíduos mas também entre eles—nas suas comunidades e nas instituições e redes que criam—através do que foi denominado 'capital social', o cimento que mantém as sociedades unidas. O desenvolvimento humano em Timor Leste não se resume a 'ter', medido num aumento do rendimento per capita: trata-se também de 'ser'

Caixa 1.1

Unidades administrativas em Timor Leste

O sistema administrativo actual de Timor Leste é uma herança de interacções entre o sistema tradicional e os sistemas impostos por Portugal e pela Indonésia. Timor Leste, em meados de 2002, é dividido administrativamente como segue:

13 distritos—Os 'kabupaten' indonésios. A população estimada por distrito é indicada no quadro 1.1.

67 sub-distritos—Estes eram os 'kecamatatan' indonésios.

498 sucos – O suco corresponde a um 'principado' tradicional. Este é normalmente traduzido para português como 'aldeia', e como 'desa' em indonésio.

2.336 aldeias—Ou dusun em Indonésio.

Fonte: Inquérito aos Sucos

Agora o desafio é conceber e criar as instituições de governo e a outros níveis que possam expandir as capacidades nacionais e aumentar o leque de escolhas disponíveis para todas estas pessoas. O país já deu um grande passo alcançando a sua independência. Como Mahbub ul Haq, o arquitecto original, em 1990, da série de relatórios de desenvolvimento humano expressou: 'a escolha mais básica é a liberdade de escolha'.

A situação do desenvolvimento humano

Qualquer avaliação da situação em Timor Leste tem de apresentar um quadro muito alargado, olhando não só para as capacidades individuais, reflectidas em níveis de educação e de saúde, mas também para muitos outros aspectos da vida das pessoas: por exemplo, igualdade de género, participação popular na tomada de decisões, identidade cultural, e realização dos direitos humanos. Então tem de se levar em conta as oportunidades de utilizar essas capacidades para construir vidas sustentáveis. Este relatório tentará seguir o progresso ao longo destas dimensões mas é importante ter em mente que, em última instância, todas terão de ser tecidas em conjunto—o desenvolvimento humano não pode ser reduzido a um só factor; como a própria humanidade, ele é complexo e multidimensional.

Movimentos de população

Um ponto de partida é calcular a população total. Em certa medida, isto foi impedido pela guerra. A ocupação indonésia desde 1975 resultou em terríveis perdas de vidas. Durante os primeiros anos morreram 60.000 pessoas e ao longo do período até 1999 o número total de mortes causado pela ocupação é estimado em pelo menos 200.000. Muitas pessoas foram mortas pelo exército indonésio e outras fugiram para as montanhas, onde morreram de fome e por falta de cuidados sanitários básicos ou de saúde. Uma breve história deste período pode ser consultada no Apêndice I deste relatório.

Os anos de violência também causaram movimentos significativos de população. A administração indonésia, com o seu programa de migração, deslocou milhares de indonésios para Timor Leste e, pela força, também deslocou comunidades de

timorenses das suas terras tradicionais. Mas a crise mais dramática teria lugar em 1999. No período anterior e imediatamente após o referendo, foram mortas entre 1.000 a 2.000 pessoas e mais de metade da população foi forçada a abandonar as suas casas —cerca de 300.000 pessoas foram deslocadas no interior do país e cerca de 200.000 foram para Timor Ocidental.

A maioria regressou entretanto. Em Março de 2002 as agências da ONU e a Organização Internacional para as Migrações tinham auxiliado aproximadamente 147.000 refugiados a regressar a Timor Leste. Mais 49.000 tinham regressado por si próprios, colocando o número total de regressados em 196.000. Cerca de 60.000 refugiados permanecem em Timor Ocidental e uma proporção significativa destes, muitos dos quais tinham laços com a administração indonésia, deverão, provavelmente, aí permanecer.

Estes movimentos tiveram um impacto duradouro na dimensão e na distribuição da população. Apesar de ainda não ter havido um recenseamento completo desde o fim da ocupação indonésia, uma das melhores estimativas recentes está disponível no 'Inquérito aos Sucos de Timor Lorosae' (SSTL—ver caixa 1.2), que neste relatório será referido como 'Inquérito aos Sucos'. Este cita valores do Registo civil levado a cabo em 2001 e concluiu que a população total era, na primeira metade de 2001, de 794.298 pessoas.

Quadro 1.2

População por distrito, 2001

	Distrito	População
1.	Aileu	31.827
2.	Ainaro	45.093
3.	Baucau	101.517
4.	Bobonaro	69.932
5.	Covalima	49.234
6.	Dili	120.474
7.	Ermera	88.415
8.	Liquica	45.575
9.	Lautem	53.467
10.	Manufahi	38.616
11.	Manatuto	35.446
12.	Oecussi	45.042
13.	Viqueque	62.704
	Total	*787.342*

Nota: Estes dados não incluem alguns refugiados regressados

Fonte: Inquérito aos Sucos, 2001

Quadro 1.1

Estimativas da população

	1990	1995	1999	2001
População	747.557	839.719	779.567	794.298
Com menos de 15 anos	42%	44%	41%	44%
Entre 15-64 anos	57%	55%	57%	54%
Com mais de 65 anos	2,0%	1,7%	1,9%	2%
Taxa de fertilidade	5,7	5,1	3,8	..

Fontes: Ver anexo quadro 1

O Quadro 1.1 combina estes valores com as estimativas da população para anos anteriores. As diferentes bases para estas estimativas, combinadas com a ruptura social generalizada, disfarçam em certa medida as tendências subjacentes da população. No entanto, parece que a 'taxa de crescimento natural' continua a ser bastante elevada. A taxa de fertilidade total, ou o número médio de crianças que cada mulher dá à luz ao longo da sua vida, era de mais de cinco em 1990 e 1995—superior a qualquer província na Indonésia. Como resultado, a população continuou a crescer rapidamente—em média 3,5% ao ano entre 1985 e 1990 e 2,4% entre 1990 e 1995. A taxa de fertilidade decresceu ao longo dos anos 90 e a agitação social de 1999, assim como as diferentes fontes utilizadas para obter dados sobre Timor Leste indepen-

Caixa 1.2

Inquéritos em Timor Leste

Uma das primeiras tarefas de Timor Leste é estabelecer uma base de dados segura para o planeamento futuro. O maior projecto actualmente em curso é a Avaliação da Pobreza que tem sido um exercício conjunto da Administração Transitória de Timor Leste, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Agência Japonesa de Cooperação Internacional. Este projecto inclui três elementos:

O Inquérito aos Sucos de Timor Lorosae (SSTL)—Foi concebido para fornecer uma base de dados consistente sobre as características de cada suco em Timor Leste. O resultado concreto do SSTL é um inventário das infraestruturas sociais e físicas existentes, das características económicas de cada suco e da cobertura dos serviços públicos. As principais fontes de informação foram os seus chefes, complementada por professores, profissionais da saúde e outros. A maior parte dos inquiridos eram homens. Neste relatório referimo-nos a este estudo como 'Inquérito aos Sucos'.

O Inquérito às Famílias de Timor Lorosae (HHTL)—Este é um inquérito por amostragem a 9.100 pessoas em 300 aldeias, destinado a identificar as características chave das famílias pobres—para fazer o levantamento das limitações das famílias mais pobres e avaliar o impacto dos programas públicos nestas famílias.

A Avaliação do Potencial Participativo de Timor Lorosae (APPTL)—Esta pesquisa ao nível da aldeia foi conduzida em 48 comunidades para investigar em detalhe a natureza da pobreza, as suas causas e qual a melhor forma de promover o bem-estar.

dente, causaram uma ruptura nas séries de dados. No entanto é claro que o crescimento populacional subjacente permanece elevado.

A outra característica demográfica principal de Timor Leste é a de que é uma sociedade maioritariamente rural—cerca de 76% da população vive nas 2.300 aldeias do país. Dos habitantes urbanos, a maioria está na capital, Dili, ou na segunda maior área urbana, Baucau. A maioria dos países em desenvolvimento experimentou um crescimento contínuo das suas populações urbanas. Isto sucedeu a um ritmo mais lento em Timor Leste mas a agitação social recente terá tornado a população mais móvel, o que, combinado com o fosso evidente entre os rendimentos rural e urbano, resultará provavelmente num aumento da população urbana.

Saúde

O povo de Timor Leste tem baixos níveis de saúde, certamente mais baixos que na Indonésia. A mortalidade infantil (80 mortes por cada 1.000 nados vivos) e a mortalidade juvenil, antes dos cinco anos de idade (144 mortes por cada 100.000 nado-vivos) são muito mais elevadas que as taxas da Indonésia e a esperança de vida à nascença é de 57 anos, comparada com 65 anos na Indonésia. As causas mais importantes de morte incluem doenças que se podem prevenir, como a malária, infecções do tracto respiratório e diarreia.

Só 20% das aldeias têm electricidade

Os baixos níveis de saúde são resultado, em parte, da falta de serviços básicos. Durante o período indonésio menos de 50% das famílias tinha acesso a água potável e só 38% a saneamento básico. E embora não haja dados recentes para comparação, o Inquérito aos Sucos sugere que a violência de 1999 não alterou consideravelmente a situação. Só 20% das aldeias têm acesso a electricidade; só 7% tem água canalizada nas casas e os restantes 30% das aldeias têm acesso a água canalizada ou bombeada em locais públicos. A maioria das pessoas que queiram ir aos serviços públicos de saúde terão de ir a pé: em média demoram 20 minutos a chegar a uma estrada, 30 minutos a alcançar uma estrada alcatroada e 70 minutos a chegar a um centro de saúde.

O fornecimento de cuidados de saúde é fraco. Apesar de antes de 1999 Timor Leste ter muitos edifícios destinados a serviços de saúde, as instalações tinham habitualmente excesso de pessoal e pouco material médico. Durante Setembro de 1999, cerca de três quartos das instalações de saúde foram danificadas e a maioria dos médicos, assim como outro pessoal, que eram na maioria indonésios, partiram. Agora há uma grande escassez de médicos, apesar da situação estar melhor no que diz respeito a pessoal de enfermagem uma vez que a maioria era timorense.

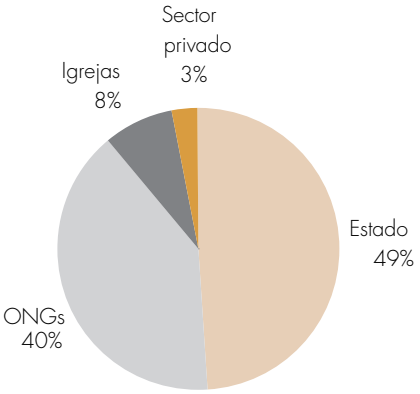
De acordo com o Inquérito aos Sucos existiam mais de 200 instalações de saúde em 2001, das quais a maioria eram centros de saúde comunitários e grande parte dos restantes eram postos de saúde ou clínicas móveis. Cerca de metade das instalações de saúde são fornecidas pelo Estado (Gráfico 1.1).

O sistema de saúde indonésio era em grande parte um sistema funcionando de cima para baixo, constituído maioritariamente por indonésios, não permitindo aos timorenses dizer nada sobre a forma como os seus serviços eram administrados. Isto, combinado com as barreiras linguísticas, também reduziu as possibilidades de as pessoas desenvolverem os seus próprios padrões de saúde e muitas comunidades tinham uma percepção limitada das noções básicas de nutrição e saúde. O VIH/SIDA é também uma questão com importância crescente (caixa 1.3).

Uma das principais preocupações é a saúde reprodutiva. Timor Leste tem poucas condições para o cuidado pré e pós-natal e as mulheres das áreas rurais, em especial, estão em risco quando surgem complicações com a gravidez. Só 30% dos partos têm qualquer assistência especializada.

Gráfico 1.1

Prestadores de cuidados de saúde



Fonte: Inquérito aos Sucos (2001)

Esta situação contribuiu para um nível elevado de mortalidade materna: morrem cerca de 420 mulheres por cada 100.000 nados vivos.

Actualmente o uso de contraceptivos é baixo e limitado a um pequeno número de opções. Em 1997, 25% das mulheres utilizavam contraceptivos. O principal método utilizado era a injecção trimestral, apesar de um pequeno número utilizar contraceptivos orais Norplant e DIUs. Poucos homens utilizam preservativo. Uma das principais prioridades será assegurar que os casais tenham acesso aos métodos apropriados às suas escolhas de planeamento familiar.

Educação

Também na educação Timor Leste apresentava resultados piores que as outras províncias da Indonésia. Mais uma vez existiam muitos edifícios mas havia falta de professores nas escolas, de fundos e de material. Muitos pais nem sequer matriculavam os seus filhos—o rácio líquido de matrículas de crianças no ensino primário era de cerca de 70%, comparado com 97% na Indonésia. Esta situação foi parcialmente um reflexo da pobreza: muitos pais pobres não podiam pagar o preço das propinas e dos uniformes. Muitos pais tinham também reservas a que os seus filhos fossem envolvidos num sistema repressivo e que fossem ensinados por professores estrangeiros. A baixa taxa de matrículas, a par das elevadas taxas de abandono, significa que em 1995, mesmo entre os mais novos, no grupo etário 15-19, menos de metade dos jovens, rapazes ou raparigas, tenha completado a instrução primária. Como resultado actualmente mais de metade da população é analfabeta (49% de homens e 64% de mulheres).

Os acontecimentos de Setembro de 1999 exacerbaram a situação. Cerca de 80% das escolas primárias foram total ou parcialmente destruídas, a par dos edifícios, mobília e materiais de ensino. Nessa altura, muitos professores partiram, incluindo a maioria dos que ensinavam nas escolas secundárias. Desde então muitas escolas foram reconstruídas. A educação é analisada em maior detalhe no capítulo 4.

Segurança alimentar e nutrição

Cerca de 76% da população vive nas áreas rurais, onde a maioria das famílias vive da agricultura de subsistência. As principais

Caixa 1.3

A oportunidade de prevenir o VIH/SIDA em Timor Leste

Vinte anos após as primeiras provas clínicas do síndroma de imunodeficiência adquirida, (SIDA) esta tornou-se a doença mais devastadora que a humanidade alguma vez enfrentou.

Cerca de 58 milhões de pessoas foram, mundialmente, infectadas pelo vírus VIH, das quais 22 milhões morreram em consequência de SIDA. O VIH/SIDA é actualmente a quarta maior causa de morte e ataca particularmente os jovens adultos: cerca de um terço dos que vivem com o VIH/SIDA têm idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. As mulheres jovens são especialmente vulneráveis.

Milhões dos que correm riscos nada sabem sobre o VIH e pouco fazem para se protegerem. Mesmo muitos dos que transportam o vírus não estão conscientes de o terem adquirido.

A região da Ásia Pacífico tem as taxas de crescimento de novos infectados com VIH mais altas do mundo. Nos últimos quatro anos tem havido um aumento de 100% na incidência de infecções com VIH. O VIH/SIDA continua a espalhar-se dramaticamente no Camboja, China, Myanmar, Papua Nova Guiné, Tailândia e Vietname.

A Indonésia é ainda um país com baixa incidência da doença mas, tal como noutros países, o VIH/SIDA está a espalhar-se entre grupos específicos, como profissionais do sexo e seus clientes, assim como entre a população móvel, como marinheiros e camionistas que têm altos níveis de sexo desprotegido com múltiplos parceiros.

Timor Leste pode esperar vir a ser afectado pelas tendências regionais subjacentes. De facto, o perigo pode ser maior aqui, uma vez que o risco de VIH/SIDA é particularmente elevado nos países que foram atingidos por conflitos, deslocação de populações e destruição generalizada. Timor Leste teve apenas um único caso registado de morte por VIH/SIDA até hoje mas o Grupo Temático das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA concluiu que Timor Leste não tem um sistema de vigilância sistemático ou fiável para o VIH/SIDA ou para doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), por isso a informação existente provavelmente será incompleta para poder avaliar a incidência de uma epidemia de VIH/SIDA.

O Grupo também identificou alguns factores de risco chave:

- Elevados níveis de DSTs;
- Baixos níveis de sensibilização para o VIH/SIDA/DSTs;
- A ausência de programas de alerta, prevenção e tratamento;
- O aumento da prostituição;
- Violência doméstica e incesto;
- O início da utilização de drogas injectáveis;
- Limitações culturais à discussão pública sobre comportamento sexual;
- A falta de educação, formação profissional, alternativas de emprego e actividades recreativas para os jovens;

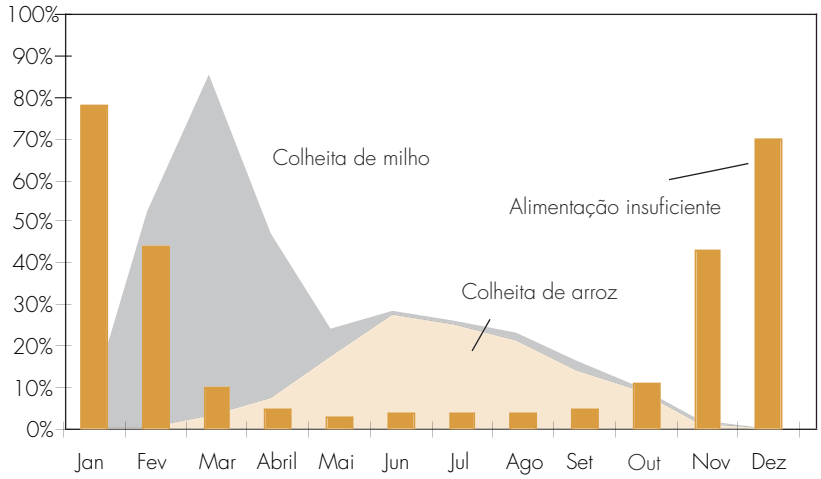
Se seguir o mesmo padrão a que se assistiu noutros países, o VIH/SIDA poderá ter um impacto enorme em Timor Leste. Alguns dos efeitos serão económicos: aqueles que contraírem o vírus vêm geralmente dos grupos etários mais produtivos e a combinação de perda de rendimento e a necessidade de pagar despesas de saúde é devastadora para as famílias pobres.

Poderá haver também um grande impacto na educação: se os professores ficarem infectados e morrerem será difícil substituí-los. Se um membro de uma família for infectado, é provável que as crianças tenham que ficar em casa para tomar conta dos doentes.

Existe também um grande peso sobre os serviços de saúde. As Nações Unidas calcularam que em 1996 o custo médio anual em cuidados de saúde para uma pessoa que vivesse com o VIH/SIDA nas ilhas do Pacífico era de cerca de $5.000, ao passo que os governos gastavam em cuidados de saúde, em média, apenas entre $20 e $30 por pessoa. Mesmo uma epidemia moderada de VIH/SIDA em Timor Leste poderia pôr o orçamento governamental sob pressão. Depois existem ainda os imensos custos pessoais e sociais. Quem tomará conta dos doentes ou dos órfãos?

Timor Leste tem uma oportunidade única para evitar isto. Esforços determinados hoje podem garantir um futuro mais seguro e mais saudável.

Gráfico 1.2
Colheitas e padrões de insegurança alimentar



Nota: As barras indicam a percentagem de sucos que declararam carência alimentar nesse mês. As áreas indicam a percentagem de sucos que declararam uma colheita de milho ou de arroz naquele mês.
Fonte: Inquérito aos Sucos (2001)

culturas para alimentação são o milho, o arroz e a mandioca. Apesar de o milho permanecer a principal cultura para alimentação, o arroz está a tornar-se cada vez mais importante e em 1997 a produção total era de cerca de metade da produção de milho. A produção alimentar de 2001, como registada no Inquérito aos Sucos, é apresentada no Quadro 1.3. A produção dos anos anteriores é apresentada no Quadro 9 do anexo. A principal cultura de rendimento é o café, que é cultivado simultaneamente em pequenas parcelas de terra e em grandes propriedades. O gado também foi uma fonte importante de rendimento familiar, apesar deste ter declinado durante os anos indonésios.

A insegurança alimentar atinge o seu máximo imediatamente antes da colheita do milho

Muita da terra é difícil de cultivar, dada a topografia agreste e a ameaça da erosão e da deflorestação. As famílias de agricultores utilizam vários métodos de cultivo bastante simples. Estes incluem o cultivo de milho através de queimadas e o cultivo de arroz em socalcos alimentados pelas chuvas ou irrigados, nas montanhas ou nos perímetros das terras baixas.

A maioria das famílias tem-se preocupado menos com a maximização das suas colheitas do que com a redução da vulnerabilidade aos caprichos do clima—incluindo os fenómenos relacionados com o El Niño que proporcionam as condições para cheias e secas. Só cerca de 2% das famílias utilizam fertilizantes ou pesticidas e somente 5% usam tractores. Isto deve-se parcialmente ao facto dos timorenses não utilizarem tradicionalmente estes inputs, mas também porque não têm estado disponíveis. Como resultado da baixa produtividade e de uma negligência geral pela agricultura, composta pelos efeitos de décadas de conflito e de dificuldades na posse da terra, a produção alimentar tem sido baixa. Somente cerca de metade da terra apropriada para a agricultura está actualmente a ser utilizada e durante décadas Timor Leste não foi autosuficiente nas suas culturas alimentares.

Quadro 1.3
Produção alimentar, 2001

	Hectares	Tons
Arroz de sequeiro	3.417	3.552
Arroz	35.318	54.302
Milho	121.335	68.959
Mandioca	91.067	55.349
Café (grão)	88.823	26.944
Café (grão seco)	28.981	14.984
Feijão	8.177	3.722
Batata doce	67.137	31.663
Batatas	1.687	968
Inhame	28.912	13.500
Abóbora	13.639	9.442
Feijão preto	4.145	1.786
Soja	2.080	821
Côco	2.120	2.137
Amendoins	3.262	1.677
Vegetais	7.123	1.888
Bananas	17.892	19.371
Outros frutos	2.978	3.086

Fonte: Inquérito aos Sucos (2001)

Esta baixa produção colocou em risco a segurança alimentar básica. As famílias podem atingir a segurança alimentar quer cultivando os alimentos para si próprias quer obtendo um rendimento de outras fontes para comprarem o que necessitam. A maioria das pessoas depende do cultivo do seu próprio alimento. O Inquérito aos Sucos mostra que 80% da produção de milho e 85% da produção de mandioca são para auto-consumo. O arroz é um produto mais comercializado, apesar de cerca de dois-terços da produção de arroz ser para auto-consumo. Os inquéritos feitos pela SUSENAS, o Inquérito Sócio-Económico Indonésio, sugere que cerca de dois terços do gasto total das famílias vai para alimentação, sendo o arroz o item isolado mais importante. No entanto, existe claramente uma produção insuficiente e verificam-se usualmente períodos de escassez em Dezembro e Janeiro. Esta situação está ilustrada no Gráfico 1.2 que mostra como a insegurança alimentar atinge o seu máximo imediatamente antes da colheita do milho.

Quando os tempos se tornam difíceis, as famílias de agricultores comem menos e adoptam outras estratégias de adaptação. O inquérito de avaliação da pobreza descobriu que para dois terços da população, a primeira opção seria substituir arroz por milho, enquanto que outros venderiam gado ou outros bens ou pediriam emprestado a amigos ou a familiares.

Mesmo quando existe comida disponível em casa, no entanto, ela poderá não ser bem utilizada. Isto é evidente a partir dos dados sobre a má nutrição infantil: cerca de 45% das crianças com idade inferior a cinco anos têm um peso inferior ao devido. Os inquéritos às condições de nutrição da OMS levados a cabo em distritos seleccionados sugere que 3 a 4% das crianças entre os 6 meses e os cinco anos são muitíssimo malnutridas, enquanto que uma em cada cinco são cronicamente malnutridas. Apesar desta situação ser em parte devida à falta de alimentos, algumas famílias não dão às suas crianças o tipo certo de alimentação e a capacidade das crianças absorverem os nutrientes também está a ser comprometida devido às infecções regulares.

Pobreza de rendimento

Que Timor Leste é um país pobre está fora de dúvida. Mas a proporção que se julga viver num rendimento de pobreza depende de onde se situa a linha de pobreza. O padrão internacional, que é útil em comparações entre países, é de $1 por dia. Mas é usualmente melhor ter uma linha de pobreza nacional, que reflicta melhor as condições locais. O Inquérito às Famílias de Timor Leste definiu, em Setembro de 2001, uma linha de pobreza de $0.55 por pessoa/por dia. Desta verba, cerca de dois terços eram destinados à alimentação, suficiente para fornecer 2.100 kilocalorias por dia, e o restante era destinado a items não alimentares, incluindo educação, saúde, vestuário e habitação. Nesta base, 41% da população estava abaixo da linha de pobreza, com uma incidência maior nas áreas rurais (46%) que nos centros urbanos (26%). A taxa de pobreza mais baixa verifica-se em Dili e em Baucau, onde é de 14%.

A grande maioria dos pobres situa-se nas zonas rurais. Entre estes, os grupos mais pobres situam-se em famílias que têm pequenos terrenos e pouco ou nenhum gado bem como entre aqueles que vivem em zonas que são propensas a cheias e à erosão do solo. Com maior probabilidade de serem pobres são também as famílias com muitas crianças e as que têm idosos ou outros parentes a cargo.

Talvez surpreendentemente, a pobreza parece ser menor nos 10% de famílias que são liderados por mulheres. Isto acontece provavelmente porque uma mulher viúva é provavelmente tão pobre que não consegue sobreviver sozinha e, seguindo o costume timorense tem probabilidades de ir viver com a família do irmão do seu marido. Uma mulher só consegue sobreviver sozinha no seio de uma família mais rica.

A pobreza em Timor Leste está também relacionada com a desigualdade. A medida convencional de desigualdade é o

41% da população estava abaixo da linha de pobreza

Quadro 1.4

Desigualdade e produtividade agrícola, 1995

	Coeficiente de Gini	Produtividade agrícola*
Timor Leste	**0.363**	**0.847**
Nusa Tenggara Ocidental	0.286	1.706
Nusa Tenggara Oriental	0.296	0.961
Maluku	0.269	2.026
Irian Jaya	0.386	2.007

*Milhões de Rp. por trabalhador

Fonte: Booth (2001)

Quadro 1.5

Principal actividade de rendimento monetário das famílias

Actividade	Rural	Urbano	Total
Produção de arroz	32%	15%	23%
Produção de café	13%	9%	11%
Produção frutas/veg.	26%	19%	22%
Criação de gado	6%	5%	6%
Lojistasr	3%	11%	7%
Empreiteiros	1%	2%	1%
Trabalhador	5%	12%	8%
Funcionários públicos	1%	7%	4%
Limpezas	1%	2%	2%
Transporte	1%	3%	2%
Restauração	0%	1%	1%
Outros	11%	15%	13%
Total	100%	100%	100%

Fonte: ADB (2000)

Cerca de 20.000 jovens integram anualmente a força de trabalho

coeficiente de Gini que varia entre 0 (igualdade absoluta) e 1 (uma pessoa possui tudo). Em Timor Leste em 1995, o coeficiente de Gini era de 0.363, mais alto do que em outras províncias pobres da Indonésia (Quadro 1.4). Esta situação pode ser explicada pela baixa produtividade na agricultura que reduziu os rendimentos rurais. Apesar de nesse ano 73% dos trabalhadores estarem a trabalhar na agricultura, eles geravam somente cerca de 30% do PIB e a produção por trabalhador era menos de metade da de outras províncias.

Os que trabalhavam nas áreas urbanas, onde a maioria das pessoas trabalhava ou para o governo ou noutras actividades do sector de serviços, tinham provavelmente rendimentos semelhantes aos habitantes urbanos de qualquer outra cidade na Indonésia. Por isso, a meio dos anos 90 o rendimento per capita em Dili era 73% mais elevado que no resto de Timor Leste, enquanto que o verificado no distrito mais pobre, Lautem, era 42% mais baixo.

A partida de muitos funcionários indonésios terá certamente reduzido os rendimentos médios urbanos. No entanto a expansão dos serviços governamentais através da UNTAET e o elevado número de organizações internacionais em Dili, contribuíram para um aumento marginal no coeficiente de Gini para 0.37 (2001).

Modos de vida sustentáveis

Para alcançar o desenvolvimento humano sustentável as pessoas deveriam poder prosseguir 'vidas sustentáveis'. Este termo inclui não só emprego mas também as formas como podem utilizar outros activos, actividades e direitos de modo a poderem ganhar a vida.

Uma das prioridades para Timor Leste deve ser a criação de oportunidades de emprego suficientes para as gerações actuais e futuras. Actualmente a força de trabalho atinge cerca de 310.000 pessoas. Com a população a crescer a um ritmo de cerca de 2,5% ao ano, cerca de 20.000 jovens integrarão anualmente a força de trabalho. Quase todas as formas de vida actuais estão ligadas à agricultura, quer para autoconsumo quer para rendimento. Um inquérito rápido de avaliação da situação levado a cabo em 2000 pelo Banco Asiático de Desenvolvimento chegou à conclusão de que o arroz era a fonte principal de rendimento monetário das famílias (Quadro 1.5).

Como este quadro indica, a maior parte do rendimento monetário é derivado da 'economia informal'. Para o futuro previsível, a alternativa ao emprego informal será muito limitada. Um estudo da OMT/PNUD calcula que, no máximo, a economia formal abrangerá somente 22.000 pessoas, a maioria das quais será empregada pelo governo, as ONGs e algumas empresas estrangeiras. Os restantes —incluindo os trabalhadores por conta própria, empregadores, empregados e trabalhadores familiares não remunerados—poderão considerar-se abrangidos pela economia informal. A divisão de género desta força de trabalho é desconhecida mas calcula-se que seja de 60% de homens e 40% de mulheres.

O sector 'industrial' ou manufactureiro permanece muito pequeno e consiste maioritariamente de actividades manuais. Uma avaliação de 1997 calculou que, como categorias mais importantes, existiam cerca de 4.500 empresas de tecelagem e de produção de mobiliário sendo o seu número médio de trabalhadores apenas de três (House, 1999).

Conforme a economia se desenvolve, no entanto, o trabalho não-agrícola tornar-se-á cada vez mais importante. Grande parte será no sector dos serviços em Dili e em Baucau mas o desenvolvimento económico sustentado exigirá apoio e encorajamento para a implantação de empresas de pequena escala quer nas áreas rurais quer nas urbanas.

Género

Como noutros países em desenvolvimento, a pobreza afecta particularmente as mulheres. A juntar às suas outras responsabilidades, na família e na agricultura, elas carregam o fardo do impacto da água poluída e das más condições sanitárias, que as obriga a passar muito tempo a cuidar das crianças doentes. As mulheres rurais, em particular, que vivem longe de instalações de saúde também incorrem no risco de complicações na gravidez—que contribui para a mortalidade materna.

As mulheres, pelo menos no passado, tinham menos probabilidades de serem matriculadas na escola do que os homens e dois terços são analfabetas. Para além disso, têm menos poder no seio da família. Isto deve-se parcialmente ao facto de não terem um rendimento monetário próprio: a taxa de participação na força de trabalho é de somente 40% para as mulheres comparada com 60% para os homens. As mulheres também têm pouca participação nas reuniões da comunidade, onde são muitas vezes silenciadas. Por outro lado estão subrepresentadas em ocupações como no ensino ou administração pública.

Muitas mulheres são também vítimas de violência. Na verdade um dos piores aspectos dos acontecimentos de Setembro de 1999 foi o grau de violência contra as mulheres. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos relatou casos de violação e de abuso sexual em Dili e durante as deslocações forçadas para os campos de Timor Ocidental, assim como no interior dos próprios campos.

A ONG de mulheres timorenses FOKUPERS também relatou 182 casos documentados de violação dos direitos humanos baseada no género e considera que estes incidentes constituem somente a ponta do icebergue. Toda esta violência teve um efeito traumático nas vidas de centenas de mulheres, que necessitarão de aconselhamento e de apoio nos próximos anos.

No entanto, a maioria da violência vivida pelas mulheres hoje em dia acontece dentro das suas próprias casas. A 'violência baseada no género' pode ser definida como a violência que envolve homens e mulheres, em que a mulher é habitualmente a vítima e que resulta de uma relação de poder desigual. Participantes do Primeiro Congresso das Mulheres de Timor Lorosae, em Junho de 2000 relataram que uma cultura de violência e de intolerância contra as mulheres se tornou profundamente enraizada na sociedade de Timor Leste. O Congresso adoptou uma plataforma de acção que dedica uma atenção especial à violência baseada no género, incluindo a violência doméstica.

A amplitude desta violência é desconhecida já que muita dela não é relatada. Algumas mulheres poderão desconhecer os seus direitos legais ou sentir que não podem confiar nas autoridades para tomar as medidas apropriadas. Outras podem recear mais represálias do agressor ou desaprovação por parte dos outros membros da comunidade. Mas não é invulgar que em sociedades saídas de um longo período de conflito armado, os seus ecos continuem a ressoar no seio das famílias durante muitos anos.

Algumas ONGs em Timor Leste já têm programas que procuram prevenir e dar resposta à violência baseada no género. A Rede das Mulheres de Timor Leste (REDE) reclamou leis adequadas para proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e a criação de serviços de apoio. A UNIFEM está actualmente a apoiar o estabelecimento de um secretariado permanente para a REDE e a criação de capacidades para o seu pessoal e membros.

A pedido das autoridades e comunidades de Timor Leste foram iniciadas, em Outubro de 2001 e em áreas-piloto seleccionadas dos distritos de Baucau e de Manatuto, uma série de workshops sobre violência doméstica destinadas a compreender melhor a extensão do problema e a procurar soluções na comunidade local.

As mulheres têm um papel vital a desempenhar na reconstrução de Timor Leste. Já foram feitos alguns esforços para acentuar a sua participação. Existiram, por exemplo, actividades especiais para promover o voto das mulheres e medidas para assegurar que pelo menos 30% dos funcionários públicos sejam mulheres. Em Novembro de 2001 a administração transitória nomeou uma Conselheira timorense para a Igualdade, reportando directamente ao Ministro Chefe, para apoiar a formulação e a implementação das políticas governamentais sobre a igualdade e a promoção destas

Uma cultura de violência e de intolerância contra as mulheres

questões no seio dos governos locais e centrais.

Ambiente

Um requisito essencial do desenvolvimento humano é que seja sustentável—'desenvolvimento que vá ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades'. Timor Leste não está bem provido de recursos naturais. A maior parte do terreno é inclinado—estudos mostram que cerca de 44% do país tem uma inclinação de cerca de 40%, coberto por uma camada fina de solo não produtivo. A chuva é pouca mas quando chega é por vezes tão abundante que pode arrastar o solo em grandes inundações. Algumas comunidades de agricultores desenvolveram algumas formas indígenas de conservação do solo mas no resto do país a agricultura de queimada e uma fraca gestão da terra contribuíram para uma perda contínua da camada de solo.

A degradação ambiental compromete os sistemas de saúde e de vida das gerações futuras

Isto foi exacerbado pela deflorestação. Mesmo antes da chegada dos portugueses, os timorenses já estavam a perder as suas florestas. Um dos recursos mais valiosos era a madeira de sândalo, mas a sobre-exploração reduziu esta floresta para alguns hectares. Muitas famílias rurais também dependem da venda de madeira para ser utilizada como combustível. Como resultado destas e doutras actividades, pensa-se que a camada de floresta tenha diminuído cerca de 30% no período entre 1972-99. Apesar de existirem poucas estimativas credíveis sobre a utilização de terra, provavelmente 80% do país consiste agora de vários tipos de terra com cobertura arbustiva. (Pedersen, 1999).

O outro recurso mais importante são os minerais. Estes incluem alguns depósitos de ouro, cobre e ferro mas muita da riqueza mineral está no Mar de Timor, entre Timor Leste e a Austrália. Aqui jazem depósitos de petróleo e de gás natural. As estimativas do seu valor variam, mas estima-se que ao longo de um período de 20 anos as jazidas poderão produzir cerca de 7 biliões de dólares americanos no total.

Para os timorenses das áreas urbanas, a questão ambiental mais importante é a poluição. Actualmente não existem sistemas efectivos de gestão de desperdícios. Dili tem um sistema básico de esgotos e uma recolha e tratamento limitados dos resíduos sólidos. Mas grandes montes de lixo são acumulados como resultado de largadas ilegais. Tudo isto está a contribuir para a poluição dos lençóis de água subterrâneos, de que muitas pessoas dependem para beber.

A sustentabilidade é uma questão crítica para o desenvolvimento humano em Timor Leste. A não ser que o país lide com questões como a deflorestação, a poluição da água e a recolha insustentável de recursos, os rendimentos agrícolas e rurais continuarão a cair, as estradas e as infraestruturas continuarão a degradar-se e a saúde das pessoas sofrerá as consequências. A degradação ambiental também compromete os sistemas de saúde e de vida das gerações futuras.

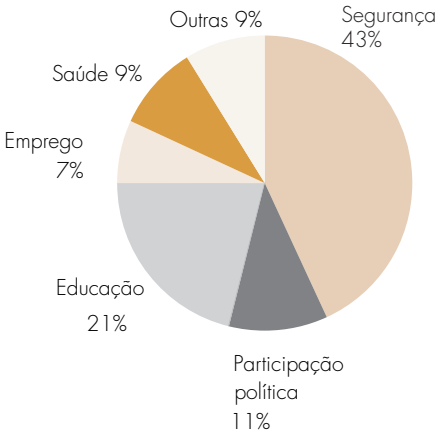
Segurança humana

Outro componente crítico do desenvolvimento humano é a segurança. As pessoas necessitam de estar a salvo de ameaças aos seus direitos, à sua segurança ou às suas vidas. Comparando com os anos da administração indonésia e o período traumático na sequência do referendo, a maioria das pessoas sente-se agora mais segura. E a taxa de criminalidade registada é baixa. Isto é claro a partir do Inquérito às Famílias, em que 43% dos inquiridos referiram a maior segurança como a melhoria mais significativa relativamente ao período anterior à violência (Gráfico 1.3).

A administração da UNTAET foi estabelecida em Outubro de 1999 pelo Conselho de Segurança da ONU para 'exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça'. Isto envolveu o estabelecimento de uma força

Gráfico 1.3

Melhorias desde 1999



Fonte: Inquérito às Famílias

de polícia civil para manter a lei e a ordem, apoiando a criação do Serviço de Polícia de Timor Leste. Este esforço incluiu mais de 2.000 pessoas de 40 países. A governação e a justiça são consideradas em maior detalhe no capítulo 2.

Liberdade e participação

O povo de Timor Leste já estabeleceu a sua independência como nação. A 30 de Agosto de 2001 uns notáveis 91% do eleitorado votaram para eleger os membros da Assembleia Constituinte, constituída por 27% de mulheres. A Assembleia recebeu relatórios de 13 Comissões Constitucionais que sintetizaram os pontos de vista de mais de 36.000 timorenses na preparação da Constituição, sendo aprovada em Março de 2002, preparando o caminho para a independência. A eleição presidencial de Abril de 2002 também teve uma participação surpreendente—86% de eleitores depositaram os seus votos, comparados por exemplo, com 51% nas últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos.

Estes passos formais são os pré-requisitos de um Estado-Nação mas a liberdade envolve mais que o estabelecimento de instituições formais e levar a cabo eleições regulares. O tipo de liberdade que é essencial ao desenvolvimento humano exige um processo constante de participação e de *feedback* que permita a todos—homens, mulheres e crianças—a possibilidade mais alargada de controlar os processos que afectam a sua vida do dia-a-dia.

Este tipo de liberdade também é um direito humano. Como o Relatório do Desenvolvimento Humano global de 2000 salienta, os direitos humanos e o desenvolvimento humano partilham uma visão comum e um objectivo comum—assegurar a liberdade, bem estar e dignidade das pessoas de todo o mundo. Assegurar:

- *ausência de discriminação*—por género, raça, etnia, origem nacional ou religião;
- *liberdade de querer*—usufruir de um nível de vida decente;
- *liberdade para desenvolver*—realizar o potencial humano de cada um;
- *ausência de medo*—das ameaças à segurança pessoal, de tortura, prisão arbitrária e outros actos violentos;
- *ausência de injustiça*—de violações do império da lei;
- *liberdade de pensamento e de discurso*—e de participar nas tomadas de decisão e formação de associações;
- *liberdade de ter um trabalho decente*—sem exploração.

Esta lista de liberdades é uma agenda desafiadora e exigente. Para Timor Leste, a primeira prioridade tem sido o estabelecimento dos acordos constitucionais para construir uma democracia forte e participativa, a par das instituições apropriadas e de uma moldura legal sólida.

Mas de igual importância é o estabelecimento de uma 'cultura' de respeito pelos direitos humanos quer pelo Estado quer pela sociedade civil. Isto não pode ser alcançado apenas através de legislação. Cada grupo e cada indivíduo tem de respeitar o 'outro'—aceitando que a liberdade de uma pessoa acaba onde começa a de outra. E Timor Leste tem também de olhar para lá da agressão do passado recente, assegurando que os conflitos sejam solucionados não através da violência mas através do diálogo.

Cada grupo e cada indivíduo tem de respeitar o 'outro'

Os índices de desenvolvimento humano

Esta breve apresentação da situação do desenvolvimento humano em Timor Leste fornece algumas impressões do leque de questões que o desenvolvimento humano genuíno compreende—da boa saúde, às vidas sustentáveis e emprego e liberdade política. Para a maioria destas questões é possível recolher dados apropriados; é o caso da taxa de mortalidade infantil, nível de emprego e de rendimento e a amplitude da participação das mulheres nos sistemas eleitorais. Mas também foram desenvolvidos esforços internacionais para alcançar uma medida composta global: um índice de desenvolvimento humano (IDH) que conjuga todos os factores possíveis numa única medida.

Deve ser enfatizado, no entanto, que o IDH não consegue—e na verdade não pode—reflectir todos os aspectos do desenvolvimento humano uma vez que é impossível, de uma forma séria, combinar informação sobre, por exemplo, rendimento, crime e direitos humanos ou mortalidade materna, num só indicador. Assim o IDH foi desenvolvido de forma a combinar um subgrupo destas informações, utilizando

indicadores de esperança de vida, conhecimento e nível de vida (caixa 1.4).

Isto resulta num valor de IDH para cada país numa escala de 0 a 1 o que, em princípio, permite classificar qualquer país do mundo de acordo com as suas realizações em termos de desenvolvimento humano. Na prática isto não é possível para todos os países uma vez que nem todos recolhem os dados necessários. Em 2001 o Relatório global de Desenvolvimento Humano de 2001 calculou o IDH para 162 países. Destes, a Noruega ocupava o primeiro lugar com um IDH de 0,939, enquanto a Serra Leoa, um país na África Ocidental, ocupava a última posição com um IDH de 0,258.

Caixa 1.4

Uma perspectiva sobre o índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano foi apresentado pela primeira vez no Relatório do Desenvolvimento Humano mundial de 1990 e desde então tem sido aperfeiçoado.

Porque precisamos de um índice do desenvolvimento humano?—Porque o progresso nacional tende a ser medido apenas pelo PNB, muitas pessoas têm procurado medidas sócio-económicas melhores e mais abrangentes. O índice do desenvolvimento humano é um contributo para esta procura.

O que inclui o IDH?—O IDH é composto por três elementos básicos do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e nível de vida. A longevidade é medida pela esperança de vida à nascença. O conhecimento é medido através de uma combinação da taxa de alfabetização de adultos (com o peso de dois terços) e do número médio de anos de escolaridade (com o peso de um terço). O nível de vida é medido pelo poder de compra, baseado no PNB real per capita ajustado ao custo de vida local (paridade do poder de compra, ou PPC).

Porquê só três elementos?—O ideal seria reflectir todos os aspectos da experiência humana. A falta de dados impõe alguns limites sobre isto mas talvez se venham a acrescentar mais indicadores à medida que haja mais informação disponível. Mas a existência de mais indicadores não seria necessariamente uma melhoria. Alguns podem sobrepor-se a indicadores já existentes: a mortalidade infantil, por exemplo, já está reflectida na esperança de vida. Além disso, ao acrescentar mais variáveis o quadro poderia ficar confuso e desviar a atenção das principais tendências.

Como é possível combinar indicadores medidos em unidades diferentes?—A medida do PNB é o dinheiro. No entanto, a novidade do IDH foi a de encontrar uma medida comum para a distância sócio-económica percorrida. O IDH estabelece um mínimo e um máximo para cada dimensão e mostra a posição de cada país em relação a estas escalas—expresso num valor entre 0 e 1.

Será enganoso usar um único IDH para um país com grandes desigualdades?—As médias nacionais podem esconder muito. A melhor solução seria criar diferentes IDHs para os grupos mais significativos: por sexo, por exemplo, ou por classe económica, região geográfica, raça ou grupo étnico. Os distintos IDHs iriam revelar um perfil mais detalhado das privações humanas e em alguns países foram realmente produzidos.

Como pode ser usado o IDH?—O IDH oferece uma alternativa ao PNBpc como medida do progresso sócio-económico das nações. Permite às pessoas e aos seus governos avaliar o progresso ao longo do tempo e determinar prioridades para intervenções políticas. O IDH permite também comparações instrutivas sobre as experiências de diferentes países.

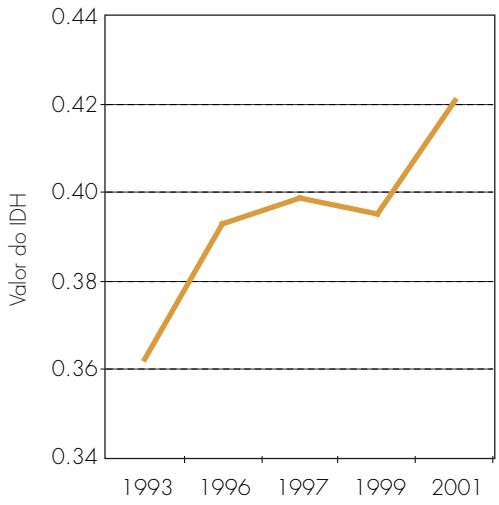
Onde é que Timor Leste encaixa neste quadro? O Quadro 1.6 apresenta a estimativa para Timor Leste enquanto província indonésia, até 1999, e um cálculo para 2001 que indica um IDH de 0.421.

Também se verificou um aumento geral do IDH (Gráfico 1.4). Esta tendência deve ser vista com precaução dado que o valor para 2001 utiliza fontes diferentes das utilizadas para os outros anos (ver nos anexos a nota sobre o cálculo dos indicadores). No entanto sugere uma melhoria contínua nos índice da esperança de vida e da educação. A componente de rendimento do IDH, que é o PIB per capita ajustado pela paridade do poder de compra, demonstrou uma grande descida—que correspondeu provavelmente à crise económica na Indonésia e ao colapso de 1999, e depois um aumento em 2001, que correspondeu ao incentivo no sector dos serviços causado pela presença de muitos expatriados.

Comparar Timor com o resto do mundo obriga, no entanto, a usar os dados de 1999 dado que este é o último ano para o qual o IDH para os vários países foi calculado. Nesta base o IDH de Timor Leste é idêntico ao do estado centro-africano do Ruanda, que nesse ano foi classificado em 152º lugar num total de162 países para o qual o IDH foi calculado (Quadro 1.7). É interessante neste caso comparar os componentes do IDH de Timor Leste com os do Ruanda. Apesar de serem idênticos, os componentes que o constituem são muito diferentes. No entanto o PIB per capita de

Gráfico 1.4

Tendência do IDH, 1993-2001



Fonte: Como para o quadro 1.6.

Quadro 1.6

Índice de desenvolvimento humano

	1993	1996	1997	1999	2001
Esperança de vida à nascença (anos)[1]	52,2	53,9	54,4	56,0	56,7
Taxa de alfabetização de adultos (%)[2]	35,6	40,4	40,6	40,4	43,0
Taxa bruta de escolaridade[3] (%)	52,6	55,5	56,6	59,1	56,1
PIB per capita ($PPC)[4]	374	429	442	337	478
Índice da esperança de vida	0,453	0,482	0,490	0,517	0,528
Índice da educação	0,413	0,454	0,459	0,466	0,474
Índice do rendimento per capita	0,220	0,243	0,248	0,203	0,261
Valor do Índice de Desenvolvimento Humano	0,362	0,393	0,399	0,395	0,421

Notas:1. Para mais informações sobre o modo como a esperança de vida e outros dados foram estimados, ver a Nota sobre o cálculo dos indicadores, página 93. 2. Igual ou superior a 15 anos. 3.Agregado de matriculados nos ensinos primário, secundário e superior. 4. Usando o ano de 1996 como base. O número para '1993' refere-se a 1995.

Fontes: O censo da população de 1990, o inquérito intercensos de 1995 (SUPAS). Inquéritos socio-económicos às famílias—SUSENAS (1993, 1996 e 1999), Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001, IMF Survey (28 de Agosto de 2000), Declaração do IMF sobre Timor Leste na Conferência de Doadores (Oslo, Dezembro de 2001).

Quadro 1.7

Índice de desenvolvimento humano de Timor Leste na classificação mundial, para 1999

Ordem no IDH		Valor do IDH	PIB per capita ($PPC)	Esperança de vida à nascença (anos)	Taxa de alfabetização de adultos[1]	Taxa de escolarização bruta (%)[2]
	Países da ASEAN					
56	Malásia	0,774	8.209	72,2	87,0	66
66	Tailândia	0,757	6.132	69,9	95,3	60
70	Filipinas	0,749	3.805	69,0	95,1	82
101	Vietname	0,682	1.860	67,8	93,1	67
102	Indonésia	0,677	2.857	65,8	86,3	65
118	Myanmar	0,551	1.027	56,0	84,4	55
121	Camboja	0,541	1.361	56,4	68,2	62
131	Laos	0,476	1.471	53,1	47,3	58
	Timor Leste	0,395	337	56,0	40,4	59
	Outros países asiáticos com desenvolvimento humano baixo:					
129	Nepal	0,480	1.237	58,1	40,4	60
130	Butão	0,477	1.341	61,5	42,0	33
132	Bangladesh	0,470	1.483	58,9	40,8	37
133	Iémene	0,468	806	60,1	45,2	51
	Países lusófonos em vias de desenvolvimento					
69	Brasil	0,750	7.037	67,5	84,9	80
91	Cabo Verde	0,708	4.490	69,4	73,6	77
146	Angola	0,422	3.179	45,0	42,0	23
156	Guiné-Bissau	0,339	678	44,5	37,7	37
157	Moçambique	0,323	861	39,8	43,2	23
	Outros países com IDH baixo					
152	Ruanda	0,395	885	39,9	65,8	40
161	Níger	0,274	753	44,8	15,3	16
162	Serra Leoa	0,258	448	38,3	32,0	27

Fonte: Para outros países, o Relatório do Desnvolvimento Humano, PNUD (2001).

Notas: 1. Com 15 anos ou mais. 2. No ensino primário, secundário e superior

Timor Leste é inferior a metade do do Ruanda ($337 comparado com $885). Timor Leste apresenta também um índice inferior na educação principalmente porque em 1999 a taxa de alfabetização era de somente 40%, comparada com 66% no Ruanda. No entanto, isto é contrabalançado por uma esperança de vida muito superior (56 anos em Timor Leste, comparada com 40 no Ruanda).

Das componentes do IDH, Timor Leste tem um desempenho moderado na esperança de vida. Uma esperança de vida média de 56 anos é comparável à do Camboja e à do Myanmar, mas muito inferior à verificada em muitos outros países da ASEAN, como a Indonésia (65) e o Vietname (68). Apesar de tudo, a esperança de vida em Timor Leste é muito superior à de outros países africanos de língua oficial portuguesae com baixos rendimentos, como Angola e Guiné-Bissau (45) e Moçambique (40).

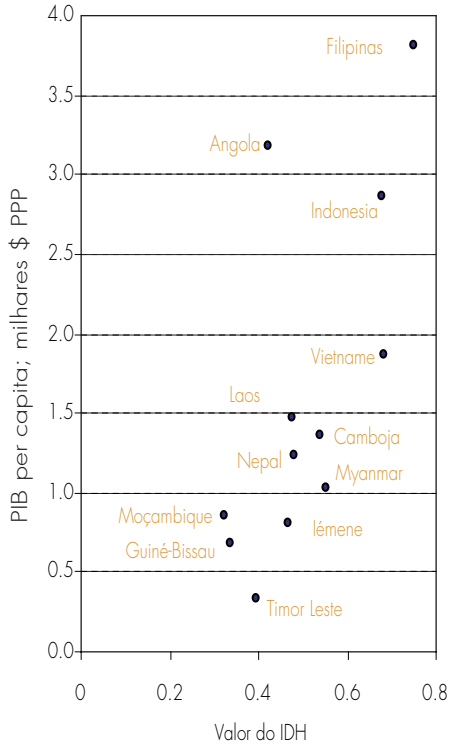
O IDH de Timor Leste é idêntico ao do estado centro-africano do Ruanda

Dos componentes do índice de educação, Timor Leste tem um desempenho melhor nas matrículas que na literacia. O rácio bruto combinado de matrículas para Timor Leste era de 59% em 1999, comparável com o do Myanmar (55%) e com o do Camboja (62%). Por outro lado, a taxa de alfabetização de adultos para Timor Leste rondava os 40%, sendo muito inferior à verificada em qualquer outro país da ASEAN e comparável apenas como a dos países mais pobres da Ásia, como o Butão, o Bangladesh, o Nepal e o Iémen, assim como com os países africanos mais pobres, incluindo a Guiné-Bissau, o Níger, Moçambique e a Serra Leoa.

No entanto o pior desempenho de Timor Leste é no rendimento per capita —que é em certa medida resultado da crise de 1999. De facto, o rendimento per capita estimado de $337 para 1999 coloca Timor Leste no último lugar do ranking de PIB destes 162 países—bastante atrás da Serra Leoa, que ocupava o último lugar com $448. Isto é indicado no gráfico 1.5 que apresenta Timor Leste no fim da tabela em termos de rendimento mas com um desempenho um pouco melhor no IDH. A tendência nesta figura mostra que o IDH tende a aumentar quando o rendimento per capita aumenta—em parte porque o rendimento é em si próprio um componente do IDH. Mas esta figura ilustra um ponto im-

Gráfico 1.5

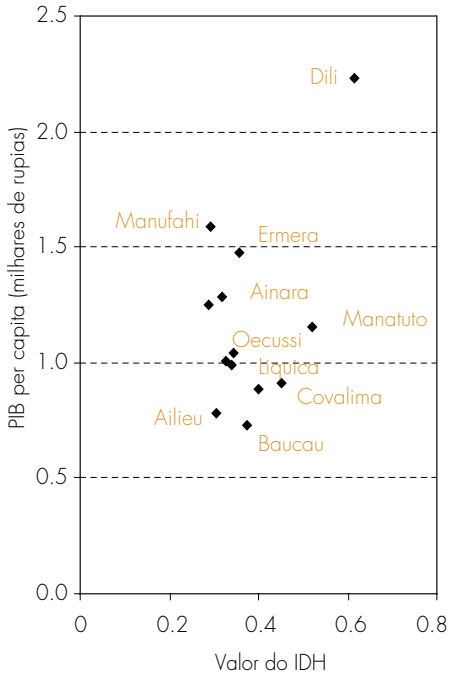
IDH comparado com o PIB



Fonte: Como para o quadro 1.7

Gráfico 1.6

IDHs regionais, 1999



Nota: Os valores do IDH deste quadro não são comparáveis com os que são apresentados no Quadro 1.6 já que o indicador de rendimento utiliza as rupias indonésias e que um dos indicadores de educação utiliza a média de anos de escolaridade em vez da taxa bruta combinada de matrícula nos três graus de ensino

Fonte: Calculado a partir dos dados brutos do SUSENAS de 1999

portante: alguns países têm um desempenho melhor que outros a transformar rendimentos mais elevados em melhores condições de desenvolvimento humano. Nestes termos, Timor Leste tem um desempenho melhor do que o seu rendimento per capita poderia sugerir, sublinhando a importância do IDH como medida do desenvolvimento em lugar do PIB apenas.

Uma das fraquezas do IDH calculado a nível nacional é a de que não leva em conta as desigualdades dentro dos próprios países. Um país pode ter um IDH global elevado mas apresentar desigualdades significativas entre regiões ou entre grupos sociais. Este será certamente o caso de Timor Leste, dado o contraste entre áreas rurais e urbanas e a negligência dos distritos mais remotos. Uma forma de lidar com esta questão é calcular diferentes IDHs para diferentes regiões. Actualmente não é possível fazê-lo para os 13 distritos de Timor Leste uma vez que não existem dados suficientes. No entanto é possível ter uma ideia da situação utilizando os dados recolhidos pela Indonésia em 1999. O resultado é ilustrado no gráfico 1.6, que apresenta o IDH mais elevado em Dili e o mais baixo em Manufahi, apesar deste distrito ter um PIB per capita mais elevado que qualquer outro distrito à excepção de Dili.

Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao Género

Uma das diferenças mais importantes nas realizações do desenvolvimento humano é a diferença entre homens e mulheres. Neste caso os relatórios de desenvolvimento humano global tiveram uma aproximação ligeiramente diferente—não calculando diferentes IDHs para homens e mulheres, mas reduzindo ou descontando o IDH através de uma factor que representa a amplitude da desigualdade de género. Isto produz um Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao género (GDI). Quanto maior o grau de desigualdade, mais o GDI se distancia do IDH. Os resultados são apresentados no Quadro 1.8, que dá um GDI para Timor Leste, em 2001, de 0,347, que se compara com um IDH de 0,395—ou seja, 12% mais baixo. Isto acontece em grande parte porque o rendimento salarial global das mulheres é considerado como sendo apenas um oitavo do dos homens.

O Quadro 1.8 mostra que o GDI se deteriorou desde 1999. Esta situação não se deve ao facto da desigualdade de género, em geral, ter aumentado—na verdade em 1999 o GDI, então com 0,361, era 34% mais baixo que o IDH para esse ano—mas porque o próprio IDH baixou muito entre 1999 e 2001.

Existe também um outro indicador do estatuto das mulheres: a medida de reforço do poder (*empowerment*) tendo em atenção o género (GEM). Esta tem em conta a percentagem de mulheres no parlamento, a percentagem de gestoras e de profissionais qualificadas, assim como as disparidades entre o rendimento salarial de homens e mulheres. Actualmente, contudo, não existem dados suficientes para calcular o GEM em Timor Leste.

O índice de pobreza humana

Outra medida útil desenvolvida para o relatório do desenvolvimento humano global é o índice de pobreza humana (IPH). A abordagem convencional da pobreza humana discutida anteriormente refere-se apenas aos níveis, baixos, de rendimentos e de consumo. Mas a pobreza, tal como o desenvolvimento humano, é um conceito multidimensional. As pessoas podem ser pobres de muitas formas, para além de terem um baixo rendimento. Podem ter uma saúde pobre, por exemplo, ou falta de acesso à educação ou a oportunidades de emprego. O índice de pobreza humano tenta levar isto em consideração. De facto existem dois índices, um para os países em desenvolvimento e outro para os países da OCDE, que têm em conta as suas diferentes circunstâncias. O IPH para os países em desenvolvimento (IPH-1) combina medidas de longevidade, conhecimento e capacidade económica geral. Neste caso os valores são apresentados em percentagens, onde uma percentagem menor significa um nível mais baixo de pobreza. O IPH actual de Timor Leste é de 49.0 (quadro 1.10).

Deve notar-se no entanto que o IPH não é um índice de incidência da pobreza. Um nível de pobreza de 49.0 não significa que 49% vivem num nível de pobreza humana. Isto é assim porque o IPH, tal como o IDH, é um índice composto. Assim, enquanto a proporção de pessoas que não utilizam melhores fontes de água ser de 46,9% e a proporção de adultos que são

Quadro 1.8

Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género

	1999	2001
Esperança de vida à nascença (anos)		
Mulheres	57,5	59,2
Homens	54,2	55,6
Taxa de alfabetização de adultos, com 15 anos ou mais (%)		
Mulheres	33,9	42,8
Homens	46,9	43,1
Taxa de escolarização bruta combinada nos ensinos primário, secundário e superior		
Mulheres	59,7	55,1
Homens	62,1	58,4
Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG)	0,361	0,347

Nota: Para questões de comparação entre os dados pré e pós-1999, ver 'Nota sobre o cálculo dos indicadores', página 93.
Fonte: Como no quadro 1.6

Table 1.9

Timor Leste na classificação global de IDG

		Índice de desenvolvimento ajustado ao Género		Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de alfabetização de adultos (%)[1]		Taxa bruta de escolaridade (%)		Rendimento ($PPP)	
Ordem no IDH		Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	Países da ASEAN										
56	Malásia	55	0,768	74,8	69,9	82,8	91,1	67	64	5,153	11.183
66	Tailândia	58	0,755	72,9	67,0	93,5	97,0	61	60	4.634	7.660
70	Filipinas	62	0,746	71,1	67,0	94,9	95,3	84	80	2,684	4.910
101	Vietname	89	0,680	70,2	65,5	91,0	95,4	64	69	1.552	2.170
102	Indonésia	92	0,671	67,7	63,9	81,3	91,5	61	68	1.929	3.780
118	Myanmar	107	0,547	58,4	53,6	80,1	88,8	55	55	746	1.311
121	Camboja	109	0,534	58,6	54,1	57,7	80,1	54	71	1.190	1.541
131	Laos	119	0,463	54,4	51,9	31,7	63,0	52	65	1,169	1.774
	Timor Leste		0,351	57,7	54,2	33,9	46,9	57,9	62,1	146	522
	Outro países asíaticos com desenvolvimento humano baixo										
129	Nepal	120	0,461	57,8	58,3	22,8	58,0	52	67	849	1.607
130	Butão	..	..	62,8	60,3	..	..	..	..	..	..
132	Bangladesh	121	0,459	59,0	58,9	29,3	51,7	33	41	1.076	1.866
133	Iémen	131	0,410	61,2	59,0	23,9	66,6	29	72	345	1.272
	Países lusófonos em vias de desenvolvimento										
69	Brasil	64	0,743	71,8	63,9	84,9	84,8	80	79	4,067	10.077
91	Cabo Verde	84	0,696	71,8	66,0	65,1	84,5	76	79	2.687	6.560
146	Angola	..	..	46,3	43,6	..	..	21	25	..	..
156	Guiné-Bissau	143	0,308	45,9	43,1	18,3	58,3	27	47	442	921
157	Moçambique	141	0,309	40,8	38,8	27,9	59,3	19	26	713	1.013
	Outro países com IDH baixo										
161	Niger	146	0,260	45,1	44,5	7,9	23,0	12	20	561	941
162	Serra Leoa	..	..	39,6	37,0	..	..	21	32	..	..

Nota: 1. Com 15 anos ou mais
Fonte: Para outros países, Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 (PNUD)

Quadro 1.10

Índice de pobreza humana de Timor Leste

	1996	1999	2001
Pessoas que não devem ultrapassar os 40 anos (em % da população total)	41.1	35.6	32.2
Taxa de alfabetização de adultos, com 15 anos ou mais (%)	59.6	59.6	57.0
Média não ponderada de privação de um nível de vida decente	49.0	45.7	..
opulação sem acesso a água potável (%)	47.4	46.9	45.4
Crianças com peso deficiente menores de 5 anos (%)	50.6	44.5	..
Valor do Índice de pobreza humana (IPH-1)[1]	51.0	49.0	..
População abaixo da linha de pobreza nacional (%)[2]	41.5	42.4	41.1

Notas:1. Para uma explicação de como foi calculado o IPH, ver a 'Nota sobre o cálculo dos indicadores', na página 93 . 2. Utilizando linhas de pobreza baseadas no consumo: 32.742 rupias/capita/mês em 1996, 78.396 rupias/pessoa/mês em 1999—ambos retirados dos dados centrais do SUSENAS em 1996 e 1999, e 158.480 rupias/capita/mês em 2001—retirado do Inquérito às famílias de Timor Leste de 2001.

Fonte: Censo da população de 1990, Inquéritos intercensos (SUPAS) de 1995, Inquéritos sócio-económicos das famílias—SUSENAS (1993, 94, 96, 97, 98, 99). Inquérito às famílias de Timor Leste de 2001

Table 1.11

Timor Leste na classificação global IPH-1

			Índice de pobreza humana	Pessoas que não devem ultrapassar os 40 anos (% da coorte)	Taxa de analfabetismo adultos (%)	Pessoas sem acesso a água potável (%)	Crianças com peso deficiente menores de 5 anos (%)	População abaixo da linha nacional de pobreza (%)
Ordem no IDH		Ordem	Valor (%)	1995-2000	1999	1999	1995-2000	1984-99
	Países da ASEAN							
56	Malásia	13	10,9	5,0	13,0	5	18	15,5
66	Tailândia	21	14,0	9,0	4,7	20	19	13,1
70	Filipinas	23	14,7	8,9	4,9	13	28	36,8
101	Vietname	45	29,1	12,8	6,9	44	39	50,9
102	Indonésia	38	21,3	12,8	13,7	24	34	27,1
118	Myanmar	43	28,0	26,0	15,6	32	39	..
121	Camboja	78	45,0	24,4	31,8	70	52	36,1
131	Laos	66	39,9	30,5	52,7	10	40	46,1
	Timor Leste		49,0	35,6	59,6	46,9	44,5	42,4
	Outros países asiáticos com desenvolvimento humano baixo							
129	Nepal	77	44,2	22,5	59,6	19	47	42,0
130	Butão	..	..	20,2	..	38	38	..
132	Bangladesh	73	43,3	21,4	59,2	3	56	35,6
133	Iémen	70	42,5	20,0	54,8	31	46	19,1
	Países lusófonos em vias de desenvolvimento							
69	Brasil	18	12,9	11,3	15,1	17	6	22,0
91	Cabo Verde	36	20,9	10,4	26,4	26	14	..
146	Angola	..	..	41,6	..	62	42	..
156	Guiné-Bissau	86	49,6	42,2	62,3	51	23	..
157	Moçambique	84	48,3	49,2	56,8	40	26	..
	Outros países com IDH baixo							
152	Ruanda	76	44,2	51,9	40,8	59	40	51,2
161	Niger	90	63,6	41,4	84,7	41	50	63,0
162	Sierra Leone	..	..	51,6	..	72	29	68,0

Fontes: Para outros países, Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 (PNUD)

analfabetos ser de 56,9%, estas pessoas não são as mesmas—alguns analfabetos, por exemplo, terão bom abastecimento de água. Esta falta de informação sobre sobreposição de características significa que o IPH não pode ser considerado um índice de incidência. No entanto, tem o mérito de mostrar o quadro geral e de ajudar a traçar as tendências de pobreza ao longo do tempo e entre países.

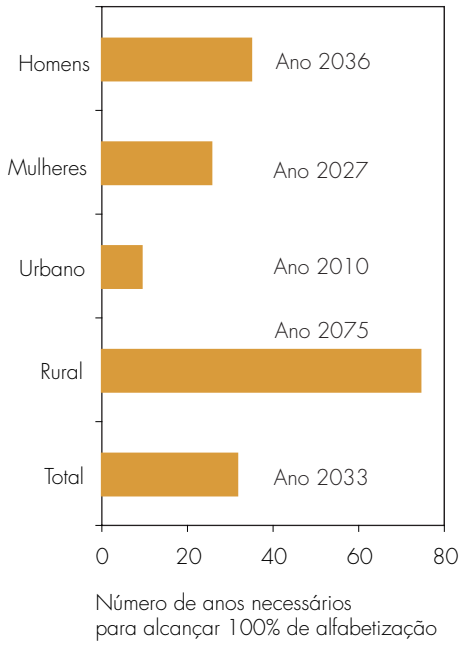
Uma das dificuldades em fazer comparações internacionais é a de que nem todos os países produzem informação suficiente para calcular o índice de pobreza humana. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001 tem IPHs e a classificação correspondente para 90 países em desenvolvimento em 1999. Se Timor Leste fosse inserido nesta lista global, aumentando o número total de países para 91, com um valor de IPH-1 de 46,0 ocuparia a posição número 81, entre o Senegal (45.0) e a República Centro-Africana (45.8).

Timor tem uma das mais altas taxas de pobreza humana da Ásia

O Quadro 1.11 apresenta Timor num contexto global. O Ruanda, o país com a mesma classificação de IDH que Timor Leste nesse ano, tem um nível inferior de pobreza humana, classificando-se na posição número 76 com um IPH de 44,2. O Quadro 1.11 também permite comparações com outros países da região. Dos restantes países asiáticos para os quais o IPH pode ser calculado, Timor Leste tem a taxa mais elevada de pobreza humana.

Gráfico 1.7

Alcançar 100% de alfabetização



Fonte: Quadro 7 do Anexo

O Quadro 1.11 também inclui as taxas de pobreza nacionais. Isto, no entanto, refere-se a 'rendimento de pobreza'. Em contraste com o IPH este é um índice de incidência. Estas informações também são baseadas em linhas de pobreza definidas nacionalmente e por isso não são perfeitamente comparáveis mas fornecem indicações gerais.

Mostram, por exemplo, que alguns dos países africanos mais pobres têm níveis muito altos de pobreza de rendimentos, muito superiores aos níveis de Timor Leste. Também indicam que a RDP do Laos e o Vietname têm uma proporção superior a Timor Leste da sua população a viver com um rendimento de pobreza. Ambos, no entanto, parece terem um melhor desempenho na pobreza humana.

Objectivos para Timor Leste

Estas medidas de desenvolvimento humano e de pobreza ajudam a perceber melhor o quadro da situação de Timor Leste. Indicam igualmente até onde Timor Leste terá de ir nas várias dimensões do desenvolvimento humano. Mas qual a velocidade com que Timor Leste terá de fazer estas melhorias? Já existe alguma orientação da Assembleia Geral da ONU, que em Setembro de 2000 aprovou a Declaração do Milénio, definindo objectivos de desenvolvimento a atingir no ano 2015. Estes compreendem muitos aspectos do desenvolvimento humano.

- *Pobreza*—Em 2015 a proporção de pessoas a viver em pobreza extrema (com menos de $1 por dia) deverá ser reduzida em pelo menos 50% relativamente ao nível de 1990.
- *Educação*—Em 2015 a taxa de matrícula no ensino primário deverá ter atingido os 100%.
- *Mortalidade infantil* —Em 2015 a taxa de mortalidade infantil deverá ter sido reduzida para menos de dois terços do nível de 1990.
- *Mortalidade materna*—Em 2015 a taxa de mortalidade materna deverá ter sido reduzida em três quartos do nível de 1990.
- *Cuidados de saúde primários*—Em 2015 deverá haver acesso universal aos cuidados de saúde primários, incluindo aces-

so a métodos fiáveis e seguros de planeamento familiar.

- *Doenças infecciosas*—Impedir a difusão da SIDA, da malária e de outras epidemias que afligem a humanidade.
- *Disparidades de género*—Promover a igualdade de género no país, a todos os níveis e de todas as formas.

Estas metas de desenvolvimento servem como padrões a serem atingidos em todo o mundo. Que significam especificamente no caso de Timor Leste?

Os objectivos da educação e da saúde

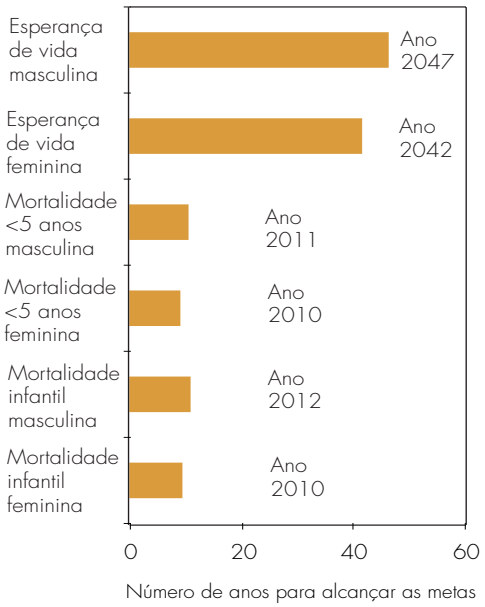
Uma das formas de calcular quanto tempo levará Timor Leste a atingir este tipo de objectivos é assumir a mesma taxa de progresso registada nos últimos anos. O Gráfico 1.7 mostra, por exemplo, quanto tempo demorará a atingir 100% de alfabetização de adultos, extrapolando o progresso registado ao longo do período 1993-99.

Esta é claramente uma estimativa muito simples. Por definição, a literacia não pode ser alcançada até que todos os adultos se tornem alfabetizados, incluindo aqueles que vivem nas áreas rurais. Porém, fornece uma indicação acerca do caminho ainda a percorrer.

O Gráfico 1.8 mostra os resultados de um exercício semelhante para os indicadores de saúde—a mortalidade das crianças com menos de cinco anos e a mortalidade infantil. Nesta base, Timor Leste será capaz de atingir os objectivos antes da data prevista.

Gráfico 1.8

Alcançar as metas para a saúde



Fonte: Como para o quadro 1.5

Monitorizando o progresso

Enquanto Timor Leste tenta atingir estes objectivos, uma tarefa importante será construir um sistema estatístico que possa monitorizar a informação relacionada com as intervenções sociais, económicas e políticas. Actualmente o sistema parece mais capaz de lidar com a informação económica e social. Mas enquanto que é importante manter valores actualizados sobre as contas nacionais e comércio internacional, é igualmente vital recolher e publicar dados sobre a nutrição infantil, a educação e o crime, por exemplo.

Além disso, esta informação precisa de ser recolhida não só ao nível nacional, mas também ao nível regional. Mesmo neste pequeno país existem frequentemente diferenças importantes entre regiões, entre áreas urbanas e rurais, entre as áreas de planície e as de montanha, entre regiões áridas e regiões agrícolas férteis. É por isso importante reunir informação ao nível sub-nacional—entre regiões, por exemplo, e unidades administrativas. Este tipo de informação não só estimula um debate saudável sobre a necessidade de uma distribuição mais equitativa da riqueza como também ajuda a reduzir a tensão entre diferentes grupos e a evitar conflitos graves.

Timor Leste deverá ser capaz de alcançar a meta para a taxa de mortalidade infantil

A dimensão da tarefa

Quando Timor Leste tomar o seu lugar no Relatório global de Desenvolvimento Humano, encontrar-se-á perto do fundo do quadro de IDH. O índice de desenvolvimento humano não mede todos os aspectos do progresso—não toma em consideração, por exemplo, a realização histórica da independência. Para Timor Leste a liberdade é um aspecto do desenvolvimento humano que melhorou dramaticamente nos últimos três anos. A maioria das pessoas também se sentem mais seguras.

Mas noutros aspectos da vida, particularmente no que diz respeito à educação e à saúde, têm um longo caminho a percorrer. Muita responsabilidade pelo progresso dependerá de ter uma administração pública sólida e capaz. Este é o tema do próximo capítulo.

Timor Leste no terceiro milénio

Uma contribuição especial de Sua Excelência Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB

É minha intenção situar primeiro a posição de Timor Leste para localizar o contexto e as suas implicações de desenvolvimento no terceiro milénio. O vasto continente asiático estende-se desde a Ásia Ocidental e os países do Golfo até aos países da Ásia Oriental. A parte sul inclui a Ásia do Sul, o Sudeste Asiático e a Ásia Oriental. Os países do Pacífico dentro da Oceania incluem a Austrália, a Nova Zelândia, a Papua Nova Guiné e as ilhas do Pacífico. A norte existem as Repúblicas da Ásia Central e no Nordeste, a Sibéria e a Mongólia. Nesta grande área encontra-se Timor Leste, que em breve se irá tornar no país mais novo do terceiro milénio.

A Ásia e o Pacífico apresentam-nos um contraste nítido entre povos, culturas e modos de vida. A realidade da globalização económica na Ásia-Pacífico com o aparecimento dos chamados 'dragões económicos' como a Austrália, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura tiveram um papel fundamental na redefinição da economia global. Embora em anos anteriores, tal como em 1999, alguns deles tivessem sofrido um colapso económico, a Ásia-Pacífico é a zona do mundo com o maior crescimento económico. E no entanto perguntamos porque estão ainda milhões de pessoas na pobreza, com fome e sem abrigo? Esta é a mesma questão que afecta o espírito do povo de Timor Leste: a questão do grande número de pobres. Deixem-me, por isso, definir primeiro os pobres de Timor Leste para nos orientarmos quando falamos do desenvolvimento de Timor Leste agora e no futuro.

Quem são os pobres de Timor Leste?

Pessoas com uma profunda fé, simples e honestas e, no entanto, vítimas de pobreza económica involuntária que resulta num estilo de vida empobrecido. Disse nas minhas Cartas Pastorais que "A pobreza é identificada com os timorenses: comida e roupa insuficientes, e outras necessidades básicas tais como a falta de água limpa, electricidade, transportes, infra-estruturas e instalações hospitalares e escolares". Vinte e quatro por cento da população urbana vive na pobreza e 60% dos habitantes das aldeias vive em condições sub-humanas.

Elas são as pessoas que sofreram e arriscaram as suas vidas por amor da sua afirmação à existência e à liberdade humanas. A violência cometida em Timor Leste desde a sua invasão em 1975 até que atingiu o seu clímax naquele trágico dia 11 de Setembro de 1999, deixou um trauma indelével e profundo em todos os que dela fizeram parte. O trauma continua apesar da retirada completa da Indonésia e mesmo com a presença do pessoal internacional da UNTAET. Esta experiência específica de dor deixa-nos uma herança de violência psicológica. Sim, os pobres, cujos conflitos individuais e colectivos se tornaram uma experiência escondida de dor e sofrimento quer para os sobreviventes quer para os executores. Pessoalmente, a herança desta violência tão aguda faz-me sofrer ao ver pessoas clamar por cura e perdão. De facto, tal memória dolorosa que tem ameaçado a segurança e a existência de cada sobrevivente timorense, é algo que partilho com o resto do meu povo.

O desafio

A pobreza e as memórias dolorosas da violência são os assuntos principais que têm ameaçado o desenvolvimento da segurança e da existência de cada timorense. Será necessário desenvolvimento material, social, político e espiritual se quisermos pensar em trabalhar para o bem comum de cada timorense e para Timor Leste como uma nação. Significa novas estruturas, nova visão e novos processos a partir dos quais uma sociedade com fracturas pode ser reconstruída como verdadeira e justa. É pois um desafio procurar esse sentimento de segurança, de dignidade, de fazer parte de um todo maior e de partilhar quer da vida de gerações passadas quer da esperança da sociedade quanto ao seu próprio futuro. Não podemos simplesmente repetir as fórmulas que nos serviram no passado.

Precisamos de crescer, temos de nos levantar com as nossas próprias forças e ver, julgar e agir com elas de forma que nos permita retirar o que melhor nos ajudará nesta situação. Nestes casos, como deve ser adaptado o desenvolvimento dentro do contexto? Quais são as suas dimensões na reconstrução de vidas destruídas? Será que o clamor por cura, justiça e perdão e reconciliação é apenas político e social? O

que será exigido a Timor Leste para viver uma sociedade "desenvolvida" que seja humana e humanizante, para viver uma vida de fé, algures entre o que é desejável e o que é possível?

A resposta: desenvolvimento completo

O desenvolvimento do nosso país como povo e como nação é de grande importância para fazer face a este desafios. Contudo, o desenvolvimento não deve ser apenas sustentável mas também completo ou integral. O desenvolvimento em Timor Leste, segundo Emilia Pires, Directora da Agência para o Planeamento Nacional e Desenvolvimento, deve incluir os seguintes aspectos: consulta à comunidade e planeamento local, recolha e análise de dados, envolvimento dos timorenses e prioritização do desenvolvimento nacional. Este é um bom plano de actividades para começar, como prioridades para melhorar a sustentabilidade do desenvolvimento. Isto faz-me lembrar um provérbio índio americano que expressa a visão e os valores necessários para o desenvolvimento sustentável: "Nós não herdamos a terra dos nossos avós; tomamo-la emprestada dos nossos netos". Assim, em primeiro lugar, desenvolvimento sustentável significa desenvolvimento económico que satisfaça as necessidades da geração presente de forma a não comprometer as necessidades das gerações futuras. Em segundo lugar, os pormenores da vida em qualquer país são interligados e interdependentes e esta é uma verdade óbvia para Timor Leste se se quiser juntar oficialmente às nações independentes do mundo. Esta é uma verdade política. Assim, a interdependência das nações e de toda a comunidade da Terra deve ser promovida. Finalmente, o governo tem um "dever de todos para com todos". Como reitera João Paulo II, "cada nação ou povo tem direito ao seu próprio desenvolvimento completo, que tem os seus aspectos puramente económicos e sociais", mas que "deve também incluir a identidade cultural individual e abertura ao transcendente". Assim, há quatro respostas concretas se Timor Leste avançar como uma nova nação:

- *Estabilidade política*—Os líderes políticos e aqueles que são devidamente eleitos pelo povo devem unir-se no sentido de levar a cabo as exigências da recente Constituição. Eles trabalham, não para o seu interesse pessoal e auto-engrandecimento mas para o bem comum da sua nação. Todas as agências do governo, sejam elas da defesa, serviços sociais, comunicações, etc., devem promover e definir a visão de serviço a bem da sociedade civil. Esta é uma forma de tornar as nossas instituições políticas estáveis e sustentáveis. Alguns diriam, "a estabilidade política significa prosperidade económica". Neste sentido, o que Timor Leste necessita é de atrair investidores que ajudem a dinamizar a economia. Poderá resultar ou não em crescimento económico, acompanhado de uma distribuição mais igualitária de bens, mas a estabilidade política é considerada essencial para vencer a pobreza. Neste caso, o governo deve actuar seriamente sobre a situação de imensa pobreza em Timor Leste se quiser ser um instrumento útil para a sociedade civil. O alívio do sofrimento dos pobres deve ser encarado frequentemente como aumento da equidade económica para melhorar as condições de vida dos pobres de Timor Leste.

- *Direitos Humanos e democracia*—O caminho para a democracia e para os direitos humanos poderá ser novo em Timor Leste mas os princípios nos quais se baseia não o são. Os direitos humanos e a democracia são uma parte integrante do desenvolvimento completo. Eles são essenciais à dignidade humana de cada timorense. Do ponto de vista cristão, o respeito pelos direitos humanos de cada indivíduo é um acto cristão. A base é a de que todos os seres humanos são iguais porque todos somos filhos de Deus e criados à Sua imagem. Neste sentido, o desenvolvimento também significa igualdade de género. Por isso apoio as iniciativas de direitos humanos das organizações não-governamentais, como o Tribunal do Povo e o Tribunal Internacional também para identificar aqueles que cometeram crimes contra a Humanidade. Precisamos de continuar aquilo que já conseguimos até agora. Já repeti várias vezes que "a democracia é o modo de pôr os direitos humanos em movimento". Escolhemos a independência que repudiou os 25 anos de ocupação indonésia. Um novo capítulo da história se abre. O famoso referendo de 30 de Agosto de 1999 é uma indicação de que podemos prosseguir os ideais da democracia. Mostrámos ao mundo que podemos entrar na democracia através do voto honesto e tranquilo. A nova Constituição, longe de perfeita, já foi

adoptada. Elegemos o novo Presidente em 14 de Abril e, o que é mais importante, vamos celebrar a independência completa no próximo dia 20 de Maio de 2002. De facto, os direitos humanos e a democracia enquanto chaves para o nosso futuro são também essenciais para o desenvolvimento de cada ser humano em Timor Leste.

- *Diálogo e solidariedade com a cultura timorense*—O desenvolvimento completo no contexto de Timor Leste obriga a um diálogo de vida entre povos e nações que clamam pela cura do seu passado. Todos têm que dialogar com as tradições orais e vivas do povo. É verdade que ainda não descobrimos uma visão holística do que é que constitui a identidade timorense. Uma tarefa assombrosa, mas compensadora. Este não é apenas um trabalho para peritos como os antropólogos, os sociólogos e talvez teólogos, mas é tarefa de todos descob=rir a essência do que faz de um timorense, um timorense! Fazemos eco do Relatório Willowbank de 1978, que afirma que o facto de se estar em diálogo e em solidariedade com a cultura dá ao indivíduo um "sentido de identidade, dignidade, segurança e continuidade". Isto sugere que o reconhecimento e a participação na formação de cada cultura e sociedade desempenha um papel vital no percurso de desenvolvimento de cada pessoa. No entanto não nos podemos esquecer que a razão básica da pobreza e da violência é também a recusa em reconhecer a existência de realidades sociais e culturais que vivem na identidade e existência do indivíduo.

Enquanto espero ansiosamente pela celebração da independência de Timor Leste no próximo dia 20 de Maio de 2002, que estas respostas ao desenvolvimento sustentável e completo sejam consideradas em qualquer programa e actividades governamentais. Do meu lado, como homem da Igreja, tenho grande esperança na unidade e sentimento de integridade, em que esta Igreja local possa também contribuir significativamente para a construção de Timor Leste como uma nova nação no espírito da participação civil. Tenho esperanças de ouvir as histórias dos timorenses, por muito dolorosas que sejam, e de partilhar com eles a minha própria viagem em direcção ao desejo e intenção de ver Timor Leste tornar-se numa nação desenvolvida, agora e no futuro.

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB
Bispo de Díli
Timor Leste

CAPÍTULO 2

Construindo uma administração pública eficaz

Nos primeiros anos da independência, o povo de Timor Leste irá depender fortemente da competência e capacidade dos serviços governamentais. Qualquer fraqueza ou falha destes serviços será um obstáculo sério ao progresso do desenvolvimento humano.

O desenvolvimento humano é um objectivo nacional que depende dos esforços combinados das instituições governamentais, do sector privado e de todos os elementos da sociedade civil. Mas como o sector privado é limitado e os muitos grupos comunitários emergentes e as ONGs da sociedade civil estão a lutar para se adaptarem às novas e complexas circunstâncias da independência, muita da responsabilidade nos primeiros anos recairá, na prática, sobre o governo e o sector público.

Será que as instituições governamentais estão à altura deste desafio? Muito irá depender das decisões que vierem a ser tomadas nos próximos anos, que ditarão a forma e qualidade da futura administração pública. Independentemente da qualidade das políticas oficiais nos diversos aspectos do desenvolvimento humano, estes esforços serão em vão se as instituições públicas não forem capazes de implementá-las.

Há muitas questões cruciais a enfrentar: a estrutura e a natureza das instituições; a capacidade e a motivação dos funcionários públicos; a força e independência do sistema judicial e as melhores formas de erradicar a corrupção. A menos que estes factores sejam encarados de forma rápida, o desenvolvimento humano de Timor Leste ficará comprometido.

A herança colonial

Embora em muitos aspectos Timor Leste esteja a construir uma nova administração a partir da base, irá também herdar, directa ou indirectamente, algumas das estruturas e atitudes do seu passado colonial—tanto português como indonésio (ver Anexo).

Os portugueses tiveram uma abordagem indirecta à governação. O Governador em Dili actuava através de administradores distritais que por sua vez coordenavam administradores sub-distritais. Mas estes não exerciam controlo directo sobre as aldeias, que deixavam em larga medida nas mãos dos liurais, ou chefes de suco. O governo indonésio, pelo contrário, estava determinado a exercer uma disciplina muito mais rígida sobre todo o país. O governo da Nova Ordem queria exercer o controlo centralizado por toda a Indonésia, incluindo Timor Leste. Mas queria também 'pacificar' Timor Leste em particular, onde enfrentava uma resistência teimosa ao seu domínio.

A Indonésia introduziu uma série de sistemas de controlo interligados. Em primeiro lugar, havia o governador que, juntamente com burocratas governamentais, administravam cada nível da administração através do administrador distrital, o *bupati,* o administrador sub-distrital, o *camat*, e depois o chefe da aldeia. Em complemento, porém, existiam comandantes locais do exército, que para além dos seus deveres militares também detinham posições estratégicas no governo e eram apontados como membros do parlamento tanto ao nível provincial como distrital.Outro canal de controlo era exercido através da força policial. O governador coordenava decisões importantes com os comandantes militares e policiais, através de um fórum especial para a liderança política provincial, distrital e sub-distrital. Entretanto, o governo controlava também o sistema legal e a imprensa que se mantinha fraca e sem poder.

Muita da responsabilidade nos primeiros anos recairá sobre o governo e o sector público

Esta estrutura autocrática poderá ter ajudado a fornecer serviços—e Timor Leste era fortemente subsidiado pelo governo central—mas da perspectiva do desenvolvimento humano criou um serviço público com falhas graves. O risco de um Timor Leste independente é o de que, embora tenha alcançado a independência política, poderá herdar algumas das falhas institucionais e atitudes da administração anterior. Estas falhas incluem:

- *Excesso de pessoal*—Numa tentativa de 'comprar' a passividade dos timorenses e tornar a província mais dependente, o governo central empregou um grande número de funcionários, muitos dos quais indonésios. Timor Leste tinha mais funcionários públicos por habitante do que qualquer outra província.
- *Uma cultura de dependência*—Quase todas as iniciativas vinham do centro e de cima para baixo. Poucos funcionários públicos tinham o incentivo ou a confiança para fazer mais do que 'esperar pelas ordens' de cima.
- *Administração complexa*—Havia demasiados níveis de burocracia para um território tão pequeno, o que implicava muita duplicação de funções.
- *Corrupção generalizada*—Muitos funcionários eram mal pagos e tentados a complementar os seus rendimentos aceitando outros trabalhos e vários subornos (caixa 2.1).
- *Falta de participação pública*—O sistema de administração indonésio era, no essencial, paternalista. Desencorajava a participação popular e marginalizava formas tradicionais de tomada de decisão.

O sistema de administração indonésio era, no essencial, paternalista

A transição para a independência

Os acontecimentos de Setembro de 1999 foram devastadores não apenas para a população mas também para o sistema da administração. Algumas das perdas foram físicas. As milícias apoiadas pelo exército destruíram, completa ou parcialmente, três quartos dos edifícios administrativos e outras infra-estruturas. Também retiraram ou queimaram arquivos governamentais essenciais.

Tão debilitante para Timor como estes acontecimentos foi a perda de pessoal. Embora cerca de 75% dos funcionários públicos fossem timorenses, estes concentravam-se principalmente nos níveis inferiores da administração. Nos níveis superiores a maioria do pessoal era indonésio. Durante a crise que se seguiu ao referendo, cerca de 8.000 funcionários fugiram para a Indonésia—incluindo a maioria dos que desempenhavam papéis chave na estrutura administrativa. Como resultado, Timor Leste ficou sem os gestores mais qualificados, sem pessoas capazes de operar os serviços básicos, sem juízes e apenas com um polícia mais graduado.

Para ajudar a suprir estas falhas, para manter a paz e reconstruir a estrutura da governação, o Conselho de Segurança da ONU em Outubro de 1999 estabeleceu a Administração Transitória das Nações Unidas para Timor Leste. Esta acabou por se tornar numa das operações mais ambiciosas das Nações Unidas—uma mistura de manutenção da paz, reabilitação nacional e construção da nação (caixa 2.2).

Uma das primeiras tarefas foi estabelecer os fundamentos de uma nova administração governamental. Inicialmente a UNTAET ocupou quase todas as posições da administração pública com pessoal internacional da ONU. Depois, em Julho de 2000, estabeleceu a Administração Transitória de Timor Leste (ATTL) para formar o núcleo de um novo governo. Este era composto por um gabinete com cinco timorenses e quatro funcionários internacionais. A UNTAET e a ATTL começaram a recrutar funcionários públicos. Também estabeleceram uma Agência para o Planeamento Nacional e Desenvolvimento (APND).

Em Agosto de 2001, foram realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte com 88 membros e que tinha por função elaborar uma nova Constituição. No seguimento destas eleições, a UNTAET estabeleceu uma nova estrutura governativa. Esta consistia em dez ministérios e quatro secretarias de Estado, todos liderados por timorenses. O gabinete de 26 membros da ATTL, composto por ministros, vice-ministros e secretários de Estado, foi seleccionado através de consultas entre o Administrador da UNTAET, que ficou como líder do governo, e a Assembleia Constituinte recentemente eleita e a sua composição reflectia a composição política da Assembleia.

Em Março de 2002 a Assembleia aprovou a nova Constituição. Esta estabeleceu

um estado democrático unitário, baseado no primado da lei e no princípio da separação de poderes. Os órgãos representativos serão eleitos através de sufrágio directo e universal.

A Constituição estabelece os papéis do Presidente da República, que é simultaneamente o Comandante-chefe das Forças Armadas, do Primeiro- Ministro (que chefiará um conselho de ministros) e do Parlamento. Isto preparou o caminho para as eleições presidenciais em Abril e para a independência completa em 20 de Maio de 2002.

Sistema de governo

Timor Leste escolheu um sistema de governo semi-presidencialista—com um equilíbrio de poderes entre o Presidente e o Parlamento. Embora o Presidente tenha o poder último para dissolver o Parlamento, na prática a maior parte do poder executivo ficará nas mãos do Primeiro-Ministro, que tomará decisões colectivamente com o conselho de ministros. Inevitavelmente, isto significará a existência de compromissos entre as prioridades dos diferentes ministérios e departamentos, os quais irão competir em conjunto por recursos limitados.

Qualquer sistema parlamentar exige também grande envolvimento dos deputados, que têm um papel crucial na criação de uma democracia saudável. Por um lado terão que apoiar e legitimar o seu partido e o governo. Por outro lado terão que servir os interesses dos seus representados.

O governo também terá que deixar espaço suficiente para as vozes da oposição, em particular se o partido do governo, mesmo quando eleito através de um sistema de representação maioritária, ganhar com larga maioria.

Durante os primeiros meses da independência, os deputados terão um grande volume de trabalho, relacionado com a grande quantidade de nova legislação. Eles terão que ficar rapidamente familiarizados com tarefas como a análise orçamental e legislação e perceber como funcionam os departamentos do governo. Da mesma forma, precisam de encontrar formas de manter as linhas de comunicação abertas com o resto da sociedade civil, não apenas com os seus representados mas também com ONGs, com outras instituições públicas e com o sector privado.

Se os deputados não conseguirem atingir este nível de competência rapidamente, corre-se o risco de o governo ter a tentação de atalhar e ultrapassar o parlamento. De forma a fazer aprovar rapidamente a legislação, pode, por exemplo, fazer passar simplesmente um enquadramento legal muito geral que delegue a interpretação e o aperfeiçoamento da política aos ministros e funcionários públicos. Esta foi a abordagem utilizada, genericamente, pelo governo indonésio e deve ser evitada.

A administração pública

Mas por muito decisivo que seja o governo ou eficazes os legisladores, as suas políticas e decisões ficarão comprometidas se não as conseguirem pôr em prática através de um sistema eficaz de administração pública. Isto implica que as instituições governamentais sejam não apenas bem montadas, mas também que tenham funcionários com competência, comportamento profissional e vontade de servir o povo de Timor Leste.

A UNTAET e a ATTL (a Administração Transitória de Timor Leste) têm participado na construção de um serviço público sólido—a Administração Pública de Timor Leste (APTL). Em Abril de 2002, tinham sido recrutados cerca de 11.000 funcionários públicos para cerca de 15.000 lugares aprovados, incluindo lugares no Ser-

Caixa 2.1

Corrupção e nepotismo em 'Tim-Tim'

A forma como a Indonésia explorou Timor Leste, conhecido em indonésio como 'Timor-Timur' [Tim-Tim], transferiu muitos dos benefícios para Jakarta e em particular para o controlo dos Suhartos e para os elementos da estrutura militar que lhe eram leais. A corrupção era crónica entre os funcionários públicos ligados aos projectos de construção e obras públicas—e ainda mais alargada entre aqueles ligados aos projectos de alívio da pobreza.

O governo adjudicava projectos no valor de 20 milhões de rupias (em 1995, equivalente a $9.000) ou menos a pequenas empresas locais cujos proprietários, cerca de 80% timorenses, eram funcionários públicos ou ligados a eles por laços familiares. Entretanto, os projectos no valor de 20 a 300 milhões de rupias eram confiados a médias empresas, mais de metade das quais eram indonésias. Todos os projectos no valor de 300 milhões de rupias ou mais, contudo, foram automaticamente para grandes empresas de construção cujos proprietários eram na totalidade indonésios com fortes ligações ao governo central.

As empresas eram obrigadas a pagar uma certa quantia em dinheiro aos funcionários públicos encarregues do planeamento e monitorização dos projectos.

Em resultado deste esquema, apenas cerca de 50 a 60% dos fundos atribuídos a projectos de construção foram para os próprios projectos. O restante acabou nos bolsos dos funcionários que trabalhavam em diferentes níveis administrativos, assim como em Jakarta.

viço Policial de Timor Leste e na Força de Defesa de Timor Leste. Contudo a maioria das nomeações foram feitas nos níveis mais baixos; nos níveis superiores menos de 50% dos lugares de gestão foram preenchidos, em larga medida devido à falta de candidatos adequados. O maior número de funcionários públicos estão nos sectores da educação e da saúde, o que representa cerca de dois terços do pessoal aceite no serviço público.

Uma parte importante deste processo foi assegurar uma representação forte das mulheres. O objectivo era atingir 30% de pessoal feminino. No fim de Julho de 2001 a proporção até chegou muito perto deste objectivo, com uma taxa de 25% no total. Os melhores ministérios neste sentido foram os Negócios Estrangeiros (39%), Saúde (32%) e Educação (29%).

O desenvolvimento do serviço público em Timor Leste irá defrontar uma série de assuntos cruciais—incluindo o número de funcionários, salários, formação, capacidade linguística e a necessidade contínua de apoio internacional.

Caixa 2.2

Resultados da Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET)

Apesar de imensas dificuldades, a UNTAET conseguiu atingir muitos resultados. Certamente que houve falhas, especialmente em relação à administração distrital e ao sistema judicial. Mas estas precisam de ser vistas à luz das realidades do papel da ONU em tais situações. As missões têm que ser montadas rapidamente, correndo o risco de cometer erros na selecção de pessoal. Deve-se notar que é muito difícil conseguir, de um momento para o outro, uma abordagem unificada entre um grupo diversificado de funcionários numa missão de curto prazo. Um outro problema é escolher que decisões devem ser tomadas imediatamente e de quais as que devem ser deixadas para a nova administração. As actividades da UNTAET incluíram:

- O estabelecimento da paz e da segurança.
- O estabelecimento de uma administração pública que funcione.
- A satisfação de necessidades humanitárias através da ACNUR, da OIM, do PAM e da UNICEF, que foram no conjunto instrumentais, juntamente com a UNTAET, em certificar que as necessidades eram satisfeitas de forma rápida depois da violência de 1999. Mais de 190.000 refugiados, um quarto da população, regressaram entretanto.
- O estabelecimento da Administração Transitória de Timor Leste (ATTL) em Julho de 2000, com um Gabinete/Conselho de Ministros de cinco timorenses e quatro representantes da UNTAET.
- A realização de eleições livres, justas e pacíficas em 30 de Agosto de 2001, de que resultou uma Assembleia Constituinte com 88 membros que redigiu a primeira Constituição de Timor.
- A reconstrução, pela Administração Transitória de Timor Leste, de 32 importantes edifícios públicos.
- A criação do Segundo Governo de Transição e a nomeação de um Conselho de Ministros Timorense para gerir as actividades diárias do governo.
- A organização de eleições presidenciais bem sucedidas em 14 de Abril de 2002.
- A criação da Força de Defesa de Timor Leste, com cerca de 600 soldados que tiveram formação básica. Além disso estabeleceu-se o Serviço Policial de Timor Leste, com mais de 1.300 polícias timorenses distribuídos pelos 13 distritos.
- O estabelecimento de um sistema judicial e legal, incluindo um gabinete do promotor geral de Timor Leste e um serviço de defesa jurídico.
- A reabilitação básica de escolas por todo o país. Mais de 700 escolas primárias, 100 escolas secundárias, 40 jardins de infância e 10 colégios técnicos ensinam actualmente 240.000 crianças e estudantes mais velhos.
- O início de um acordo com a Austrália sobre as reservas de petróleo e gás—o Acordo sobre o Mar de Timor. Este tem o potencial de providenciar milhares de milhões de dólares de rendimento.
- A instituição de serviços públicos básicos em várias áreas, incluindo a saúde, a educação e infra-estruturas. A electricidade foi restabelecida e está a ser fornecida água potável às áreas urbanas.

Nível de funcionários

A administração provisória estava decidida a confinar o recrutamento e o número de funcionários a um nível que qualquer futura administração pudesse manter. Mas é provável que o novo governo enfrente uma pressão constante para aumentar o número de funcionários públicos, em especial nos níveis inferiores. Alguma desta pressão virá das famílias cujos membros com maior formação enfrentam uma falta de oportunidades de emprego, um problema exacerbado à medida que as Nações Unidas desmantelarem as suas operações.

Mas haverá pressão também da parte de outros cidadãos, em particular dos que vivem em zonas rurais que enfrentam a falta de serviços eficazes—pressões para ser aumentado o número de trabalhadores de extensão rural, por exemplo. Todos os ministérios serão desafiados a responder às suas responsabilidades com os funcionários existentes e serão tentados a contratar ainda mais.

Este problemas poderiam ser aliviados se o crescimento económico criasse mais emprego fora do sector público. Mas será também importante assegurar que os funcionários públicos existentes trabalhem de forma eficiente, reduzindo o absentismo, estabelecendo melhores sistemas de coordenação entre os diferentes departamentos governamentais, agências de desenvolvimento e ONGs—e fazendo questão de os serviços serem prestados de uma forma eficaz em termos de custo.

Salários e promoção

A UNTAET e a ATTL montaram o novo serviço público numa base ad hoc de forma a assegurarem a continuidade dos serviços. Em resultado, muitas das questões subjacentes ficaram por resolver. Entre estas inclui-se a estruturação de carreiras e a

decisão sobre se estas se deverão basear num sistema fechado em que as pessoas escolhem o serviço público como carreira para toda a vida ou um sistema mais aberto, em que as pessoas se movimentam entre os sectores público e privado. O resultado mais provável será uma combinação pragmática entre os dois sistemas.

Em qualquer dos casos, contudo, o governo terá que pagar salários adequados. Actualmente o salário anual de um funcionário público de nível quatro é de cerca de $1.900. Este é cinco a seis vezes o valor do PIB per capita e é razoável para um país cujo orçamento depende quase na totalidade do apoio dos doadores. Quanto à questão de ser sustentável a longo prazo, a dúvida fica em aberto.

A prioridade imediata, contudo, deverá ser atrair o maior número possível de pessoal formado de Timor Leste para os serviços governamentais. Os dados do período pré-independência indicam que cerca de 1.233 cidadãos timorenses tinham formação ou um diploma—mestrado, licenciatura, bacharelato ou diploma de conclusão do ensino secundário. No entanto, o governo irá enfrentar uma concorrência feroz por parte das ONGs, das Agências da ONU e dos projectos internacionais de desenvolvimento.

As ONGs têm já directrizes definidas para os salários e condições para os funcionários que empregam em Timor Leste mas tendem a respeitar mais estas condições nos níveis inferiores. Para o pessoal profissional e de gestão parecem pagar salários mais elevados do que os indicados nas directrizes—desviando muitas das pessoas que de outra forma estariam a trabalhar para o governo.

Ética de trabalho e competência

O salário e as condições de trabalho durante a administração indonésia não encorajavam uma ética de trabalho forte. Os funcionários trabalhavam poucas horas e não lhes era dada muita responsabilidade. O novo funcionalismo público terá que trabalhar, de uma forma eficaz, pelo menos 37,5 a 40 horas semanais de trabalho concreto. Um salário melhor deverá permitir às pessoas valorizar mais os seus trabalhos e assegurar que empregam a sua total dedicação a cumpri-lo. Mas poderão também ser ajudados através de treino e acompanhamento.

Relacionada com a questão da competência está a capacidade para agir rapidamente e de forma decidida. O sistema hierárquico inculcado durante o período indonésio tendia a destruir a auto-estima dos funcionários e a sua capacidade para tomar iniciativas. Mais do que trabalhar na base de orientações gerais, tipicamente tinham a necessidade de instruções muito específicas para levar a cabo uma certa tarefa. Este é outro assunto a ser abordado no âmbito do desenvolvimento de capacidades.

O estatuto social é importante em Timor Leste e terá que ser levado em linha de conta também na administração pública. Grupos diferentes têm a sua própria ordem de classificação—quer dentro do grupo quer entre eles. Entre estes grupos contam-se os regressados da diáspora, os guerrilheiros da libertação, os antigos funcionários públicos e a Igreja. Também as pessoas, em geral, têm os seus próprios sistemas de estatuto social e de classificação. Uma pessoa com um estatuto social mais baixo poderá ter mais capacidade e habilidade do que alguém de estatuto superior mas não ficaria à vontade para a supervisionar.

A prioridade imediata deverá ser atrair o maior número possível de pessoal formado para os serviços governamentais

Língua

Os timorenses falam, entre eles, cerca de 30 línguas ou dialectos. As línguas 'nativas' mais faladas são o Mambae e o Macassae mas a língua franca nacional é a variante de Dili do tetum (tetum 'praça') que incorpora muitas palavras tiradas do português juntamente com umas quantas, muito menos, do indonésio. O Inquérito às Famílias de 2001 concluiu que 82% da população falava tetum, ao passo que 43% conseguia falar indonésio. Apenas uma pequena proporção, principalmente pessoas mais velhas e a comunidade dos que estiveram exilados, falava português, enquanto que uma proporção ainda menor falava inglês (gráfico 2.1).

A Constituição de Timor Leste declara que as línguas oficiais deverão ser o tetum e o português enquanto que, simultaneamente e 'enquanto se achar necessário', o indonésio e o inglês deverão ser línguas adicionais de trabalho na administração pública.

As duas línguas oficiais têm forças e fraquezas complementares. O tetum tem a vantagem de ser largamente falado mas até muito recentemente, quando a Igreja Católica começou a escrevê-la por questões

litúrgicas, era primariamente uma língua oral. Mesmo hoje tem pouco do vocabulário técnico e de gestão necessário para documentos oficiais. O português tem todas as vantagens de séculos de elaboração e uso como língua escrita mas pouco timorenses falam português—genericamente só a geração mais velha educada antes da ocupação indonésia e os que estiveram exilados em Portugal.

As 'línguas de trabalho' têm também características diferentes. Depois de 25 anos de ocupação e de educação forçada (através do sistema educacional), o indonésio é a língua escrita mais entendida—o que a torna prática mas impopular. O inglês é a língua menos entendida a nível nacional, mas tem a vantagem de ser a língua franca na comunidade de trabalhadores internacionais da ONU e na região da ASEAN.

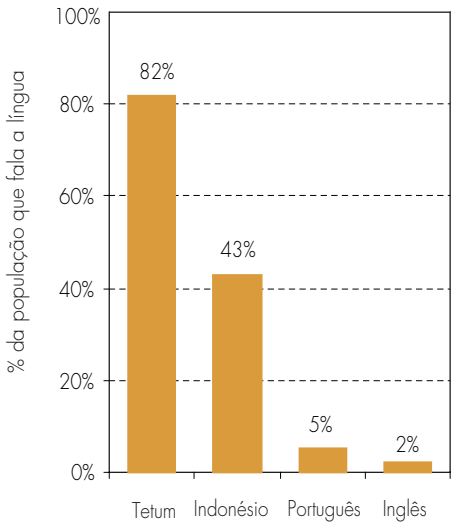
Este ambiente com quatro línguas representa um desafio enorme

Este ambiente com quatro línguas representa um desafio enorme—e muito dispendioso—para o novo governo. O primeiro desafio é o de desenvolver capacidades adequadas de escrita e de fala em português. Todos os funcionários públicos de posições superiores terão que ser capazes de trabalhar em português, enquanto que nesta fase de transição alguns dos regressados terão que aprender também algum indonésio e Tetum.

A antiga Agência para o Planeamento Nacional e Desenvolvimento, agora Comissão de Planeamento, estima que cerca de 2.000 funcionários chave terão que receber formação em português, 400 em tetum, e 150 em indonésio. Para além disto, o governo irá precisar de um grupo mais pequeno que fale inglês, em particular aqueles que lidarem com a ASEAN e outros países, assim como com a indústria internacional do petróleo. Muitos dos funcionários públicos irão também precisar de formação em línguas.

Gráfico 2.1

Línguas oficiais e de trabalho



Fonte: Inquérito às Famílias (2001)

A segunda questão, e ainda mais cara, será a da tradução. A única opção aqui será usar serviços profissionais, o que se poderá revelar proibitivamente caro. Uma tarefa urgente será a tradução da documentação da UNTAET, a maior parte da qual está em inglês e terá que ser traduzida para português e para tetum e talvez também para indonésio.

Finalmente, a Constituição declara também que 'o tetum e as outras línguas nacionais deverão ser valorizadas e desenvolvidas pelo Estado'. Isto poderá implicar a criação de um instituto de pesquisa e desenvolvimento para formalizar a gramática, sintaxe, estrutura, ortografia e alfabeto do tetum.

O processo de capacitação

A aprendizagem de línguas e muitos outros assuntos implicam um processo de capacitação em larga escala. Esta será uma tarefa longa e complexa mas a prioridade imediata para o serviço público será a de fornecer serviços à população. Por isso, durante os primeiros dois ou três anos a ênfase será certificar que os funcionários públicos possuem as capacidades de gestão básicas para fazer funcionar as instituições essenciais do governo. Se o governo não fornecer os serviços de forma eficiente perderá legitimidade aos olhos da população. A aquisição de capacidades mais complexas terá que esperar até mais tarde.

Pessoal internacional

Embora a prioridade seja encontrar e cultivar o talento timorense, durante os próximos anos Timor Leste irá precisar de apoio internacional em áreas críticas onde existem insuficientes timorenses habilitados. Essas áreas incluem funções que exigem uma gestão saudável e eficiente de fundos. Timor Leste não se pode dar ao luxo de perder dinheiro através de desperdício ou má gestão. Estes e outros cargos poderão ser ocupados inicialmente por conselheiros internacionais a trabalhar em conjunto com o

pessoal local, que será entretanto objecto de formação e de acompanhamento de forma a transferir o conhecimento e as capacidades. Em Março de 2002, a ATTL identificou aproximadamente 300 cargos como sendo necessários para o desempenho de funções básicas de governação. Destes, catalogou 100 como 'cargos de estabilidade' e previu que estes poderiam ser financiados directamente pela ONU. Para os restantes 200 'cargos de desenvolvimento', o governo iria procurar financiamento da comunidade doadora.

Governo local

Um princípio fundamental da Constituição de Timor Leste é a descentralização. Timor Leste tem já uma história de governo local que reflecte tanto a ocupação portuguesa como a indonésia. A motivação principal dos colonizadores era a recolha de impostos. Para este efeito dividiram o país em distritos, sub-distritos e sucos. Tinha pouco interesse em exercer o poder ao nível local e a estrutura de poder tradicional foi deixada inalterada. Os indonésios aceitaram, no geral, as mesmas divisões administrativas mas também exerceram um controlo maior ao nível local. Na prática, contudo, as estruturas tradicionais sobreviveram, embora estas fossem também influenciadas pela luta de resistência e as relações locais eram, e continuam a ser, bastante complexas.

A UNTAET também manteve as divisões regionais anteriores—com 13 distritos e 65 sub-distritos—embora tenha modificado muitas das funções do pessoal local. Além disso, no princípio de 2000, de forma a aumentar a participação comunitária no planeamento e tomada de decisões, a UNTAET estabeleceu o Projecto de Desenvolvimento do Poder das Comunidades, que incluía Conselhos de Desenvolvimento da Aldeia eleitos.

Um forte argumento a favor da descentralização é o de que ela resulta numa oferta de serviços e tomada de decisão mais eficientes, uma vez que o trabalho é feito pelas pessoas que percebem as circunstâncias e prioridades locais. Mas tão importante como isto é a função de desenvolver a democracia e juntar as pessoas para moldar o desenvolvimento nacional. Assim é maximizado o impacto dos esforços de desenvolvimento rural, seja de agências governamentais, doadores, ONGs ou organizações comunitárias. A descentralização pode tomar uma de três formas:

- *Desconcentração*—Esta é a forma mais leve e implica a transferência, por parte do governo central, da responsabilidade pela execução da política central para os administradores de nível local.
- *Delegação*—Esta implica a transferência de algum poder de decisão e funções administrativas para organizações locais semi-autónomas.
- *Devolução*—Esta é a forma mais forte e implica a transferência de alguma autoridade para a tomada de decisão, financiamento e gestão para o governo eleito localmente e que também deverá poder cobrar receitas.

A Constituição estabelece o princípio da descentralização

Durante os primeiros anos, pelo menos, dada a falta de recursos e de pessoal qualificado, não é provável que Timor Leste avance para além da desconcentração, ficando alguns departamentos chave—como a educação, a saúde, a agricultura, a habitação, água e cuidados sanitários—com delegações regionais para fornecimento de serviços básicos às populações locais.

Uma sugestão sobre quais serão as regiões mais apropriadas foi dada em 2001 pelo Grupo de Reflexão sobre o Governo Local. Este propôs três agrupamentos regionais: um na região leste do país; outro na região sul e outro na região oeste. Contudo, duas partes do país teriam um estatuto especial: Dili, que seria considerada uma Municipalidade Capital única, e o enclave de Oécussi, que teria um estatuto especial.

Um estudo levado a cabo pelo PNUD para uma missão pós-UNTAET apoiou esta decisão e sugeriu também um conselheiro para cada região. Esta descentralização teria como sua componente um elemento de redistribuição financeira. Neste sistema cada um teria o seu Director Geral que assumiria a responsabilidade pela região como um todo. Ele ou ela poderia trabalhar também com um corpo de coordenação especial regional de forma a juntar representantes de todos os grupos com responsabilidade local—os membros locais do parlamento nacional, líderes eleitos de autoridades locais, funcionários públicos regionais de topo e líderes de organizações de mulheres, ONGs e grupos comunitários. Toda esta actividade ne-

cessitaria de cobertura legislativa para assegurar a prestação de contas, a transparência e a participação democrática.

Prevenindo a corrupção

A herança dos anos sob o domínio indonésio e a probabilidade das disparidades dos salários entre os sectores público e privado, levanta a questão sempre presente da corrupção. A corrupção será também um problema se o governo não trabalhar de forma equitativa e transparente. Em larga medida, prevenir a corrupção é resultado da construção de estruturas administrativas fortes que tenham procedimentos simples e linhas claras de responsabilidade e transparência. Quanto mais complexo for o sistema, maior a probabilidade de ser manipulado por burocratas para os seus próprios propósitos e como forma de rendimento ilícito. Estas estruturas saudáveis devem ser dotadas de um código de ética por forma a orientar gestores e líderes (caixa 2.3).

Ainda assim, o sistema político irá necessitar também de mecanismos expeditos que permitam demitir quer políticos quer funcionários públicos que aceitem ou participem em actividades de *rent-seeking* e outras formas de práticas corruptas. A experiência de outros países sugere que a melhor abordagem é estabelecer uma agência independente anti-corrupção.

A Constituição fornece duas instituições de vigilância: um Provedor e um Supremo Tribunal para a Administração, Impostos e Auditoria. Estas instituições de vigilância do bom funcionamento do sistema só funcionarão bem se tiverem uma liderança de elevada integridade e se lhes forem atribuídos poderes suficientes para requisição de documentação e interrogação de testemunhas. Acima de tudo, precisam de ter o apoio forte dos líderes políticos determinados a erradicar a corrupção e preparados a apoiar estas organizações em casos politicamente sensíveis.

Caixa 2.3

Princípios da vida pública

A organização não-governamental internacional Transparency International apresentou sete princípios da vida pública:

1. *Altruísmo*—os detentores de cargos públicos deverão tomar decisões unicamente em nome do interesse público. Não deverão tomar decisões para ganhar benefícios financeiros ou outros para si próprios, para a sua família ou para os seus amigos.
2. *Integridade*—os detentores de cargos públicos não se deverão colocar em dívida financeira para com indivíduos ou organizações externas que possam influenciá-los no desempenho das suas obrigações oficiais.
3. *Objectividade*—ao levar a cabo as funções públicas—o que inclui nomeações públicas, adjudicação de contratos, ou a recomendação de indivíduos para recompensas e benefícios—os detentores de cargos públicos devem basear as suas escolhas no mérito.
4. *Prestação de contas*—os detentores de cargos públicos são responsáveis pelas suas decisões e acções perante o público e devem submeter-se ao controlo mais apropriado ao seu cargo.
5. *Abertura*—os detentores de cargos públicos devem ser tão abertos quanto possível em relação a todas as suas decisões e acções que tomarem. Devem apontar razões para as decisões tomadas e restringir a informação apenas quando interesses públicos mais altos claramente o exigirem.
6. *Honestidade*—*os detentores de cargos públic*os têm o dever de declarar quaisquer interesses privados relacionados com os seus deveres públicos e devem tomar medidas para resolver qualquer conflito de forma a proteger o interesse público.
7. *Liderança*—os detentores de cargos públicos devem promover e apoiar estes princípios através da sua liderança e do exemplo.

O sistema judicial

Um dos requisitos básicos para erradicar a corrupção, assim como para aplicar a justiça e lançar os fundamentos de uma economia de mercado, é um sistema judicial eficaz.

O governo indonésio subordinou o sistema legal aos seus próprios fins e corrompeu tanto os tribunais como o sistema judicial em Timor Leste transformando, de facto, o sistema legal numa extensão servil do executivo. Em resultado, muitos timorenses tinham pouca confiança nas instituições legais. Depois, em 1999, os tribunais foram destruídos juntamente com muita da infraestrutura legal e arquivos.

Durante o período de transição, a UNTAET decidiu usar as leis indonésias relevantes desde que não violassem as normas internacionais. Um dos problemas mais imediatos foi a falta de pessoal com formação jurídica, em particular de advogados. Existem ainda poucos juízes e promotores públicos timorenses qualificados e com experiência. O Tribunal de Apelação não tem quorum desde Outubro de 2001, depois da partida de dois juízes internacionais.

Os tribunais têm também que operar com recursos escassos e os investigadores têm dificuldade em actuar devido à dificuldade na obtenção de registos, assim como falta de traduções entre inglês, português e as línguas locais. Actualmente, ao abrigo de um sistema de acompanhamento, os agentes judiciais recentemente promovidos são apoiados por juízes e advogados internacionais, recebendo assim formação e capacitação enquanto desempenham as suas

funções. No longo prazo, o desenvolvimento do sistema judicial em Timor Leste precisará de apoio nas seguintes três áreas estratégicas:

• *Procedimentos legais claros*—Actualmente o país tem um sistema sobreposto de direito comum e de direito civil que enfatiza excessivamente os procedimentos. Timor Leste irá precisar de simplificar os seus procedimentos legais nos domínios quer da responsabilidade civil quer da responsabilidade criminal, de forma a assegurar justiça (incluindo o acesso a ela) e a fazer cumprir os contratos comerciais e as transacções comerciais.

• *Um sistema judicial independente e capaz*—A Constituição providenciou a criação de um tribunal judicial para supervisionar os juízes e ajudar a continuar a educação judicial. Esta poderia ser complementada através da participação em intercâmbios e conferências internacionais.

• *Maiores recursos*—A maior limitação imediata ao desenvolvimento do sistema judicial é a falta de recursos, incluindo material legal, registos legais, ferramentas de pesquisa e pessoal qualificado. Têm sido desenvolvidos alguns esforços no sentido de ultrapassar estas carências, incluindo a introdução de profissionais timorenses no sistema legal. No entanto, a maioria destes são recém-licenciados e necessitarão de uma formação contínua prolongada. Uma organização para os advogados, sob a forma de uma Associação de Advogados, poderia ajudar a certificar os advogados, a estabelecer critérios de admissão, a regular a conduta profissional e a oferecer educação contínua.

O novo governo de Timor Leste enfrenta a tarefa gigantesca de construir um novo sistema de governação que tenha tanto a forma como o espírito da democracia. Isto implica novas atitudes não apenas das elites políticas e da administração pública mas também de toda a população de Timor Leste, que são agora cidadãos de uma nação que se governa a si própria. A sua cultura e as suas acções irão modelar o futuro do país. Muitas pessoas farão isto através de várias organizações da sociedade civil, que são o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

Novos papéis para a sociedade civil

A independência de Timor Leste é o culminar de uma longa luta contra a ocupação colonial levada a cabo por um grande número de grupos da sociedade civil—associações comunitárias, grupos religiosos, grupos de estudantes e outros. Estes mesmos grupos irão também promover o desenvolvimento humano no novo Timor Leste mas para o fazerem eficazmente deverão adaptar-se às novas circunstâncias e estabelecer novas relações com as agências governamentais, com as comunidades locais e entre si.

Os grupos da sociedade civil desempenharam um importante papel na luta contra a ocupação colonial

Nos primeiros anos após a independência de Timor Leste é provável que a maior parte dos esforços em prol do desenvolvimento humano provenha do governo e dos serviços públicos. No entanto, a capacidade do Estado é limitada pelo que, em última análise, o progresso de Timor Leste enquanto jovem nação dependerá do empenho e dinamismo da sociedade civil.

Em certa medida, isso exigirá que se mantenha o grau de empenhamento demonstrado durante a luta pela independência. Esta assentou na acção conjunta de organizações comunitárias informais, grupos religiosos, organizações estudantis e muitas outras que, conjuntamente com as organizações de carácter político, se envolveram na longa luta contra o colonialismo. Agora todos estes grupos se defrontam com o novo desafio da construção de uma nação. Nesta tarefa são acompanhados por novos grupos—nomeadamente um vasto conjunto de Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Comunitárias de Base (OCBs) assim como várias estações de rádio e órgãos de imprensa escrita entretanto criados.

No seu todo, estes grupos formam um conjunto bastante heterogéneo, habitualmente designado por 'sociedade civil'. Não existe definição 'oficial' desta expressão, embora possa ser entendida como incluindo todos os grupos ou associações que são claramente distintos, autónomos e independentes do Estado. Alguns são grupos de voluntários sem fins lucrativos mas outros, como é o caso dos meios de comunicação social, aliam habitualmente a motivação comercial a uma série de interesses e propósitos sociais mais vastos.

O período de ocupação indonésia

O governo indonésio era relutante em permitir o crescimento das organizações independentes da sociedade civil—tanto em Timor Leste como no resto do país. Pelo contrário, preferia financiar a criação e funcionamento de 'grupos funcionais', através dos quais podia alargar a sua esfera de influência e controlar a população e que podia utilizar para prosseguir os seus próprios interesses.

Em Timor Leste estes grupos incluiam a associação juvenil, a associação de trabalhadores, uma associação estudantil e uma associação de funcionários públicos. No entanto, outros grupos houve que conseguiram manter a sua independência. Entre estes, alguns dos mais destacados e eficazes estavam ligados à Igreja Católica. Estes incluíam a figura do Delegado Social —posteriormente transformada em Caritas e que, juntamente com a Comissão Justiça e Paz, era um importante foco de resistência nacional e internacional durante a ocupação indonésia.

Uma outra ONG com um longo historial é a Fundação para Projectos Agrícolas e de Desenvolvimento de Timor Leste (FPADTL), uma organização que se expandiu rapidamente nos anos '80 para a prestação de serviços aos camponeses.

Os anos '90 viram o aparecimento de algumas novas ONGs. Estas incluíam o grupo de defesa dos direitos humanos Yayasan Hak (Fundação para o Direito), a Yayasan Bia Hula, que se dedica às questões do saneamento básico e do abastecimento de água, o Fokupers (Fórum Feminino para a Comunicação) e a ETWAVE (Mulheres de Timor Leste contra a Violência).

Algumas das confrontações mais directas contra a ocupação colonial foram levadas a cabo por movimentos juvenis e estudantis. Estes movimentos tiveram origens diversas. Alguns dos jovens pertenciam ao principal movimento político, a Fretilin. Outros eram estudantes do Externato São José—um dos últimos estabelecimentos de ensino da língua portuguesa em Timor Leste. Outros ainda eram seminaristas da Igreja Católica que promoveram a criação de movimentos juvenis nas paróquias e escolas em que trabalhavam, especialmente em Dili.

Estes grupos juvenis manifestaram-se durante a visita do Papa João Paulo II em 1989 e foram também eles que, em 1991, lideraram a manifestação que provocou o cancelamento de uma visita já agendada por parte de representantes da ONU e deputados portugueses. Os militares indonésios responderam de forma brutal. Primeiro, assassinaram um dos manifestantes, Sebastião Gomes, que havia procurado asilo dentro de uma igreja. Depois, aquando do seu funeral, abriram fogo sobre a multidão que se reunira no cemitério matando 271 pessoas e ferindo centenas de outras, no que ficou conhecido como o 'Massacre de Santa Cruz'.

Continuando a desafiar as autoridades, os grupos estudantis cresceram em termos de força e de capacidade organizativa. Em 1998, fundaram o Conselho Timorense de Solidariedade Estudantil (CTSE), sediado na Universidade de Dili. Em Julho do mesmo ano, realizaram uma manifestação que contou com mais de 10.000 pessoas, de modo a coincidir com a visita de uma delegação diplomática de alto nível constituída por embaixadores. Em 1999, aquando dos preparativos para o referendo, desempenharam um papel fundamental na consciencialização da população—correndo, para tal, sérios riscos.

Um outro importante desenvolvimento que teve lugar em 1998 consistiu na criação do Fórum das ONGs de Timor Leste. Inicialmente, este Fórum foi criado para coordenar o auxílio de emergência às comunidades afectadas pela seca de 1997/98 e teve o apoio de organizações internacionais como a AusAID, o Conselho Australiano para a Ajuda Externa (CAAE) e a Oxfam. Então, em Junho de 1999, no período que antecedeu o referendo, um grupo de 14 ONGs decidiu reactivar o Fórum, formalizando os seus princípios e objectivos, nomeando um conselho de gestão e decidindo proceder à recolha de fundos com vista à contratação de um director executivo, entre outros funcionários profissionais.

Entretanto, todos estes grupos passaram a sofrer a oposição cada vez mais violenta das milícias pró-indonésias—como a Aitarak, BMP, Ablai, MAHIDI, entre outras—, que levaram a cabo uma campanha de autêntica intimidação e terror. As próprias milícias apresentavam-se também como sendo grupos da sociedade civil, mas, na prática, eram agentes do Estado indonésio na medida em que actuavam com a conivência e orientação do exército desse país.

As ONGs numa era democrática

Quando o povo de Timor Leste optou pela independência, as milícias vingaram-se. Para além de terem aterrorizado a população em geral, tomaram como alvo específico as ONGs—perseguindo os seus membros e funcionários e roubando ou destruindo os seus bens. Foi só em finais de 1999 que o Fórum das ONGs se conseguiu restabelecer—mais uma vez, com o apoio do CAAE e da OCHA das Nações Unidas, o Gabinete para a Coordenação dos Assuntos Humanitários.

Actualmente, as ONGs deparam-se com o desafio da construção de uma nova nação. Até aqui tiveram não só de proceder à reconstrução física das suas próprias instalações e participar em acções de auxílio humanitário, como também de se relacionar com uma série de administrações distintas—primeiro a UNTAET e a ETTA e agora o novo governo. Para além disso, têm também estado activamente envolvidas nas várias conferências de doadores que têm sido realizadas desde 1999.

Em Abril de 2002 o Fórum das ONGs contava com 77 grupos nacionais e 33

As ONGs deparam-se agora com os desafios da construção de uma nova nação

internacionais, embora estivessem formalmente registados mais de 400. Este Fórum tem uma natureza fortemente transversal, congregando organizações cuja actividade incide sobre todo o tipo de questões, da educação e exploração florestal à cultura e aos direitos humanos. Entre as organizações mais activas contam-se as associações de mulheres. Para além da Fokupers e da ETWAVE, incluem-se nestas a REDE (Rede Feto Timor Lorosae), a OMT (Organização das Mulheres Timorenses) e o GFFTL (Grupo Feto Fon Timor Lorosae— "Grupo Feminino de Estudantes de Timor Lorosae").

O Fórum das ONGs propriamente dito conta actualmente com mais de 30 funcionários e desenvolve actividades em toda uma série de áreas, que incluem a pressão junto das autoridades, o desenvolvimento de capacidades, a divulgação de informação, a investigação e as tecnologias de informação. O Fórum e os seus associados continuam actualmente a receber o apoio de numerosas ONGs internacionais.

Para além dos grupos formalmente registados junto do Fórum das ONGs, existem também muitas outras organizações de base comunitária, associações de mulheres e associações de camponeses. Habitualmente actuam a nível local, por vezes com o apoio de ONGs de maiores dimensões e dotadas de mais recursos, outras vezes com o apoio da administração local e outras vezes ainda sem apoios de qualquer espécie.

O processo de abertura democrática tem possibilitado também o aparecimento de novos órgãos de comunicação social.

A expansão dos meios de comunicação social

O processo de abertura democrática que tem tido lugar desde 1999 tem possibilitado também o aparecimento de um conjunto numeroso de novos órgãos de comunicação social. A liberdade de expressão da imprensa escrita e da restante comunicação social está, aliás, consagrada na Constituição. Timor Leste conta actualmente com dois jornais diários—o *Suara Timor Lorosae* e o *Timor Post*—para além de várias revistas semanais ou mensais—como a revista informativa *Talitakum*, a *Lalenok* e a *Liam Maubere*.

Embora estas revistas sejam, em princípio, de âmbito "nacional", a verdade é que raramente estão disponíveis em todo o território. Por outro lado, algumas localidades —Same, Bobonaro e Oecussi, por exemplo—possuem já as suas próprias publicações de base comunitária.

Igualmente importante, num país onde metade da população adulta é analfabeta, tem sido a criação de novas estações de rádio. A administração transitória tem vindo a proporcionar a seu próprio serviço de rádio, a Rádio UNTAET, bem como uma cobertura televisiva limitada através da TVTL.

Existem, no entanto, bastantes outras: por exemplo, a Radio Timor Kmanek, ligada à Igreja Católica, que emite para todo o país, ou a Radio Falintil e a Radio Rakambia, que emitem apenas para a zona de Dili. Têm surgido também diversas estações de rádio comunitárias, o que é bastante animador. A Radio Comunidade Los Palos, por exemplo, emite para a zona de Los Palos e para o distrito de Lautem desde Maio de 2000—produzindo oito horas diárias de emissão em tetum, indonésio, fataluku e português, que incluem boletins informativos, anúncios de carácter local, informações relativas às eleições e espaços de opinião pública.

No outro extremo do território, perto da fronteira com Timor Ocidental, funciona uma outra estação de rádio—a Radio Comunidade Maliana.

Após as eleições de Agosto de 2001, a Rádio UNTAET e a TVTL deram um importante contributo para a consolidação do processo democrático através da transmissão em directo, durante várias horas por dia, dos trabalhos da Assembleia Constituinte, incluindo reportagens e entrevistas em tetum, português, inglês e indonésio. Em Outubro do mesmo ano, um programa especial de rádio dedicado à questão dos refugiados, produzido pela Fundação Hirondelle (Suiça) começou a ser emitido diariamente em indonésio através da Rádio UNTAET, com o objectivo de proporcionar aos refugiados em Timor Ocidental informações fidedignas acerca das condições em Timor Leste.

Todos estes orgãos de comunicação social desempenharão um importante papel no estímulo e defesa da democracia timorense nesta sua fase embrionária—colmatando um vazio de informação que, de outro modo, poderia ser preenchido por boatos e campanhas de desinformação que suscitariam inevitavelmente o descontentamento da população.

Construindo novas relações

Nesta era democrática todas as organizações da sociedade civil terão de se adaptar às novas circunstâncias e de estabelecer novas relações e parcerias—entre si, com o Estado e com as organizações internacionais.

A sociedade civil e o Estado

As organizações da sociedade civil são obrigadas a interagir não só com a classe política—isto é, o presidente, os ministros e os deputados—, mas também com o sector público administrativo em geral e a Administração Pública em particular. Os grupos de defesa dos direitos humanos, em especial, necessitam de conhecer e dominar profundamente os mecanismos e processos do poder judicial.

Isso poderá ser uma tarefa complexa. Algumas das questões serão de natureza pessoal, já que muitos dos representantes da sociedade civil terão agora de tratar de uma série de assuntos junto de antigos colegas ou companheiros, na sua nova qualidade de governantes ou funcionários públicos. Outros terão de desempenhar papéis diferentes e por vezes sobrepostos no seio das associações comunitárias e dos orgãos políticos a que pertencem. Finalmente, numerosos membros de ONGs e de associações comunitárias militam em partidos políticos, pelo que as fronteiras entre as duas esferas tendem a tornar-se ténues.

Para muitas organizações comunitárias as relações com o poder local revestem-se de uma importância ainda maior. As instituições da administração local terão ainda de alcançar a sua forma final, mas mesmo esta incerteza poderá constituir uma fonte de oportunidades. As ONGs e as organizações comunitárias deverão procurar desempenhar um papel activo na concepção das instituições do poder local e ter uma palavra a dizer no que toca às suas funções, ao seu modo de funcionamento e à melhor forma de estas trabalharem em parceria com a sociedade civil.

Durante este período intermédio, é difícil prever o rumo que irá assumir o relacionamento entre a sociedade civil e o Estado. No plano da retórica, pelo menos, parece existir um forte interesse na cooperação e no estabelecimento de parcerias. No entanto, a concretização prática desse objectivo exigirá certas mudanças de ênfase e de atitude de parte a parte. No caso dos grupos da sociedade civil, será necessária uma mudança de perspectiva—das tácticas e práticas da oposição para um espírito de parceria construtiva. Também o governo terá de fazer a sua parte em prol deste relacionamento potencialmente complexo. Especificamente, deverá reconhecer o importante papel desempenhado pela sociedade civil durante a luta pela independência e encontrar formas de estimular e canalizar o seu empenho e dedicação para a construção da nova nação.

Na maioria dos países o Estado exige que as ONGs estejam formalmente registadas e que a sua actividade seja regida por um quadro legal específico. Antecipando isso mesmo, o Forum das ONGs realizou em Setembro de 2001 um seminário sobre essa questão. Embora não se opusesse necessariamente à criação de legislação nesta matéria, o Fórum considerou que quaisquer eventuais projectos e propostas de lei deveriam resultar de um debate mais amplo acerca das relações entre as ONGs e o Estado.

Sem uma sociedade civil forte e dinâmica, o povo de Timor Leste não poderá alcançar um verdadeiro desenvolvimento humano, na acepção mais plena do termo. A própria Constituição o reconhece, ao consagrar os direitos à liberdade e integridade individuais, à liberdade de expressão e manifestação, à associação sindical e à defesa do consumidor. Contudo, Timor Leste necessitará também de ter instituições através das quais possam exercer esses direitos, pelo que o Governo deverá fazer tudo o que está ao seu alcance para estimular a criação e o funcionamento dessas instituições—as quais, em última instância, são determinantes para a solidez da democracia.

As relações entre as próprias organizações da sociedade civil

Para além de deverem procurar estabelecer parcerias produtivas com o Estado, as organizações da sociedade civil deverão também procurar trabalhar em colaboração umas com as outras—o que não será fácil. Afastado o inimigo comum, é inevitável que venham ao de cima as diferenças individuais. Algumas destas diferenças decorrem simplesmente do âmbito de actuação—certas ONGs actuam, por exemplo,

Muitos dos actuais membros do governo pertenceram anteriormente a grupos da sociedade civil

na área da saúde, enquanto outras se preocupam essencialmente com a educação ou com as questões ligadas ao género. Outras ainda dedicam-se a um vasto conjunto de questões mas apenas numa área geográfica específica. E enquanto algumas se dedicam exclusivamente à prestação de serviços, outras procuram aliar esse objectivo à educação e mobilização das populações. É provável que se façam também sentir as diferenças em termos de escala—entre grupos que reunem pouco mais de uma ou duas pessoas e associações que têm dezenas de funcionários profissionais lidando com milhões de dólares. Esta diversidade é, em geral, um factor positivo mas pode também tornar-se uma causa de concorrência e rivalidade. Timor Leste conta com a felicidade de ter já um Fórum das ONGs activo e dinâmico, mas o trabalho deste Fórum tenderá decerto a tornar-se mais difícil ao longo dos próximos anos.

Muitos dos obstáculos poderão ser evitados através da criação de canais de comunicação abertos e eficazes

Muitos dos possíveis obstáculos e armadilhas poderão ser evitados através da criação de canais de comunicação abertos e eficazes entre as várias organizações e no interior de cada uma delas. No entanto, as organizações da sociedade civil necessitarão também de estabelecer uma comunicação franca e aberta com as comunidades que pretendem auxiliar. Trata-se de uma tarefa difícil para as organizações sediadas em Dili, devido à escassez de infra-estruturas e de meios de comunicação mas será algo de essencial para a sua legitimidade democrática.

Garantir organizações plenamente representativas é uma tarefa longa e complexa. Alguns países têm ONGs que funcionam de forma autocrática e que são pouco mais do que um veículo para as opiniões e ambições dos seus líderes. Por isso, é necessário que as organizações da sociedade civil adoptem deliberadamente estruturas e uma disciplina de funcionamento que as mantenham verdadeiramente democráticas e representativas.

Embora cada organização deva encontrar as suas próprias soluções, é possível retirar algumas lições das experiências passadas de outros países—da região e não só. As organizações da sociedade civil de Timor Leste terão, em geral, muito a ganhar em procurar estabelecer relações de cooperação com tais grupos. Muitas já o fizeram e participaram em intercâmbios e visitas de estudo que as ajudaram a desenvolver as suas capacidades.

Estas experiências têm sido complementadas por visitas de especialistas na formação de grupos da sociedade civil provenientes de países como a Austrália, a Indonésia ou as Filipinas.

Os grupos da sociedade civil em Timor Leste podem trabalhar com as organizações nacionais suas contrapartes noutros países em desenvolvimento. Note-se, porém, que as ONGs timorenses, em particular, têm já uma longa experiência de trabalho conjunto com ONGs internacionais. Muitas destas têm uma longa tradição de envolvimento com Timor Leste, garantindo quer solidariedade quer apoio financeiro durante a luta pela independência. Um certo número delas têm actualmente a sua representação em Timor e têm-nas utilizado para desenvolver uma variedade de actividades em parceria com as ONGs nacionais e com organizações comunitárias de base.

As organizações internacionais

No passado, a maioria dos fundos à disposição das ONGs dos países em desenvolvimento provinham de ONGs internacionais. Hoje em dia, porém, a realidade é algo mais complexa. Muitos dos doadores bilaterais ou multilaterais preferem canalizar, directa ou indirectamente, pelo menos uma parte dos seus fundos para as ONGs e OCBs—acreditando que, nalguns casos, estas conseguem prestar serviços às populações de forma mais eficiente e eficaz do que as agências estatais.

Muitos doadores já estão a apoiar as organizações da sociedade civil em Timor Leste e continuarão a fazê-lo. Isso significa que, particularmente as ONGs, se vêm obrigadas a relacionar-se com numerosas agências e potenciais doadores cujos objectivos, mecanismos de financiamento e sistemas de avaliação podem ser bastante confusos e exigentes. Actualmente, porém, poucas são as organizações locais que conhecem a fundo o conjunto das agências internacionais que actuam no seu campo e têm tido alguma dificuldade em distinguir entre os diferentes mandatos e actividades das ONGs internacionais, agências especializadas da ONU, doadores bilaterais e instituições financeiras internacionais. No entanto, se pretendem que a sua actuação

seja mais eficaz, é necessário que estas organizações se familiarizem com todas estas complexidades.

Esse tipo de conhecimento é também vital se as ONGs locais pretenderem ser parceiros informados e eficazes das organizações internacionais. Certo número de agências, entre as quais se contam as das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais—como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional—poderão exercer uma influência política significativa em Timor Leste, tanto através do aconselhamento e emissão de pareceres como através dos projectos por si financiados.

Compreensivelmente, muitas ONGs estão bastante preocupadas com essa influência bem como com o desempenho passado destas agências noutros países, nomeadamente nos países altamente endividados de África e da América Latina, onde, frequentemente, algumas deram muitas vezes maior prioridade ao ajustamento económico do que ao desenvolvimento humano. Para que as ONGs de Timor Leste possam efectuar uma crítica eficaz a esse tipo de práticas terão de adquirir, a nível local ou internacional, conhecimentos técnicos que lhes permitam expôr eficazmente os seus pontos de vista.

As organizações da sociedade civil encontram-se, assim, numa posição complexa: uma multiplicidade de relações para gerir; uma série de culturas e valores nacionais e organizacionais distintos para conhecer; diferentes prioridades para ser analisadas; personalidade dos indivíduos com que se relacionam para serem compreendidas e relações de poder existentes para gerir e, por vezes, serem postas em causa.

Papéis múltiplos

Para além de terem de se relacionar com numerosas instituições nacionais e internacionais, as organizações da sociedade civil timorense ver-se-ão também actuando em diferentes frentes de actuação: como líderes de opinião e representantes da população, como supervisoras da actuação tanto do Estado como do sector privado e como prestadoras de serviços. Algumas destas organizações estão especializadas numa ou noutra destas funções, mas a maioria acaba por ter de desempenhar vários destes papéis—os quais entram por vezes em conflito uns com os outros.

Arquitectos do desenvolvimento

Muitas ONGs e OCBs consideram que o seu papel fundamental consiste em estabelecer parcerias construtivas com o Estado com vista à construção da nação e ao desenvolvimento do país mas não querem fazê-lo como meros instrumentos ao serviço de opções definidas por outros. Pelo contrário, pretendem participar no desenvolvimento dos planos de actividades e na concepção das políticas de forma a assegurarem que estas combatem a desigualdade, promovem os direitos humanos e protegem o ambiente.

Fazê-lo depende, no entanto da sua capacidade de inovar e de apresentar pontos de vista alternativos. Alguns governos resistem a este tipo de participação mas Timor Leste parece estar no bom caminho—nomeadamente após a participação do Fórum das ONG na Comissão Nacional de Planeamento (Caixa 3.1).

Representação e pressão junto de terceiros

Muitos grupos consideram que a sua tarefa fundamental consiste em influenciar as políticas e práticas de outras entidades, quer governamentais quer privadas ou das organizações internacionais. As formas que essa acção de representação e pressão ('advocacy') que elas podem levar a cabo variarão, no entanto, de acordo com os objectivos e capacidades dos grupos envolvidos.

Alguns limitam-se a expôr as suas preocupações aos políticos ou funcionários em

Caixa 3.1

A sociedade civil na Comissão Nacional de Planeamento

Em 2001, a Administração Transitória de Timor Leste criou a Comissão Nacional de Planeamento. Isto ofereceu uma oportunidade para o governo e a sociedade civil trabalharem em conjunto com vista ao desenvolvimento de um plano nacional. A participação da sociedade civil teve lugar através da Comisão Consultiva da Sociedade Civil, que foi presidida por Xanana Gusmão e incluiu representantes da Igreja, do Fórum das ONGs e das associações juvenis e femininas. A tarefa principal da Comissão Consultiva era a de maximizar a participação do povo de Timor Leste no processo de planeamento e uma das formas de o fazer consistiu em garantir o envolvimento dos elementos institucionais, tanto tradicionais como modernos, da sociedade civil, para assim tirar partido das redes e estruturas existentes.

No entanto, algumas ONGs consideram que o período de tempo durante o qual decorreram estas consultas—seis meses—foi demasiado curto, tendo em conta que metade da população é analfabeta e é difícil comunicar com as áreas remotas.

causa sem necessariamente sugerirem soluções. Outras, porém—como é o caso da Yayasan Hak—, investirão uma parte considerável de tempo e conhecimento na concepção de soluções de políticas consistentes e procurarão assegurar a aceitação das suas posições através de vários canais de pressão. Outras organizações têm procurado aumentar as suas capacidades trabalhando em conjunto com as universidades.

Tendo em conta as diferentes capacidades destes grupos bem como os objectivos comuns que os movem, faz todo o sentido que procurem pôr em conjunto os seus recursos e actuar conjuntamente. Isso já tem sido feito através, por exemplo, dos diversos grupos de trabalho do Fórum das ONGs que se debruçam sobre questões tão diversas como a Constituição, as relações entre as ONGs e o Estado, a educação cívica ou uma série de questões sectoriais tais como a saúde e o ambiente.

Embora grande parte da actividade de pressão e representação seja exercida através de contactos individuais ou da acção de grupos de pressão mais sofisticados, pode também ter lugar através de acções de protesto e de manifestações. A constituição de Timor Leste consagra o direito de reunião sem aviso prévio e reconhece o direito de manifestação.

Monitorização

A boa qualidade da acção governativa assenta, em toda a parte, na separação e equilíbrio de poderes. Embora esta ideia seja tradicionalmente associada à separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judicial, reconhece-se hoje em dia a importância de complementar essa separação de poderes através da acção de controlo e supervisão pela sociedade civil. Num Timor Leste independente, as organizações da sociedade civil deverão, por isso, desempenhar um papel importante no controlo da qualidade da actuação do estado, do sector privado e das organizações internacionais. No entanto, só o poderão fazer se a sua própria actividade for pautada pela qualidade—mediante uma actuação transparente, democrática e financeiramente responsável. Para as ajudar a fazê-lo o Fórum das ONGs está actualmente a considerar a elaboração de um código de conduta que permita orientar e auxiliar as várias ONGs nesse sentido.

Prestação de serviços

Para muitas ONGs a sua principal função consiste na prestação de serviços à população—nas áreas da saúde, habitação ou educação, por exemplo. Em certa medida, procuram colmatar as falhas resultantes das fragilidades dos serviços públicos. Bia Hula e Probem são dois exemplos de ONGs que trabalham em parceria com as comunidades locais com vista ao desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico. Mas a acção das ONGs e das OCBs pode também complementar a acção do Estado. Assim, enquanto o governo toma a responsabilidade pela educação formal das crianças, muitas ONGs poderão dedicar-se ao ensino informal e, nomeadamente, às campanhas de alfabetização de adultos.

Informação

Tendo em conta as débeis infra-estruturas de comunicações de Timor Leste, as organizações da sociedade civil assumem uma importância fundamental na produção e divulgação da informação relativa a toda uma série de questões, incluindo o processo eleitoral, as formas de lidar com as calamidades naturais, o papel das mulheres e os direitos humanos.

Estas actividades tornar-se-ão ainda mais importantes após o encerramento das estações de rádio e televisão apoiadas pela UNTAET. Uma vez que mais de metade da população é analfabeta, a rádio constitui um dos mais importantes meios de comunicação social. Nesse sentido, a criação de estações de rádio comunitárias não deixa de ser um sinal animador. Estas estações necessitarão de apoios financeiros adicio-

Caixa 3.2

A acção dos grupos de pressão

Em 2001, muitas foram as pessoas que exprimiram a sua preocupação em relação à questão da produção de café, que afecta directamente um grande número de pequenos produtores. Isto levou à realização de uma manifestação de mais de 2.000 camponeses no distrito de Ermera.

Os camponeses pretendiam pressionar a administração e os líderes locais e ter uma palavra a dizer no processo de tomada de decisão relativos à produção, fixação dos preços e comercialização do café. Esta manifestação teve como consequência a formação de alianças entre os camponeses locais e algumas ONGs de âmbito local e nacional, como o KSI (Instituto Kadalak Sulimutuk), o Instituto de Libertação Sahe, o Conselho Estudantil para a Solidariedade e o Centro de Desenvolvimento da Economia Popular (CDEP).

nais, embora deva sempre ficar bem claro que a sua missão consiste em satisfazer as necessidades da comunidade e não em difundir as opiniões ou interesses dos financiadores.

Para além de contribuírem para difundir a informação, as organizações da sociedade civil deverão também estimular o debate e a discussão pública acerca das futuras opções de Timor Leste e do seu lugar no mundo. Quando as comunidades tiverem a informação necessária e desenvolveram uma maior capacidade para analisar as circunstâncias em que se encontram, estarão em muito melhor posição para determinar o rumo do desenvolvimento humano do seu país.

Nesta e noutras matérias, as organizações da sociedade civil ocupam uma posição intermédia entre o Estado e as comunidades locais. Por um lado, devem pressionar o governo no sentido de que sejam tomadas medidas em relação às questões que mais as preocupam mas, ao mesmo tempo, devem procurar estimular o envolvimento do povo de Timor Leste nessas mesmas questões e maximizar a participação da população no funcionamento da democracia.

No coração da democracia

Todas as organização da sociedade civil precisarão de reavaliar os seus papéis e responsabilidades nesta era democrática. Para tal, deverão ser mais informadas e mais profissionais. Verifica-se já uma tendência crescente no sentido de os funcionários das ONGs desempenharem funções remuneradas—em part-time ou a tempo inteiro—, em vez de servirem como voluntários. No entanto, quer sejam dirigidas por pessoal remunerado quer por voluntários, as ONGs deverão sempre procurar confiar no seu próprio potencial moral e intelectual e não tornarem-se verdadeiras organizações empresariais ou quase-partidos políticos. Muitas das organizações que participaram no passado nas acções de resistência tinham uma filosofia de actuação bem definida e um objectivo central e uma visão: a libertação do seu país.

Agora, no novo Timor Leste independente, elas poderão ter de olhar novamente para as visões e as filosofias de que retiraram a sua força de modo a assegurarem que a sua actuação continua a ser regida por princípios éticos elevados e que têm, de facto, algo de único a oferecer.

CAPÍTULO 4

O horizonte da educação

A educação é uma das componentes mais fundamentais do desenvolvimento humano. A não ser que as pessoas tenham pelo menos um mínimo de educação básica, muitas das outras escolhas permanecem inacessíveis para elas. Timor Leste tem muito caminho à sua frente: não apenas lidar com o analfabetismo mas também fazer frente à multiplicidade de línguas faladas no país.

Os padrões educacionais de Timor Leste encontram-se entre os mais baixos do mundo. A taxa de alfabetização é de apenas 43% e existe um fosso notório entre as áreas urbanas, onde essa taxa é de 82%, e as áreas rurais, onde é de 37% (Gráfico 4.1). O analfabetismo impede a população de Timor Leste de expandir as suas capacidades humanas tais como, por exemplo, alcançar melhores níveis de saúde ou participar de forma plena na vida política e social. Porém, ele impede também o desenvolvimento global da nação, pois a literacia e a numeracia básicas são a chave para o aumento da produtividade do trabalho, tanto nas empresas nacionais como nas internacionais.

Não há dúvida que Timor Leste sai a perder quando comparado com outros países da região. Na vizinha Indonésia, a taxa de alfabetização era, em 1999, de 88% e mesmo na província de Nusa Tenggara Oriental, na fronteira com Timor Leste, essa taxa era de 81%. Timor Leste está também bastante atrás de muitos outros países da Ásia e da região do Pacífico, como a Malásia (87%), as Filipinas (95%) ou a Papua Nova Guiné (64%).

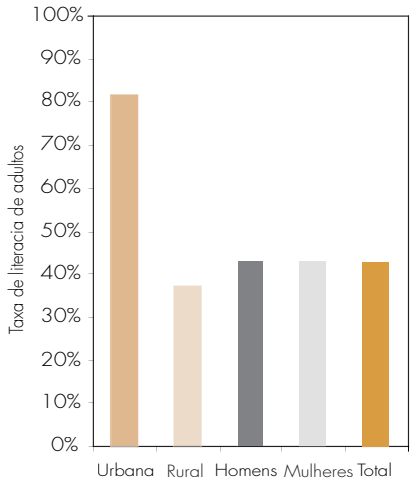
A maior parte da velha geração jamais saberá ler: actualmente, mais de metade dos chefes de família não possuem qualquer grau de escolaridade. No entanto, a situação deverá ser melhor na próxima geração, pois a proporção de crianças que pelo menos inicia o ensino primário tem vindo a aumentar. Em 2001, a taxa líquida de matrícula era de 76%. Embora este valor fosse inferior ao padrão mundial, não deixava de constituir um progresso.

O actual sistema de ensino de Timor Leste é uma herança do período de administração colonial, embora de duas potências coloniais distintas, cujas prioridades eram substancialmente diferentes. Durante a maior parte do seu período de administração, os portugueses revelaram pouco interesse na educação de massas. Apenas uma pequena proporção da população frequentava os estabelecimentos de ensino que, na sua maioria, pertenciam à Igreja Católica. Aquando da partida dos portugueses, em 1975, a taxa de alfabetização rondava apenas os 5%.

Ainda assim, o número relativamente reduzido de pessoas cujo percurso escolar decorreu durante este período desempenha hoje em dia um papel importante na construção da nova nação. Entre estas, incluem-se pessoas que prosseguiram os seus estudos em Portugal, algumas das quais foram fundamentais para a criação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT),

Gráfico 4.1

Literacia de adultos, 2001



Fonte: Inquérito às famílias (2001)

cujo Departamento Educativo ajudou, durante o período de transição, a delinear o sistema de ensino do país.

Um outro importante grupo cuja formação decorreu durante o período de administração portuguesa é o dos professores primários. Concluíram quatro anos da instrução primária e receberam alguns meses de formação pedagógica, que os qualificavam para ministrar os dois primeiros anos do ensino primário. Alguns destes professores receberam alguma formação adicional durante o período de administração indonésia e muitos dão hoje em dia aulas de Português.

A abordagem da administração indonésia em matéria de educação foi substancialmente diferente. O Estado indonésio estava empenhado em atingir a universalidade do ensino primário e, no caso de muitas províncias, envidou grandes esforços nesse sentido. No entanto, os progressos alcançados em Timor Leste foram mais lentos do que em qualquer outra parte. Ainda assim, por volta de 1985, quase todas as aldeias de Timor Leste dispunham de uma escola primária. Esta expansão da rede escolar permitiu que muito mais crianças frequentassem o sistema de ensino mas tinhas dois problemas principais.

O primeiro foi o de que o aumento quantitativo não foi acompanhado pela correspondente melhoria da qualidade. Na maioria das províncias da Indonésia, o ensino era de fraca qualidade: as escolas tinham falta de financiamento, de manuais escolares e de equipamento básico. Em Timor Leste, a situação era ainda pior—embora os efeitos disso nem sempre fossem evidentes já que as avaliações testavam os conhecimentos dos alunos numa pequena parte dos programas escolares, sendo as notas inflacionadas para melhorar as estatísticas oficiais.

O segundo problema consistia no facto do governo de Jakarta encarar o sistema de ensino como uma parte essencial do processo de 'Indonesiação' da população timorense. Em virtude disso, o Estado proibiu a utilização da língua portuguesa nas escolas e exigiu que todos os que tivessem de tratar de assuntos com a administração pública o fizessem em Indonésio. Para acelerar o processo, o governo indonésio mobilizou para Timor Leste um grande número de professores vindos de outras partes da Indonésia. O sucesso desta medida não foi tão rápido quanto esperado; foram necessários vários anos—quinze, segundo alguns observadores—para que a utilização da língua indonésia nas escolas se generalizasse. No entanto, acabaram por conseguir assegurar que o ensino das crianças timorenses tivesse lugar numa língua diferente da que elas falavam em casa—o que dificultou ainda mais os seus progressos.

Aos poucos, o número de professores timorenses aumentou. Em 1998/99, dos 6672 professores primários 78% eram timorenses. No entanto, a qualidade do ensino era bastante fraca. A maior parte dos professores não tinha prosseguido a sua instrução muito para além da quarta classe. Por outro lado, uma vez que os seus ordenados eram muito baixos, tinham muitas vezes de aceitar outros trabalhos para sobreviver, faltando frequentemente às aulas.

Isto, por sua vez, desencorajava as crianças e os pais. Cerca de 30% das crianças não chegavam sequer a ser matriculadas, o que se devia, em parte, a motivos culturais já que muitos pais não davam o devido valor à educação dos seus filhos, especialmente das raparigas. Por outro lado, no caso das famílias mais pobres, os pais não tinham forma de suportar as propinas e o custo dos manuais e dos uniformes. No caso de outros pais ainda, havia alguma relutância em permitir que os seus filhos fossem educados segundo os princípios e valores transmitidos pelos programas indonésios.

As debilidades do ensino primário repercutiam-se no ensino secundário. Em 1998/99, apenas 3% dos 1963 professores do 3º ciclo do ensino básico eram timorenses. No último ano de administração indonésia, a taxa líquida de matrícula era ainda de apenas 36% no nível inferior do ensino secundário (entre os 12 e os 15 anos) e de 20% no nível superior (entre os 16 e os 18 anos). Os dados para 2001 sugerem que as taxas actuais são ligeiramente inferiores no caso do ensino primário—62% e muito inferiores no nível inferior do ensino secundário (27%).

Por fim, no ensino superior, o acesso ao sistema de ensino é ainda mais restrito, tendo a taxa de matrícula apresentado valores de 3,8% em 1999 e 2,8% em 2001. A Universidade de Timor Leste foi criada em 1986 com três faculdades: Política Social, Formação de Professores e Agronomia.

O aumento da quantidade não foi acompanhado por uma melhoria da qualidade do sistema educativo

Também aqui, a qualidade do ensino era frequentemente bastante baixa. A Universidade dispunha de recursos insuficientes, utilizava métodos de ensino antiquados e tanto os estudantes como os professores registavam taxas elevadas de absentismo. Os outros estabelecimentos de ensino superior eram a Academia de Saúde, destinada à formação de enfermeiros, e um instituto politécnico, onde era ministrado um curso de dois anos de engenharia e contabilidade. O Instituto Pastoral da Igreja Católica formava os professores de educação religiosa e, em 1997, foi criada uma escola privada de Economia , que oferecia cursos de contabilidade e gestão.

A violência terá destruído, parcial ou totalmente, 80% a 90% dos edifícios e outras infra-estruturas escolares

O impacto da emergência de 1999

Pensa-se que a violência de Setembro de 1999 tenha destruído, parcial ou totalmente, 80% a 90% dos edifícios e outras infra-estruturas escolares. Na maioria dos casos, os materiais didácticos, os registos das escolas e o mobiliário escolar foram roubados ou queimados. Em resultado disso, quando as escolas reabriram, os estudantes nem sequer dispunham de lápis, canetas ou cadernos de exercícios, pois simplesmente não estavam disponíveis no país ou, quando o estavam, eram vendidos a preços proibitivos para as famílias mais pobres. Igualmente prejudicial foi a diminuição do número de professores. Embora as escolas primárias fossem principalmente dotadas de professores timorenses, a maior parte dos professores do ensino secundário eram cidadãos indonésios que, na sua maioria, decidiram abandonar o território. O mesmo sucedeu com os funcionários administrativos das escolas, dos quais quase todos eram indonésios.

Um problema suplementar consiste no facto de algumas das escolas construídas durante o período de administração indonésia se terem tornado redundantes. Isto sucedeu devido ao governo indonésio ter procedido à transferência forçada de comunidades inteiras para novos locais onde construiu as escolas. Porém, muitas das famílias têm vindo a regressar às suas terras ancestrais. Noutros casos, as escolas não podem ser utilizadas devido a terem sido construídas pelos Indonésios em terras que não lhes pertenciam e que são actualmente objecto de litígio.

Quadro 4.1

Legados da educação colonial

	1978	1999
Primário	47 escolas	788 escolas
	10.500 alunos	167.181 alunos
Secundário	2 escolas	114 escolas
nível inferior	315 alunos	32.197 alunos
Secundário	nenhum	54 escolas
nível superior		18.973 alunos

Fonte: United Nations CCA (2000)

Reconstruindo o sistema educativo

Quando, em finais de 1999, se registou finalmente alguma acalmia e a população começou a regressar aos centros urbanos, os timorenses ligados à administração da educação iniciaram uma colaboração voluntária no seio da Divisão de Educação do CNRT. Esta iniciativa foi, no entanto, prejudicada pela sua inexperiência e pela cultura de gestão autocrática imposta pela Indonésia, que retirara às pessoas a confianças nas suas próprias decisões.

Entretanto, muitos dos professores primários que permaneceram em Timor Leste começaram também a trabalhar como voluntários, recebendo apenas pequenos incentivos pecuniários da UNICEF, bem como alguma ajuda alimentar por parte do Programa Alimentar Mundial. Embora a maioria tivesse dado aulas durante o período de administração indonésia, outros não possuíam qualquer experiência. A UNICEF disponibilizou também numerosos kits de material escolar e reconstruiu os telhados de várias escolas primárias e secundárias.

Em Maio de 2000, a UNTAET e o CNRT realizaram uma avaliação geral à competência dos professores. Este teste foi realizado em Indonésio, devido a ser essa a língua até então utilizada como meio de ensino por estes professores. Do total de professores que efectuaram o teste, 5000 demonstraram possuir as competências necessárias para dar aulas no ensino primário, embora nem todos tenham sido imediatamente contratados.

No ensino secundário, a situação era ainda mais complexa. Uma vez que quase não existiam professores do ensino secundário, a administração timorense procurou encorajar os estudantes universitários a desempenharem essas funções. Os professores assim recrutados, que foram contratados para o primeiro ano lectivo "normal" que

Quadro 4.2

Rácio alunos-professores nas escolas primárias, 2000/2001

Distrito	Escolas	Alunos	Alunos/escola	Professores	Rácio	Intervalo dos rácios
Aileu	40	13.190	330	149	89	36-147
Ainaro	38	9.398	247	157	60	40-106
Baucau	93	20.365	219	345	59	24-175
Bobonaro	89	18.294	206	289	63	27-104
Covalima	52	8.998	173	227	40	28-147
Dili	61	28.333	464	475	60	17-119
Ermera	62	19.076	308	376	51	27-124
Liquica	38	11.989	316	195	61	30-99
Lospalos	55	10.541	192	172	61	27-142
Manufahi	50	10.443	209	153	68	28-243
Manatuto	35	9.169	262	118	78	36-235
Oecussi	43	9.932	231	146	68	37-100
Viqueque	51	15.452	303	189	82	46-224
TOTAL	*707*	*185.180*	*262*	*2.991*	*62*	*24-243*

Nota: O intervalo dos rácios mostra a média mais alta e mais baixa dos sub-distritos da respectiva região

Fonte: Ministério da Educação (2001)

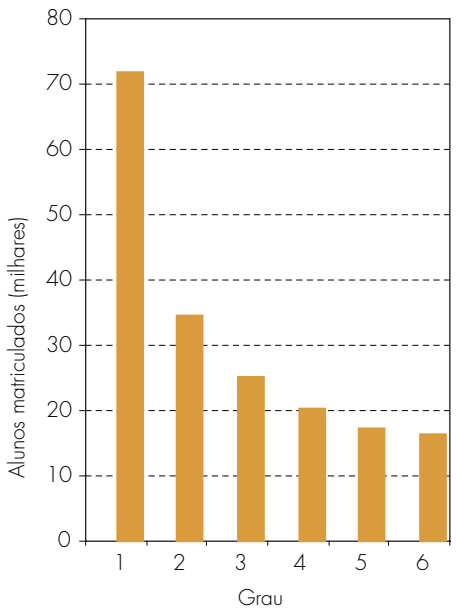
se iniciou em Outubro de 2000, possuiam habitualmente suficientes conhecimentos básicos mas não tinham qualquer formação pedagógica ou em matéria de gestão das aulas.

Entretanto, os doadores internacionais prepararam um Programa de Revitalização do Sistema Educativo que procurava conjugar os esforços da UNTAET, CNRT, UNICEF, ONGs nacionais e internacionais, doadores bilaterais do Banco Mundial. A primeira fase deste programa, aprovada em Junho de 2000, consistiu num projecto de 13,9 milhões de dólares denominado Programa de Reabilitação Escolar de Emergência, destinado à reconstrução de alguns edifícios e à construção de novas escolas-protótipo. Em Fevereiro de 2000 este programa procedera já à reabilitação de 535 escolas, representando 2780 salas de aula, à construção de três escolas-protótipo destinadas ao nível inferior do ensino secundário e montara 54.000 peças de mobiliário escolar nas salas de aula. Em Outubro de 2001, os doadores aprovaram um outro programa de 13,9 milhões de dólares, denominado 'Projecto para a Qualidade Básica das Escolas', que visava a melhoria das condições de 65 escolas primárias.

No ano lectivo 2000/2001, o número de crianças matriculadas nas 707 escolas primárias de Timor Leste era de 185.180 (Quadro 4.2). Na maioria dos países, o número de matrículas é habitualmente mais elevado na 1ª classe, diminuindo gradualmente até ao 6º ano à medida que as crianças vão abandonando o sistema de ensino. Como indica o Gráfico 4.2, esta diminuição é especialmente acentuada em Timor Leste. Por outro lado, os primeiros anos têm habitualmente um número anormalmente

Gráfico 4.2

Matrículas por nível de ensino, 2000/01



Fonte: Ministério da Educação

elevado de alunos devido à quantidade de estudantes que reprovaram em anos anteriores ou que iniciaram o seu percurso escolar mais tarde do que é habitual, frequentando por isso anos mais atrasados do que seria normal na sua idade. Isto tem como consequência que a 'taxa bruta de matrícula', que consiste no rácio entre o número de crianças que frequenta determinado nível de ensino e o número total de crianças na faixa etária legalmente apropriada, possa nalguns casos atingir valores bastante elevados—112% no caso do ensino primário em 2001.

É também de assinalar que as taxas de matrícula no ensino primário eram idênticas no caso dos rapazes e das raparigas. As entrevistas realizadas em Maio de 2001 no quadro de um inquérito para a UNICEF e para a Oxfam permitiram concluir que, ao nível do ensino primário, existe igualdade entre os géneros (UNICEF, 2001). Aliás, em certos casos, as raparigas podem até estar em vantagem, já que os rapazes correm um maior risco de ter de abandonar a escola assim que têm idade suficiente para trabalhar na agricultura familiar.

O número de raparigas que actualmente frequentam o ensino primário é idêntico ao dos rapazes

No entanto, o número de matrículas constitui apenas uma parte do panorama. Muitas das crianças que se matriculam para ir à escola nunca chegam a frequentar as aulas. O referido estudo revelou que, segundo os professores, numerosas crianças eram consideradas 'inactivas': nalgumas escolas, até cerca de 20% dos alunos haviam frequentado algumas aulas mas tinham posteriormante deixado de o fazer. Em 1997/98, a taxa de repetição de anos no ensino primário em Timor Leste—14%—era uma das mais elevadas de toda a Indonésia.

O Quadro 4.2 indica também o rácio aluno/professor. O valor médio de 62 alunos por professor no ensino primário é alto, o que reduz a qualidade do ensino ministrado a cada aluno. No entanto, este valor médio oculta fortes variações entre os diversos distritos, sub-distritos e escolas. Tal como mostra o quadro, os valores variavam entre um mínimo de 17 (numa escola de Dili) e um máximo de 243 (numa escola do sub-distrito de Turiscai, em Manufahi).

Estes dados dizem respeito ao ensino público. No entanto, para além das mais de 700 escolas públicas, existem 173 escolas pertencentes à Igreja Católica, que cobram em média 5954 rupias por mês (0,60 dólares) e 26 escolas privadas, que cobram 9237 rupias mensais (1 dólar).

Obstáculos à frequência escolar

Agora que Timor Leste alcançou a sua independência, alguns dos anteriores obstáculos à frequência escolar foram ultrapassados. Porém, muitos outros permanecem. O problema mais básico é a pobreza. Embora as escolas públicas não cobrem propinas, enviar as crianças para a escola não deixa de envolver custos para os pais. Fortemente ligada à questão da pobreza é a necessidade de as crianças dispenderem pelo menos uma parte do seu tempo em tarefas domésticas ou no auxílio nas explorações familiares. Cerca de 10% das crianças entre os 10 e os 11 anos de idade trabalham, quase sempre na agricultura, embora apenas cerca de metade destas crianças frequentem o sistema de ensino.

Outro problema consiste no facto de que, por muitos pais nunca terem ido à escola, eles revelarem pouco interesse na educação e não estimularem os seus filhos a ir à escola. Noutros casos, os pais concluem que a qualidade do ensino é tão fraca que os filhos pouco têm a ganhar em frequentar a escola, pelo que podem perfeitamente ficar em casa.

Naturalmente, estes obstáculos têm ainda mais peso se a escola fica longe de casa. Para a maioria das crianças, isso não parece constituir um grande problema. De acordo com o Inquérito aos sucos, cerca de metade das crianças não precisa de caminhar mais de 10 minutos para chegar à escola. Só em 7 dos 498 sucos é que o tempo médio necessário para as crianças chegarem à escola era superior a meia hora. No entanto, a dificuldade aumenta na estação das chuvas. Os problemas são ainda maiores nas áreas onde as escolas estão ocupadas por populações desalojadas ou não podem ser utilizadas em virtude de terem sido construídas em terrenos sujeitos a litígio.

Questões futuras para a educação

O sistema de ensino de Timor Leste está actualmente em reconstrução mas enfrenta diversos desafios de monta.

A língua

Ao longo dos próximos anos, uma das tarefas mais difíceis consistirá na adopção de

uma nova língua. A Constituição timorense estabelece como línguas oficiais o tetum e o português. No que diz respeito ao sistema de ensino, a política adoptada tem consistido na progressiva introdução do português como língua de instrução, com início no ano lectivo 2000/2001 na 1º e 2º classes, enquanto se ensina português como segunda língua nos níveis mais elevados. Depois e gradualmente a instrução em português será estendida a todo o sistema escolar.

Estas medidas criaram alguns problemas, uma vez que apenas 5% da população—e, consequentemente, poucos professores—fala Português. Com vista a determinar quais os professores que dominam esta língua, cerca de 3000 professores foram sujeitos a um teste realizado pela Missão Portuguesa em Dili. Destes, apenas 158 (5%) obtiveram aprovação, a maioria dos quais vivia em Dili ou em Baucau (Quadro 4.3). Tal como este quadro revela, o distrito de Manufahi não possuía qualquer professor capaz de ensinar Português, pelo que o ensino na 1ª e 2ª classes tem sido ministrado em Indonésio ou numa das línguas locais. Isso tem impedido que os alunos adquiram as bases de Português de que necessitarão para mais tarde prosseguirem os seus estudos em níveis mais avançados.

Tanto os professores como os funcionários administrativos das escolas necessitarão de sólidas bases de língua portuguesa. Para tal, será necessária uma planificação mais cuidada quer dos conteúdos programáticos, quer da carga horária dos professores de forma a permitir que estes dispendam algum tempo fora das aulas a aperfeiçoar o seu domínio da língua. Muitos cursos de português têm sido realizados de forma ad-hoc e alguns professores queixam-se de não terem retirado suficientes benefícios. Para ajudar a disseminar o português, o Governo de Portugal financiou a vinda para Timor Leste de 141 cidadãos portugueses que se têm dedicado a ensinar Português como segunda língua nas escolas secundárias e a aperfeiçoar o domínio da língua por parte dos professores timorenses.

Por outro lado, Timor Leste deverá voltar a analisar a importância do ensino ser ministrado na língua materna—seja ela o tetum ou qualquer uma das línguas principais. A experiência de outros países que se depararam com problemas semelhantes sugere que as crianças aprendem com mais rapidez se começarem por dominar a sua língua materna para, em seguida, aprenderem uma das línguas nacionais—neste caso, o português ou o tetum—como segunda língua. A auto-confiança que deriva de ser capaz de ler e escrever na língua materna é uma base cognitiva e emocional forte, dotando as crianças das capacidades necessárias para a posterior aprendizagem de uma segunda língua. Por outro lado, quando as crianças aprendem a sua cultura e as suas tradições na língua materna torna-se possível um muito maior apoio e acompanhamento por parte dos pais. Isto, por sua vez, estimula a criança no sentido da frequência regular das aulas. Alguns estudos internacionais têm revelado que uma das principais causas de insucesso escolar é a deficiente adaptação dos programas nacionais às características culturais e linguísticas dos alunos.

Quando as crianças aprendem na sua língua materna, recebem mais apoio dos pais

Produzir materiais didácticos em todos os dialectos locais seria certamente bastante caro—tanto devido aos custos de impressão, como à necessidade de formar os professores para a sua utilização—, sobretudo tendo em conta que alguns dialectos são falados apenas por um reduzido número de crianças. No entanto, a experiência internacional revela que os benefícios poderão justificar os custos. Timor Leste poderá beneficiar da experiência da Papua Nova Guiné, que introduziu recentemente no seu sistema de ensino o uso das mais de 800

Quadro 4.3

Professores aprovados para ensinarem Português

Distrito	Primário	Secundário
Aileu	0	1
Ainaro	7	0
Baucau	24	1
Bobonaro	5	0
Covalima	3	2
Dili	45	5
Ermera	2	1
Lautem	3	4
Liquica	18	2
Manatuto	7	0
Manufahi	0	4
Oecussi	1	9
Viqueque	11	3

Fonte: Ministério da Educação

línguas locais. Neste caso, porém, não se optou pela impressão de materiais didácticos em todas estas línguas mas sim pela elaboração de manuais e outros materiais desprovidos de texto, por forma a que possam ser utilizados a nível nacional, tendo sido proporcionado aos professores um conjunto detalhado de indicações acerca de como utilizar esses materiais na sua própria língua.

O actual programa de "estabilização" da gramática e do léxico do tetum é útil. No entanto, actualmente são ainda escassos os materiais didácticos existentes nesta língua —e raros ou totalmente inexistentes os materiais nas restantes.

Os professores

O Ministério da Educação emprega actualmente cerca de 6400 professores em todos os níveis de ensino, dos quais 70% são homens, tendo sido contratados, na sua totalidade, após o referendo de 1999. A maioria são professores primários que, durante o período de administração indonésia, concluíram o nível inferior do ensino secundário, tendo posteriormente prosseguido os seus estudos em estabelecimentos do ensino secundário superior especializados na formação de professores. Esta formação era habitualmente composta por dois anos no nível SPG (Sekolah Pendidikan Guru), aos quais se seguiam três anos no nível superior, denominado KPG (Kejuwan Pendidikan Guru). No ensino primário, o rácio aluno/professor é superior a 60, o que é manifestamente excessivo.

Existem em média mais de 60 alunos por cada professor primário

A maioria dos professores do ensino secundário são, ainda hoje, estudantes universitários sem qualquer formação pedagógica. No ano lectivo 2000/2001, somente 106—69 homens e 37 mulheres—dos 2091 professores do ensino secundário possuiam alguma formação pedagógica.

Para o futuro há duas prioridades fundamentais quanto à profissão de professor. A primeira consistirá em aumentar o número global de efectivos, por forma a reduzir o rácio aluno/professor. No passado, os salários baixos e as más condições de trabalho afastaram numerosos estudantes motivados de seguirem esta profissão. A situação actual é talvez ainda pior, uma vez que os professores deixaram de ter direito a habitação gratuita. Todos estes factores têm contribuído para a desmoralização dos professores. Lamentavelmente, os professores acabam muitas vezes por deixar os alunos regressar a casa após um dia de aulas inaceitavelmente curto. Considerando a importância do papel dos professores—principalmente nas áreas rurais— tanto no interior das salas de aula como enquanto promotores do desenvolvimento, o governo deverá reponderar e reajustar as suas condições laborais e salariais.

A segunda prioridade consistirá na melhoria das qualificações dos professores. Aqueles que estão actualmente a estudar para virem a dar aulas deverão ser adequadamente preparados. Não só terão de se familiarizar com um novo programa e com uma nova língua, como terão de saber fomentar uma aprendizagem mais activa por parte dos alunos.

Actualmente os estudantes passam grande parte do seu tempo a copiar matéria do quadro. Em parte, isso deve-se à falta de manuais escolares e outros materiais didácticos, mas é também uma consequência da adopção, por parte dos professores, de métodos de ensino antiquados assentes na repetição e memorização e não em estimular as crianças a adquirirem conhecimentos por elas próprias.

Quanto à próxima geração de professores, a Universidade Nacional de Timor Leste (UNTIL) deverá ter um importante papel a desempenhar. Ao longo da próxima década a sua principal prioridade deverá consistir na formação de mais professores. Isso implicará uma reavaliação das prioridades quanto às Faculdades existentes de modo a permitir a optimização dos escassos recursos humanos e financeiros da Universidade. No caso dos professores que se encontram já no activo, este objectivo exigirá a intensificação da formação permanente através de workshops e da realização regular de encontros ao nível das escolas, bem como da criação de centros de recursos pedagógicos ao nível dos distritos.

O envolvimento da comunidade

Uma das melhores formas de promover a qualidade do ensino nas escolas é através de um mais profundo envolvimento das comunidades locais. Se os pais, os professores e os restantes líderes comunitários assumirem conjuntamente a responsabilidade da gestão dos estabelecimentos de ensino, dedicarão decerto uma porção maior

do seu tempo e energia às escolas e ficarão mais orgulhosos daquilo que eles e as crianças da sua comunidade conseguirem atingir.

Um interessante estímulo neste sentido poderá vir do "Projecto '100 escolas'" da UNICEF. Este projecto seleccionará 100 escolas a nível nacional para servirem como modelos onde melhorar todos os aspectos da educação—o envolvimento dos pais e das comunidades, a melhoria dos métodos de ensino, a manutenção de registos adequados, o aumento das taxas de frequência e a melhoria do moral de professores e alunos. As escolas que vierem a ser seleccionadas serão aquelas que se tiverem, desde logo, revelado empenhadas na adopção das melhores práticas.

Esta é outra área na qual Timor Leste poderá efectuar progressos. O sistema indonésio era extremamente centralizado, deixando pouco espaço para as iniciativas locais dos pais e dos professores. Isso poderá ter servido os interesses do Estado indonésio mas desperdiçou recursos preciosos em termos de dinamismo e empenhamento.

Os currículos escolares

Até agora têm sido poucos os esforços no sentido da melhoria dos currículos escolares—o que se deve em parte à incerteza do período de transição. Os professores continuam a adoptar os programas indonésios na maioria dos níveis de ensino. No caso das 1ª e 2ª classes, porém, dispõem também de manuais escolares em Português que cobrem o programa tradicional desses dois anos. Trata-se de manuais de boa qualidade, coloridos e atraentes, embora bastante caros. As restantes classes adoptam um currículo dramaticamente reduzido, que nas 4ª e 5ª classes se limita à matemática e às ciências da natureza, com o português como segunda língua. Os 3º e 6º anos curriculares têm matemática, ciências da natureza e ciências sociais. Existe algum ensino ao nível da música e do desporto mas com muito poucos materiais de apoio.

No ensino secundário o currículo é bastante mais abrangente, incluindo 14 disciplinas no nível inferior do secundário e 17 no nível superior. Dada a escassez tanto de professores como de materiais didácticos, parece ser aconselhável reduzir a variedade das disciplinas e concentrar a atenção na qualidade em vez da quantidade, assumindo como prioridades a matemática e as ciências.

As principais disciplinas e conteúdos que deverão fazer parte dos currículos e dos programas deverão ser decididos na sequência de consultas alargadas aos professores, pais e alunos. Esta é outra área na qual a experiência e os recursos internacionais poderão prestar uma valiosa contribuição ajudando quem quer que venha a elaborar os futuros currículos do sistema de ensino de Timor Leste a retirar lições das práticas adoptadas noutros países e a atingir os níveis internacionalmente aceites.

O ensino técnico-profissional

O ensino técnico-profissional indonésio, ministrado nas escolas secundárias superiores, era relativamente sofisticado. No entanto, a formação proporcionada pouco tinha a ver com as reais necessidades do mercado de trabalho; em muitos casos tratava-se apenas de "educar por educar". Timor Leste não poderá permitir-se esta prática e, em colaboração com os empregadores locais, deverá reformar o sistema de modo a proporcionar aos jovens formação em matérias para as quais existe realmente procura. De qualquer forma, a maioria das pessoas que antes asseguravam o funcionamento do ensino técnico-profissional abandonaram, pelo que Timor Leste não terá outra opção que não seja começar de novo.

Um inquérito realizado pelo Projecto para a Melhoria das Qualificações em Timor Leste, financiado pela Austrália, chegou à conclusão de que as escolas deverão evitar especializar-se em determinadas áreas demasiado cedo, devendo, pelo contrário, incluir matérias como a agronomia nas disciplinas mais gerais de ciências da natureza.

Existem já alguns projectos de formação técnico-profissional, incluindo alguns vocacionados para o sector da construção civil, que são financiados pelo Brasil e por Portugal. No entanto, é notório que Timor Leste precisa urgentemente de pessoas dotadas de competências básicas como as de electricistas e de mecânicos. Tendo em conta a possível importância do turismo, os que vierem a trabalhar nesta área deverão dominar o Inglês. Parte desta formação deverá ser endereçada a quem já se encontra a trabalhar, já que é evidente que actualmente

Timor Leste precisa urgentemente de mais pessoas dotadas de competências básicas

muitas pessoas estão fazendo trabalhos para os quais não dispõem das competências necessárias.

O ensino superior

A Universidade Nacional de Timor Leste reabriu as suas portas em 2000. Nessa altura, a prioridade consistia em proporcionar cursos superiores aos estudantes que haviam já frequentado este nível de ensino, quer na Indonésia, quer em Timor Leste. Embora um grande número de estudantes tenha reprovado nos exames de admissão, continuaram a pressionar o Ministério da Educação para que lhes fossem proporcionadas vagas. Isso resultou num acordo de compromisso: a criação de um curso propedêutico, seguido de um novo exame, após o qual os estudantes aprovados teriam acesso aos diversos cursos universitários.

Na prática, este último exame permitiu à maioria dos estudantes em causa frequentar a Universidade no ano lectivo 2001/02. No entanto, o excessivo número destes alunos tem sobrecarregado a capacidade da Universidade. A Faculdade de Economia, por exemplo, em vez do contingente anual de 150 alunos viu-se a braços com mais 389 alunos.

A Universidade de Timor Leste poderá vir a deparar-se com uma situação em que um grande número de alunos mal preparados poderá vir a sobrecarregar cursos que oferecem escassas perspectivas de emprego. Por esse motivo, deverá reavaliar as suas prioridades, procurando ser uma instituição mais pequena e que enfatiza a qualidade e que ao longo da próxima década deverá aplicar parte importante dos seus recursos na Faculdade de Ciências da Educação de modo a permitir formar a próxima geração de professores do ensino secundário. Um outro aspecto é o da qualidade dos professores universitários, a maioria dos quais não possui qualquer formação universitária ao nível da pós-graduação.

A Universidade deverá querer reavaliar as suas prioridades e adaptar os seus cursos às necessidades do país. Parte muito importante dos seus recursos e dos seus alunos deverá ser concentrada na Faculdade de Educação, com vista à formação da próxima geração de professores do ensino secundário. Outros cursos poderão também ter de alterar a sua orientação, especialmente aqueles que reflectem fortemente o legado indonésio. A Faculdade de Ciência Política, por exemplo, podia concentrar-se na preparação de pessoas para trabalharem na administração pública.

Timor Leste precisa de pessoas com formação universitária. Contudo, deverá fazê-lo evitando cair na mesma armadilha em que caíram outros países em desenvolvimento, que promoveram o ensino universitário por uma questão de estatuto ou para satisfazer as necessidades das famílias mais ricas. Pelo contrário, Timor Leste deverá provavelmente apostar numa instituição universitária mais pequena mas com uma maior ênfase na qualidade—que eduque as pessoas segundo padrões internacionais de qualidade e capazes de administrarem um Estado moderno.

Literacia entre os adultos

Embora a prioridade imediata consista em assegurar a educação da actual geração de crianças, Timor Leste não pode ignorar a educação dos adultos. Não se trata apenas de satisfazer as necessidades da metade da população que teve pouco ou nenhum aces-

Caixa 4.1

A tradição democrática de Timor Leste

É incorrecto caracterizar Timor Leste como um país desprovido de raízes e princípios democráticos. As estruturas de poder tradicional, que permaneceram intactas ao longo do período de colonização e ocupação estrangeira, reflectem sistemas económicos, sociais, políticos e culturais altamente intrincados e que são simultaneamente participativos e inclusivos.

O breve período de poder da Fretilin em meados dos anos '70, caracterizou-se também pela devolução de parte do poder e da autoridade a mecanismos regionais de tomada de decisão. Ainda mais significativo, o próprio movimento clandestino funcionava de uma forma extremamente participativa, procurando consultar todos os membros e utilizar os líderes locais e as estruturas hierárquicas para fazer ouvir a voz das diversas comunidades e alcançar decisões de uma forma colectiva. Assim, as estratégias de educação cívica deverão envolver a participação dos líderes locais e incorporar os processos comunitários tradicionais para lidar com a questão das hierarquias sociais e reflectir a realidade dos processos de tomada de decisão a nível local.

A sociedade tradicional timorense é profundamente hierarquizada, o que constitui um desafio para a introdução de certos conceitos democráticos, tais como a noção de igualdade. No seio dos sistemas tradicionais, o Estado é desprovido de identidade para além dos elementos tradicionais que foram cooptados pelas estruturas políticas coloniais. Os laços de parentesco da sociedade timorense não incluem qualquer forma de individualismo, o que contrasta fortemente com as bases de qualquer sistema multi-partidário. Por outro lado, é pouca a confiança depositada em líderes políticos que não possuam uma legitimidade ancestral e que não estejam ligados a determinados objectos sagrados e formas ancestrais de legitimação. Quaisquer iniciativas de educação cívica no sentido da educação para a cidadania deverão ter em conta estes paradigmas tradicionais.

so ao sistema de ensino mas ajudar também no processo de construção da nação e, de uma forma mais geral, promover o desenvolvimento humano ao permitir que as pessoas assumam um maior controle sobre as suas próprias vidas.

Tendo em conta a futura importância que o português terá no futuro do país não é de admirar que a maioria das campanhas de alfabetização de adultos estejam a ser efectuadas nesta língua. Um exemplo disso mesmo é o da campanha brasileira implementada pela 'Alfabetização Solidária', cujo programa de alfabetização se iniciou em Junho de 2001 em todos os distritos timorenses e que irá proporcionar formação a 3.500 adultos analfabetos.

Um outro projecto brasileiro, denominado 'Telesalas', propõe-se ensinar a língua portuguesa através da televisão. Este projecto visa melhorar o domínio do português, bem como de algumas outras competências genéricas, por parte de mais 3.500 pessoas. No caso deste projecto, o grupo-alvo é o de indivíduos na faixa dos 45-50 anos que já possuem alguns conhecimentos de língua portuguesa. O projecto piloto está a decorrer em 20 turmas do distrito de Dili, abrangendo 600 alunos, sendo que a próxima fase deverá incluir 70 turmas na totalidade dos distritos.

Educação cívica

Outra questão é determinar quais os conhecimentos que a generalidade da população deverá possuir de modo a viabilizar o novo Estado de Timor Leste. Até agora e compreensivelmente, a educação cívica tem-se centrado nos mecanismos de votação e nas eleições. No entanto, o desenvolvimento humano exige uma visão muito mais ampla e participativa da democracia, não apenas como um objectivo mas sobretudo enquanto processo permanente, uma forma de estar na vida. Assim, a educação cívica poderá também procurar promover:

- *O conhecimento cívico*—as informações e conhecimentos fundamentais de que as pessoas precisam para serem cidadãos eficazes e responsáveis;
- *As competências cívicas*—a capacidade de compreender e comparar diferentes princípios e práticas de governação. Isto inclui a capacidade de intervir na vida pública de modo a controlar e influenciar as políticas públicas.
- *As virtudes cívicas*—os traços de carácter necessários para sustentar e melhorar a governação democrática e a cidadania. Tais traços incluem o respeito pelo valor e pela dignidade de cada pessoa, a tolerância e a igualdade.

Através da aquisição destas competências, os cidadãos ficam em muito melhor posição para assegurar e aprofundar a democracia pela qual lutaram, tomando parte no processo de tomada de decisões sobre políticas nacionais e locais. Isto poderá exigir a combinação de formas modernas e formas tradicionais de tomada de decisão (caixa 4.1).

Estas mesmas competências permitirão construir uma sociedade pacífica, na qual se vai progressivamente alcançando consenso acerca de qual o comportamento que a maioria das pessoas gostaria de ver no seu novo país. De entre estas, a mais importante é a coexistência pacífica, a qual implica não só a ausência de violência entre as diversas comunidades e no interior de cada uma delas, mas também no seio do próprio lar, onde a maior parte da violência é dirigida contra as mulheres. Mas existem muitas outras questões em relação às quais a educação cívica poderá ser muito benéfica. Uma delas, por exemplo, consiste na informação acerca dos riscos do HIV/SIDA, que são praticamente desconhecidos para a maior parte das pessoas.

Em certa medida, a educação cívica terá de começar pelos professores, confiando neles para comunicar ideias não apenas nas escolas mas também para a comunidade em geral, especialmente nas áreas rurais. Outras instituições do Estado, como a polícia, poderão também ajudar.

O desenvolvimento humano exige uma visão ampla e participativa da democracia

O horizonte da educação

A educação é uma das principais questões analisadas neste relatório do desenvolvimento humano porque colocar o sistema educativo no caminho certo é crucial para o futuro do país. A melhoria dos padrões educacionais repercutir-se-á sobre toda a sociedade. Pessoas mais instruídas estão em melhor posição para inovar e melhorar não só as suas próprias vidas mas também as vidas dos outros. Mulheres mais instruídas estão em melhor posição para cuidar da

sua própria saúde e da saúde dos seus filhos. Finalmente, pessoas mais educadas estão em melhor posição para efectuarem escolhas no que diz respeito ao desenvolvimento humano de si mesmas e do seu país.

Planear a educação em Timor Leste será difícil. A dificultá-lo está uma grande escassez de recursos e de pessoal qualificado e as complexidades de uma sociedade multilingue. Porém, as opções terão de ser efectuadas o mais cedo possível se se quiser que a próxima geração tire vantagens do futuro de Timor Leste enquanto país democrático.

Capítulo 5

Crescimento económico para o desenvolvimento humano

Progredir no desenvolvimento humano em Timor Leste significará também o início de um novo percurso económico, tornando a agricultura mais produtiva e desenvolvendo outras oportunidades, incluindo o turismo e o petróleo e o gás. Mas o desenvolvimento económico terá de se concentrar firmemente na procura de benefícios evidentes para a maioria do povo de Timor Leste.

Timor Leste é um país pobre, com um PIB per capita de apenas $478 em 2001 e uma frágil base económica. A agricultura proporciona ganhos reduzidos à maioria da população enquanto, por outro lado, aparece nas cidades uma crescente economia de serviços. No entanto, como demonstra a figura 5.1, o maior sector em valor é o da administração pública, que representa mais de um quarto do PIB.

A actual estrutura económica foi, em grande medida, moldada quer pela administração portuguesa quer pela indonésia (caixa 5.1). Durante a era portuguesa os rendimentos provinham principalmente das plantações e a economia no seu todo estagnou. Contudo, durante o período indonésio a economia de Timor Leste, tal como as das outras províncias da Indonésia, sofreu uma mudança estrutural rápida: diminuição da agricultura e expansão dos serviços baseados nos centros urbanos. Como resultado, a contribuição da agricultura baixou de cerca de 60% em 1981 para 42% em 1986, para 37% em 1990 e para 25% em 1998.

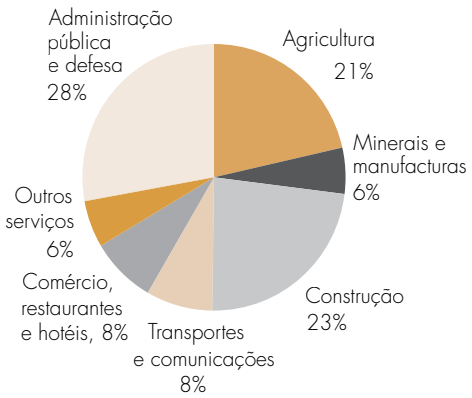
Grande parte desta mudança foi resultado da actividade do governo e do seu investimento. Durante mais de duas décadas, os gastos governamentais representaram cerca de 20% do PIB e a construção outros 20%. Comércio, hotéis e restaurantes também aumentaram mas as manufacturas e a mineração continuaram a ser reduzidas.

Esta mudança foi acompanhada por um rápido crescimento económico. O período inicial de domínio indonésio—1975-82—foi um período de consolidação e estabilização mas depois a economia começou a crescer a uma taxa respeitável. Durante o período 1983-90, o crescimento real do PIB foi de 7,8% e durante o período 1990-96 a economia expandiu-se anualmente cerca de 10%. Então, em 1997 e como resultado da crise asiática, o crescimento diminuiu para os 4% e em 1998, finalmente, a economia afundou-se 2%. Muito deste crescimento foi estimulado por transferências directas de Jakarta, que em meados dos anos 90 representavam $150 milhões por ano. O governo Indonésio estava a gastar muito mais do que o rendimento que obtinha localmente—o défice fiscal em Timor Leste foi estimado em cerca de dois terços do PIB.

Enquanto o governo investia, o sector privado, externo ou interno, estava largamente ausente. Raramente os investidores estrangeiros entravam na província e

Figura 5.1

PIB por sector



Fonte: Quadro Anexo 8

mesmo os investidores locais eram difíceis de encontrar: em meados de 1999 a Comissão de Investimentos registou apenas 10 projectos de investidores locais.

Apesar desta dependência dos gastos governamentais indonésios, a economia de Timor Leste cresceu de uma forma marginalmente mais rápida do que a da Indonésia como um todo: durante o período 1983-97, o crescimento médio foi de 5,6% ao ano, comparado com 5,1% para a Indonésia.

Infelizmente, muitos dos frutos deste crescimento foram para não-timorenses. Apesar das pessoas locais terem beneficiado das estradas construídas para os militares e do investimento público em saúde e educação, os principais beneficiados foram os Indonésios. Isto incluiu funcionários públicos dos escalões mais altos e militares das forças militares, quase todos vindos de fora de Timor Leste. A maioria dos empresários da construção civil também vieram de fora da província.

Muitos dos frutos de crescimento foram para não-timorenses

Os outros beneficiários principais foram migrantes que tinham chegado de outras partes do leste da Indonésia, os *pendatang*. Muitos deles eram familiares de funcionários civis ou militares ou pagavam-lhes subornos e dominavam o comércio e outros serviços. Entretanto, os timorenses, especialmente os que tinham educação, tinham cada vez maiores dificuldades em encontrar trabalho. Apesar das estatísticas para o desemprego serem suspeitas, estimativas sugerem que em 1998 o desemprego aberto era de cerca de 6% e o subemprego era de cerca de 11%.

Este período também viu o estabelecimento de uma economia a duas velocidades porque embora a agricultura continuasse a empregar três quartos da força de trabalho, a sua contribuição para o PIB baixou enquanto os serviços se expandiam.

Por volta de 1996 Timor Leste era uma das províncias mais pobres da Indonésia. O seu PIB per capita, então de $429, era menos de metade da média Indonésia ($1.153). Os seus níveis de pobreza eram duas vezes mais altos, com cerca de 32% das famílias a viver em situação de pobreza de rendimentos. Os indicadores sociais também eram muito piores: a esperança de vida à nascença, nos 54 anos, era dez anos inferior à média da Indonésia e a taxa de mortalidade infantil, de 100 por mil nado-vivos, estava entre as maiores do mundo.

Devastação económica em 1999

Apesar das pessoas de Timor Leste já serem pobres, elas empobreceram ainda mais com o início da violência que começou em 30 de Agosto de 1999. A destruição que se seguiu causou enorme sofrimento humano e forçou mais de metade da população a deixar as suas casas. Mas, a violência também afectou profundamente a infraestrutura económica e social do país:

- *Infraestrutura social*—cerca de 80% das escolas e clínicas foram completa ou parcialmente destruídas.
- *Agricultura*—entrou em ruptura parcial e uma parte significativa dos animais foi perdida. De acordo com o Inquérito aos Sucos, as famílias perderam 58% das cabras, 48% do gado e 47% dos porcos.
- *Energia*—Dili perdeu cerca de um terço da sua capacidade geradora de energia. As outras capitais de distrito perderam ainda mais—umas pelo menos 50% e outras quase 90%.
- *Comunicações*—a maior parte das 12.000 linhas telefónicas foram danificadas, os mercados entraram em colapso e houve severos cortes nos transportes.
- *Administração*—perderam-se os arquivos governamentais e outros documentos.
- *Sistema bancário*—os escritórios regionais do banco central, juntamente com os de outros bancos, foram pilhados ou destruídos. Todas as transacções passaram a ser feitas em dinheiro.

Quase tão grave para a economia foi, contudo, a perda de pessoas qualificadas. Na função pública, das cerca de 28.000 pessoas, quase um quarto não era timorense e ocupava as posições de topo na Administração, incluindo juízes, promotores de justiça e polícias. Como resultado desta destruição, a economia afundou-se dramaticamente—entre 1998 e 1999 o PIB real caiu 33%. A inflação disparou: entre Agosto e Outubro de 1999 os índices de preços no consumidor para os pobres em Dili aumentou 200% e o preço dos bens manufacturados aumentou mais de 500%.

Renascimento económico sob o UNTAET

Em Setembro de 1999, a primeira força multinacional, INTERFET, chegou para restaurar a paz e a segurança. Entretanto,

várias organizações e comunidades timorenses mobilizaram-se rapidamente para começarem o processo de reconstrução. Estas incluíam o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), a Igreja Católica e algumas ONGs locais.

A comunidade internacional também estava a coordenar o seu apoio. Este incluiu:

- *A Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET)*—em 25 de Outubro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou a UNTAET para administrar o território e exercer os poderes legislativo e executivo durante o período de transição. A UNTAET teria um orçamento de $700 milhões por ano do orçamento das Nações Unidas.
- *Missão Conjunta de Avaliação*—em Outubro/Novembro de 1999, o Banco Mundial conduziu uma missão para identificar os objectivos de reconstrução e estimar as necessidades de financiamento externo.
- *'Trust Fund' para Timor Leste (TFET)*—Em 9 de Dezembro o Banco Mundial estabeleceu o TFET para ajudar Timor Leste no processo de transição para a independência. O TFET tem sido administrado pelo Banco Mundial.
- *Conferência Internacional de Doadores*—em 17 de Dezembro de 1999, em Tóquio, doadores de mais de 50 países e agências internacionais garantiram um total de $523 milhões para três anos para a reconstrução de Timor Leste. Eles concordaram em doar esta verba ao TFET para projectos de reconstrução em todos os sectores e também para contribuir para um fundo consolidado para Timor Leste (CFET), gerido pela UNTAET, para pagar os custos administrativos do governo e os projectos para desenvolver as capacidades dos timorenses.

Apesar de inúmeros obstáculos, os doadores conseguiram alcançar razoáveis níveis de desembolsos e estabeleceram um conjunto de instituições de ajuda. Até à data, as maiores ajudas vieram principalmente de cinco países: Japão ($129 milhões), Estados Unidos ($98 milhões), Portugal ($91 milhões), União Europeia ($68 milhões) e Austrália ($44 milhões). A maior diferença entre compromissos e desembolsos tem acontecido para infraestruturas, enquanto os desembolsos para a construção de capacidades e assistência técnica tem estado mais em linha com os compromissos.

Perspectiva macroeconómica e fiscal

Este apoio externo e a restauração da lei e da ordem ajudaram a estimular a recuperação económica. O esforço de reconstrução foi particularmente intenso em 2000/01 e 2001/02 e o investimento total está projectado para ser em média cerca de 50% do PIB durante estes anos. O crescimento foi de 15% em 2000 e 18% em 2001. O crescimento previsto para 2001/02 é igualmente forte, de 15%, apesar de ser bastante inferior a partir daí.

Apesar de ter havido uma recuperação em muitos sectores, a maior onda de crescimento deu-se em Dili, principalmente na construção, reconstrução e expansão de serviços de apoio aos funcionários internacionais. Mas, este é apenas um impulso temporário e transformar-se-á num refluxo com a retirada gradual do pessoal das Nações Unidas durante o ano de 2002. Na altura da conclusão do mandato da UNTAET, cerca de 75% do staff internacional terá já sido retirado. Dili sofrerá o embate deste refluxo particularmente nos hotéis, restaurantes e serviços domésticos, bem como nos rendimentos provenientes

Caixa 5.1

Períodos de desenvolvimento económico

Administração Portuguesa 1900-60	Desenvolvimento agrícola Plantações de café Inauguração da companhia agrícola SAPT Introdução de novas sementes
Administração Portuguesa 1960-75	Plano de Fomento (Plano quinquenal de Desenvolvimento) Introdução de novas plantas (canela, cacau e outros frutos) Infraestrutura, agricultura, educação e saúde
Economia de guerra indonésia 1975-80	Destruição, reabilitação, consolidação e restruturação
Desenvolvimento levado a cabo pela Indonésia 1980-99	Plano de desenvolvimento a curto prazo Prioridade do Plano de quinquenal desenvolvimento dado à agricultura, educação, saúde, sector público, transportes e comunicações e desenvolvimento rural
UNTAET 2000-02	Reconstrução e reabilitação Criação de uma 'bolha' economia

das rendas das casas. Espera-se, no entanto, que esta inevitável contracção seja compensada por melhorias noutras áreas, como a agricultura. Para 2002/03 parece provável que o crescimento global seja de zero. A partir daí uma forma de desenvolvimento mais equilibrada e sustentável poderá lançar o país numa senda de crescimento mais estável.

O período de transição viu também uma súbita queda na poupança doméstica. Durante o período 1995-97 estas representavam cerca de 20% do PIB mas tornaram-se negativas de 1999 em diante. Nos próximos anos as poupanças deveriam regressar ao seu nível normal.

A balança de pagamentos também foi seriamente afectada. Dada a falta de disponibilidade local de muitos dos bens e serviços necessários durante o período de reconstrução, teve de se importar a maioria dos bens. Como resultado, as contas externas tiveram enormes défices nos anos fiscais de 2000/01 e 2001/02, que terão todos de ser financiados por doações externas ou investimento estrangeiro.

Caixa 5.2

Uma produção familiar de milho de subsistência

A família de subsistência típica produtora de milho é normalmente constituída por cerca de sete pessoas. Vivem próximo do resto da família alargada, numa aldeia e numa casa com um pequeno terreno ao redor do qual a mulher da família cria normalmente uma série de vegetais. Dependendo da localidade e dos solos, estes podem incluir batata doce, abóbora, mandioca, batata branca, feijões, ervilha e várias sementes. Há também, normalmente, árvores de fruto. A alguma distância de casa, o homem cultiva cerca de meio hectare de milho, que é plantado em consociação com abóbora, batata doce e feijões. A produção média do terreno será de 900 Kg de milho, cerca de 130 Kg por pessoa.

Nenhum deste milho é vendido, apesar de poder acontecer alguma (pequena) troca de géneros. O arroz de sequeiro tem uma importância reduzida, sendo cultivado por uma minoria de famílias que obtêm baixas produções. A mandioca, taro e sagu são valorizados porque podem ser consumidos nas épocas de baixas produções de milho e vegetais.

O número de cabeças de gado detidos pela família é um bom indicador de riqueza. As famílias mais pobres de entre os pobres não têm gado ou, na melhor das hipóteses, têm algumas aves domésticas e talvez um porco.

As que têm um pouco mais posses terão vários porcos e cabras. As famílias moderadamente ricas têm vários bois ou búfalos enquanto as mais ricas terão muitos.

Historicamente, todas as famílias das zonas rurais mais altas excepto as mais ricas subsistiram sempre fora da economia monetária. As expectativas correntes das famílias das zonas mais altas que não têm café ou gado são reduzidas.

Não vêem outro futuro que não seja o da subsistência. Quando questionados acerca das suas esperanças e expectativas, a maioria irá apenas encolher os ombros.

Alguns dirão que querem ver os seus filhos com alguma educação. A maior parte deles acha difícil pensar noutra coisa a não ser nos problemas da vida do dia-a-dia e na permanente batalha pela sobrevivência.

Os primeiros anos da nova administração irão também obrigar a significativos défices orçamentais. Isto está indicado no quadro 5.1, que foi preparado para a Conferência de doadores em Dezembro de 2001, em Oslo.

Isto mostra que em 2002/03, de um orçamento total de $100 milhões, apenas $34 milhões podem ser cobertos por cobrança interna de recursos, deixando $64 milhões para ser financiados pela ajuda externa—apesar de este valor ser complementado por outros fluxos de ajuda bilateral que são considerados financiamento 'fora do orçamento'. As projecções para mais anos estimam que os rendimentos internos resultantes de impostos irão crescer e que em 2005/06 devem gerar um excedente orçamental.

Esta alteração de rendimentos em meados da década é largamente o resultado da previsão de substanciais rendimentos petrolíferos—suficientes para cobrir os gastos do CFET e também para um modesto programa de investimentos que suceda ao TFET. No entanto, o objectivo de longo prazo é depender mais do sector privado para os rendimentos não-petrolíferos. Isto deverá permitir que os gastos correntes aumentem 3% anualmente durante os 20 anos de rendimentos do petróleo bem como permitir a realização de poupanças destes rendimentos suficientes para financiar despesas futuras

Planeando o futuro

Timor Leste precisa de estabelecer um enquadramento para o planeamento que permita a definição e implementação de políticas de desenvolvimento. Os objectivos devem incluir:

- Reforçar e diversificar a base económica;
- Promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento;
- Alargar as oportunidades de actividades rentáveis nos domínios social e económico;
- Aumentar a auto-suficiência económica;
- Utilizar os recursos naturais de uma forma sustentável

Fazer a economia de Timor Leste caminhar no sentido do seu caminho óptimo de crescimento exigirá investimentos subs-

Quadro 5.1

Estimativas orçamentais e de financiamento externo, 2002-06 (milhões de $)

	2002-03	2003-04	2004-05	*total de 3 anos*	2005-06
Projecções orçamentais					
Despesas correntes	67	82	85	235	90
Despesas de Capital & Desenvolvimento[1]	30	30	30	75-105	32
das quais: CFET (Administração & Justiça)	13	18	18	48	19
Capital Sectorial & Desenvolvimento	17	12	12	27-57	13
Despesas Totais orçamentadas[1]	97	112	115	310-340	122
Receitas Internas	34	51	71	156	185
Necessidades de financiamento externo do sector público[1]	63	61	44	154-184	
Estimativas para projectos bilaterais:					
Previsões (incluindo projectos existentes)[1]	50	35	25	100-120	10
Necessidades adicionais de RH: 200 postos[2]	10	10	10	30	10
Despesas de Capital & Desenvolvimento do período de transição	10	5	5	20	-
Estimativa do financiamento total extra-orçamento[1]	70	50	40	150-170	20
Estimativa do total do financiamento externo[1]	133	131	84	150-170	20
Por memória: estimativas de despesas TFET	51	13	0	304-354	0

Notas: 1. Os números únicos representam o ponto médio de possíveis intervalos de variação. 2. As estimativas preliminares do PNUD são de 24 milhões por ano. Contudo, os custos adicionais devem ser substancialmente menos significativos dependendo da medida em que os postos de trabalho forem preenchidos através de Assistência Técnica bilateral, UNVs ou outros programas de voluntários. As discrepâncias nos totais devem-se aos arredondamentos.

Fonte: UNTAET/ETTA/World Bank (2001)

tanciais—em infraestruturas, em expansão da capacidade dos sectores produtivos, em aumentos das capacidades institucionais e administrativas tanto do sector público como do sector privado e na manutenção de políticas económicas correctas e flexíveis. Irá também exigir um ambiente regulador claro e estável. Mas, acima de tudo irá necessitar de investimentos consistentes nas pessoas—na sua saúde, educação e qualificações.

Desenvolvimento rural

No futuro previsível, a agricultura irá continuar a empregar quase três quartos da força de trabalho. De acordo com o Inquérito aos Sucos de 2001, a agricultura é a principal fonte de rendimento em 94% dos sucos, de forma que, apesar de não ser um motor do crescimento económico—expandindo-se apenas à volta dos 6% ao ano—a agricultura produtiva deve estar ainda no centro de qualquer estratégia de desenvolvimento humano. Os maiores esforços devem ser orientados para ajudar os agricultores pobres a aumentarem as produções de cereais (quadro 5.2), mas existe também um espaço considerável para desenvolver importantes culturas de plantação, particularmente café, cacau e bananas.

Timor Leste tem, em termos gerais, três tipos de sistemas de subsistência:

- *Produtores de cereais nas terras altas*—a maioria da população de Timor Leste viveu sempre nas montanhas, cultivando fundamentalmente milho juntamente com mandioca, arroz e batata doce. Das 120.000 famílias produtoras de milho, cerca de um terço também tinha árvores de café de que obtinham rendimentos monetários. Um número mais pequeno também tem acesso a terras húmidas mas a maioria, provavelmente mais de 70.000 famílias que são mais pobres, têm pouca ou nenhuma hipótese de obterem rendimentos monetários. Um breve perfil de uma família típica é dada na caixa 5.2.
- *Produtores de arroz nas terras húmidas*—estes, que poderão ser entre 6.000 e 12.000 famílias, tendem a ter uma existência com maior segurança alimentar por produzirem

principalmente arroz mas também um pouco de milho de forma a dispersar o risco. Durante a era indonésia, muitos produziam excedentes mas actualmente a maioria regressou ao nível de subsistência, esperando para ver como o mercado irá desenvolver-se e quanto eles terão de gastar em inputs.

- *Famílias costeiras de pescadores*—provavelmente cerca de 10.000 famílias dependem, pelo menos parcialmente, da pesca, apesar da maioria deter também um terreno com cereais, vegetais e fruta.

A maioria das famílias rurais estão actualmente numa situação muito incerta. A ajuda alimentar de emergência, a reprodução de sementes e os programas de impacto rápido funcionaram relativamente bem. Também houve projectos baseados na comunidade para a reabilitação rural, incluindo esquemas de irrigação e estradas de acesso. Mas, o impacto foi desigual e os mercados não estão geralmente a funcionar correctamente. Os agricultores estão inseguros quanto aos serviços que o governo irá providenciar e que tipo de mercado se poderá desenvolver. A caixa 5.3 indica uma divisão típica de trabalho no seio das famílias.

A maioria das famílias rurais estão actualmente numa situação muito incerta

De qualquer forma, graças às favoráveis condições climatéricas, espera-se que a agricultura cresça significativamente. Espera-se que a produção de café seja de aproximadamente 8.000 toneladas em 2000 e 2001, recuperando das menos de 5.000 toneladas em 1997 e 1998. As produções de arroz e milho poderão alcançar 75% dos níveis atingidos em 1996/7.

Quaisquer planos de desenvolvimento agrícola também têm de ser vistos como parte de uma estratégia global para o desenvolvimento rural—tendo em conta as necessidades das pessoas rurais em melhores estradas, oferta de água, saneamento e micro-crédito. Isto significa alargar os objectivos do desenvolvimento de forma a melhorar as condições de vida nas zonas rurais. Isto exigirá um estilo de desenvolvimento baseado nos pontos fortes existentes nas comunidades rurais e dar-lhes o poder necessário para prosseguirem as estratégias de melhoria dessas condições de vida que melhor se adaptem às suas capacidades e circunstâncias. Uma tal estratégia deve ser comandada pela procura, baseada nas preocupações locais e no planeamento levado a cabo no seio da comunidade.

A primeira prioridade deve ser capacitar as comunidades mais pobres para garantirem a sua segurança alimentar e aliviarem a sua pobreza reduzindo a sua vulnerabilidade aos choques climáticos e económicos. Isto significa, por exemplo, fornecer mais assistência aos agricultores das terras altas, ajudá-los a melhorar as suas práticas agrícolas, introduzir sistemas de cultivo naturais com cereais resistentes e diversificar os produtos cultivados. Muito disto irá também assentar na extensão rural e noutros serviços que irão melhorar a capacidade das comunidades locais de produzirem cereais para a alimentação, silvicultura e criação de animais.

Quadro 5.2

Produção alimentar, 1998

	Tons
Milho	58,931
Mandioca	32,092
Arroz	36,848
Batata doce	11,989
Amendoins	4,669
Soja	690

Fonte: Quadro anexo 9

Milho

Para melhorar a segurança alimentar, uma das primeiras prioridades deve ser o aumento da produção de milho. A maior parte desta é composta por variedades tradicionais que geram colheitas reduzidas—de 700 a 1.500 quilogramas por hectare. O aumento da produção permitirá aumentar a segurança alimentar dos agricultores mas dependerá, no entanto, da exploração de variedades híbridas que sejam adaptadas às condições locais e que os agricultores possam adquirir e utilizar com algum grau de segurança.

Arroz

As colheitas de arroz são muito reduzidas: 1,5 toneladas de grãos com casca por hectare. A maior parte dos agricultores utilizam métodos primitivos sem fertilizantes ou pesticidas. Isto significa que Timor Leste tem de importar muito do arroz de que necessita—aproximadamente 17.000 toneladas de arroz importadas em 2000/01. Com variedades de sementes mais produtivas, juntamente com fertilizantes e outros

inputs essenciais, deve ser possível obter pelo menos 3,5 toneladas por hectare e satisfazer as necessidades do país. Contudo, actualmente Timor Leste necessita dos instrumentos necessários para a pesquisa e testes de adaptação. Falta também o pessoal habilitado. O reduzido número de funcionários agrícolas governamentais tem competências limitadas. Esta é claramente uma área onde a ajuda externa é necessária e têm sido feitas propostas para desenvolver os recursos necessários no quadro do Ministério da Agricultura.

Gado

Durante 1999 perdeu-se uma parte significativa do gado, estando os agricultores a repor lentamente os seus stocks. As possibilidades futuras de desenvolvimento de gado incluem a criação de gado de corte no planalto de Los Palos, na zona leste do país. Deve haver também meios para melhorar a capacidade de ensilagem a partir de ervas desenvolvidas inicialmente no Território do Norte da Austrália.

Café

Enquanto a principal prioridade será assegurar a produção de culturas agrícolas usadas na alimentação, também deverá ser importante maximizar o potencial produtivo de culturas que geram rendimentos em dinheiro para as famílias agrícolas. A principal cultura de rendimento é, de longe, o café. Este é uma fonte vital de obtenção de rendimentos bem como de divisas. Mesmo após os piores anos, a produção demonstrou uma notável capacidade de recuperação. Num bom ano Timor Leste produziu anualmente o equivalente a cerca de 10.000 toneladas de grãos de café em verde (quadro 5.3) que geraram rendimentos para cerca de 40.000 famílias bem como emprego sazonal para operários assalariados e para os envolvidos no processamento e no transporte.

A preços de 2001 isto foi estimado como valendo $10 milhões nos mercados internacionais, dos quais os agricultores poderiam esperar receber cerca de metade—o equivalente a $127 em média por família produtora de café. A produção efectiva em 1997 foi de apenas 5.000 toneladas. A violência de 1999 veio, no entanto, depois da época da colheita e por isso não afectou a produção. Espera-se que em 2000 e 2001 a produção seja de aproximadamente 8.000 toneladas.

Cerca de um quinto do café de Timor Leste é do tipo robusta enquanto o restante é uma variedade de arábica de alta qualidade e muito procurada, a Hybrida de Timor, que é organicamente cultivada nas terras altas no centro do país. Este é um híbrido local de arábica e robusta que apresenta a grande vantagem de ser resistente às doenças locais e mais tolerante com o solo pobre e seco. Contudo, tal como no caso de outras produções, a quantidade produzida é pequena. O café é tipicamente cultivado em pequenos lotes de terrenos sobrecultivados e com pouca poda e cobertura de folhas

Quadro 5.3

Café em Timor Leste, 2001

Colheita	10.000 tons equivalente a grãos verdes
Valor internacional (c.i.f.)	$10,2 milhões
Custo ao produtor dos grãos verdes	$0,26/lb
Transporte local e processamento	$0,02/lb
Valor interno (f.o.b.)	$0,28/lb
Pagamentos totais aos agricultores	$5,1 milhões
Transportes locais e processamento	$1,2 milhões
Valor interno total	$6,2 milhões
Famílias produtoras de café	40.000 famílias
Rendimentos em dinheiro por família	$127

Fonte: Pomeroy, J. (2001)

Caixa 5.3

Divisão de trabalho numa família agrícola

Preparação da comida	*Mulheres*
Tratamento das crianças	Mulheres
Construção da casa, etc	*Homens*
Preparação da terra	*Homens*
Plantação de milho e arroz	*Principalmente mulheres*
Cortar as ervas	*Homens, mulheres e crianças*
Corte de arroz e milho	*Mulheres*
Transporte de arroz e milho	*Homens*
Debulha	*Mulheres*
Tratar de vegetais	*Mulheres*
Venda de vegetais e frangos	*Mulheres*
Venda de vegetais e frangos	*Homens*
Lenha	*Homens, mulheres e crianças*
Guarda de gado	*Homens e crianças*
Guarda de porcos	*Mulheres e crianças*
Guarda de cabras	*Mulheres e crianças*
Guarda de frangos	*Mulheres e crianças*
Transporte de água	*Mulheres e crianças*

vegetais. Os agricultores apanham frequentemente os cachos verdes e processam-nos de forma pouco eficiente dado que não têm água suficiente para uma fermentação húmida.

A comercialização dos cafés de alta qualidade é organizado através da Cooperativa de Café Timor (CCT), que envolve cerca de 17.000 famílias produtoras de café. A CCT trabalha com a National Cooperative Business Association (NCBA), americana e apoiada pela USAID, que tem um programa de ajuda à produção, formação e serviços de extensão rural bem como de desenvolvimento de instalações para o processamento, transporte e armazenamento do café.

Actualmente o preço mundial do café é muito baixo e isto tem desencorajado alguns produtores de colher as suas colheitas. Timor Leste não pode fazer nada quanto aos preços mundiais, mas pode aumentar os seus rendimentos através da melhoria da qualidade, especialmente se isto permitir que o café timorense obtenha a certificação internacional como produção orgânica.

Timor Leste pode aumentar os seus rendimentos através da melhoria da qualidade do café

Isto envolveria não só substituir árvores mas também destinar uma parte maior da produção para processamento centralizado. O apoio para este tipo de *upgrading* terá provavelmente de se basear em investimento estrangeiro no processamento complementado com o aumento de trabalhadores de extensão rural através do governo e das ONGs.

Entretanto, alguns dos produtores marginais de café poderão ter de mudar para outras produções. Mais investimentos adicionais no café e noutras culturas de plantação estão, no entanto, limitados por dúvidas quanto à posse de terra, com direitos à mesma que datam do tempo da administração portuguesa.

Outras culturas de rendimento

Dado o baixo preço do café, os agricultores em Timor Leste também devem equacionar a possibilidade de optarem por outras produções. Estas incluem a batata branca, cebolas, couves, cacau e castanha de caju, bem como madeira de sândalo. Uma opção promissora é a baunilha, vendida a cerca de $130 por quilo nos mercados mundiais. O NCBA tem vindo a pagar $18 por quilo o que encorajou mais agricultores a plantar esta cultura.

Pescas

Timor Leste tem um grande potencial de pesca com muitas variedades valiosas, incluindo atum, peixe serra, pargo e camarões. Cerca de 10.000 famílias dependem, pelo menos parcialmente, da pesca. Metade vive em Dili ou na ilha de Ataúro. O volume potencial de pesca tem sido estimado em cerca de 600.000 toneladas anuais, apesar de, provavelmente, menos de 1% destas ser actualmente colhida. A forma mais comum de embarcação é uma canoa escavada no tronco a par de muitas outras embarcações com motores fora de borda.

Os rendimentos futuros decorrentes desta actividade podem ser aumentados através do aumento de investimento na capacidade nacional de pesca e pelo licenciamento de embarcações estrangeiras. Actualmente, o principal obstáculo é a falta de zonas de pesca internacionalmente reconhecidas. Isto tem criado uma considerável incerteza e também encorajou o alastramento da pesca irregular que pode estar a degradar importantes recursos. Uma prioridade para o novo governo será, por isso, o estabelecimento de zonas económicas e pesqueiras. Isto permitirá ao governo obter receitas das licenças de pesca de, possivelmente, $2 milhões por ano, bem como um rendimento para a Marinha de Timor Leste constituído pelas multas aplicadas.

O Ministério da Agricultura e Pescas definiu uma estratégia para as pescas de Timor Leste. Nela se afirma que as capacidades pesqueiras serão aproximadamente 33 vezes maiores que as do passado e que a captura anual poderia representar entre $25 e $35 milhões.

A estratégia de pesca deve tomar em consideração questões como a sustentabilidade do esforço de pesca e a protecção dos interesses das comunidades de pescadores tradicionais. As agências governamentais, a indústria local e as comunidades locais necessitarão de trabalhar em conjunto para descobrir formas de aumentar a sua capacidade e produtividade.

Dado que as comunidades de pesca locais não possuem ainda capacidade técnica suficiente para operações de pesca em grande escala, com a utilização de traineiras e pesca à rede, o governo terá de ceder a maior parte das licenças a operadores estrangeiros.

Silvicultura

Timor Leste gerou no passado receitas consideráveis da silvicultura. Mas com a disseminação da prática do desmatamento das terras para permitir o cultivo ou a criação de gado, reduziu-se a maior parte da antiga floresta transformando-a em zonas de vegetação rala. Uma estimativa sugere que a actividade humana afectou a cobertura vegetal de cerca de 90% do território. Qualquer rendimento futuro a obter da silvicultura, seja de sândalo ou de outros produtos, terá assim de ser baseado numa cuidadosa plantação e gestão das áreas florestais.

Manufacturas

Timor Leste tem uma indústria manufactureira relativamente reduzida. Em 1996 as manufacturas representavam apenas 3,5% do PIB, a maior parte do qual em actividades de pequena escala—4.000 empresas empregavam cerca de 10.000 pessoas. As empresas que empregavam mais pessoas em 1996 eram as que se dedicavam à tecelagem de roupa tradicional (*tais*) e mobiliário. Contudo, as empresas maiores e mais produtivas eram as relacionadas com o processamento de café e madeira de sândalo. Alguma da capacidade produtiva das manufacturas foi perdida em 1999, quando os equipamentos foram enviadas para a Indonésia ou queimados.

O potencial imediato da indústria manufactureira é limitado, tendo em conta a escassez de mão-de-obra especializada em Timor Leste, os relativamente elevados custo de vida e salários e as fracas ligações de transporte. Até agora, as tentativas de encorajamento de investimentos de larga escala têm sido infrutíferas e apenas uma mão cheia de empresas relacionadas com a venda a retalho, a construção e as infraestruturas parecem ser prósperas. As melhores opções para o futuro parecem ser via investimento estrangeiro nos têxteis e no calçado.

Uma estratégia para o desenvolvimento humano

Um dos perigos de promover o tipo de rápido crescimento económico baseado no mercado de que Timor Leste precisa é o do alargamento das desigualdades, particularmente entre as áreas rurais e urbanas. Alguns destes desfasamentos resultam do funcionamento corrente dos mercados livres mas podem ser também o resultado de políticas governamentais que actuam na mesma direcção. Estes enviesamentos pró-urbanos podem actuar através do sistema fiscal—taxando implicitamente os produtos agrícolas através de preços de apoio, por exemplo—, de uma taxa de câmbio sobreavaliada ou taxando directamente as exportações agrícolas e subsidiando as importações. As políticas também podem actuar contra os pobres rurais se envolverem subsídios para tecnologias capital-intensivas ou se favorecerem as culturas de exportação em detrimento das culturas alimentares.

Há também o risco de estabelecer sistemas de posse de terra e arrendamento que favoreçam os grandes proprietários de terra e os produtores para o mercado dando-lhes também acesso mais fácil ao crédito e aos serviços de extensão rural. Assim, o objectivo deve ser a promoção do crescimento com equidade, criando oportunidades para o sector privado ao mesmo tempo que protege os interesses dos pobres.

O crescimento baseado no mercado pode aumentar as desigualdades

Trabalhando com o sector privado

O futuro de Timor Leste dependerá, em última instância, do estabelecimento de um sector privado forte que possa gerar produções, poupanças, investimento privado e comércio internacional. As políticas públicas tem, por isso, de criar um ambiente no qual o sector privado possa expandir-se e florescer. Isto irá exigir:

- *Estabeleer regras claras*—o governo tem de estabelecer e manter regras simples, transparentes e estáveis para as actividades do sector privado. Estas devem incluir políticas de concorrência para limitar a possibilidade de práticas monopolísticas.
- *Investir em desenvolvimento humano*—particularmente na saúde e na educação, para assegurar que os pobres podem tirar partido das novas oportunidades.
- *Estabelecer um sistema legal forte*—isto significará lidar com questões tão difíceis como os direitos de propriedade da terra e as reivindicações sobre a posse de terrenos com eles relacionados, construir um sistema judicial forte e manter a lei e a ordem. Também preci-

sará de legislar nos domínios das leis das empresas, dos contratos e das falências.

- *Reforçar a estabilidade macroeconómica*—estabelecer políticas fiscais, monetárias, comerciais e de investimentos que permitam uma eficiente afectação de recursos.
- *Infraestruturas*—assegurar abastecimentos fiáveis de energia e água, estradas apropriadas e portos e aeroportos eficientes.

Crescimento pró-pobres

Timor Leste tem a possibilidade de, logo desde o seu início como país independente, estabelecer um novo caminho de desenvolvimento, seguindo um crescimento trabalho-intensivo e virado para os pobres. Isto também significará a abertura de oportunidades para os pobres, utilizando esquemas de micro-crédito com serviços de apoio ao desenvolvimento de negócios apropriados que, por exemplo, aumentem as oportunidades de emprego para as mulheres e outros grupos que possam estar fora da força de trabalho formal.

O micro-crédito precisa de ser combinado com serviços comerciais de apoio

Isto sublinha a importância não só de desenvolver a agricultura como também de assegurar o tipo de desenvolvimento equilibrado que permita que os benefícios sejam disseminados pelo país.

A economia rural de Timor Leste já está relativamente aberta ao comércio privado mas as facilidades de comercialização asseguradas por este são bastante primitivas. Muitas regiões rurais permanecem relativamente intocadas pelas oportunidades que um sector privado dinâmico deveria estimular.

Aspecto fundamental para que isto se verifique será o desenvolvimento de infraestruturas rurais, particularmente estradas e sistemas de comunicações fiáveis que permitam o funcionamento eficiente dos mercados agrícolas e o aumento dos preços que os agricultores mais pobres obtêm da sua produção.

Ao mesmo tempo Timor Leste deve considerar um sistema de financiamento rural que ajude a aumentar o investimento nas áreas rurais e também a oferecer um local seguro para as poupanças geradas nessas áreas. Isto poderia envolver, por exemplo, créditos de curto e médio prazo aos agricultores e comerciantes bem como créditos de investimento a processadores de produtos alimentares, companhias de camionagem e outras empresas que estão preparadas para investir nas áreas rurais.

Muitas regiões do país, particularmente as produtoras de arroz, têm solos muito férteis, um clima favorável e oferecem oportunidades para uma agricultura mais intensiva. Mas isto também precisa de investimentos públicos e privados no tipo de pesquisa agrícola que irá indicar as melhores técnicas para assegurar condições de vida sustentáveis.

A melhoria das infraestruturas rurais deverá também permitir o aumento das actividades rurais não agrícolas, incluindo manufacturas pouco especializadas e trabalho-intensivas e actividades com elas relacionadas. Aqui o objectivo deve ser aumentar os ganhos das famílias, particularmente durante as estações baixas.

Turismo

Muitos pequenos estados insulares dependem fortemente das receitas turísticas. Timor Leste tem muitas atracções para os turistas, sendo os mercados mais próximos os da Austrália, da Nova Zelândia e dos países da ASEAN. Para lá da sua rica cultura nacional, Timor Leste pode oferecer espectaculares montanhas, lagos e fontes de água quente bem como praias de areia branca e locais para a prática do surf. Também existem muitas construções coloniais interessantes, incluindo fortes e igrejas.

No entanto e apesar disto o país tem recebido relativamente poucos turistas. Durante o período 1989-95 as chegadas anuais de turistas internacionais rondaram apenas os 1.500 por ano. O governo indonésio fez, em teoria, alguns esforços de investimento no turismo mas obteve poucos resultados. Na prática, a Indonésia estava mais interessada em fechar Timor Leste ao mundo para evitar que as pessoas testemunhassem as contínuas violações dos direitos humanos.

Mas mesmo com a perspectiva de um ambiente de paz num Timor Leste independente, ainda existem alguns obstáculos. Estes incluem a falta de alojamento adequado—especialmente fora de Dili—, a falta de pessoas habilitadas para gerirem as instalações turísticas—particularmente aqueles que podem falar inglês—e também a fraqueza geral em infraestruturas, incluindo o abastecimento de água e o tratamento de lixo. As ligações internacionais aéreas para

Timor Leste também são limitadas. Os únicos voos são de Bali e Darwin e, sujeitos como estão a pouca competição, podem ser bastante caros.

Enquanto a falta de experiência no turismo pode ser vista como uma desvantagem, ela pode tornar-se também numa oportunidade. Timor Leste pode evitar muitos dos inconvenientes sociais e ambientais de uma rápida expansão turística. O novo governo tem oportunidade de estabelecer o nicho que Timor Leste deverá ocupar no mercado turístico regional e internacional. Os turistas mais fáceis para atrair inicialmente serão os mais aventureiros *backpackers*. Isto será bem vindo no curto prazo mas eles não gastam muito, não podendo pois ser vistos como a base de uma indústria viável.

Uma opção seria desenvolver estâncias turísticas, existindo alguns sinais favoráveis de que investidores pioneiros poderão estar preparados para o fazer. Outra opção seria capitalizar no carácter inexplorado e preservado de Timor Leste focalizando-se no ecoturismo. Contudo, isto pode ser ainda mais capital intensivo e exigente em termos de competências; manter uma indústria ecoturística requer consideráveis esforços para assegurar padrões ambientais.

A maior parte das formas de desenvolvimento do turismo exigirão investimentos e peritos estrangeiros. Algumas empresas de navegação turística e mergulho já fizeram investimentos. Estes e outros desenvolvimentos em áreas turísticas podem aumentar as instalações em acomodação, abastecimento de água, telecomunicações e transporte. Mas estas também têm de estar ligadas às prioridades gerais de desenvolvimento humano. Além disso, os contratos com empresas estrangeiras necessitarão de maximizar o potencial de formação dos empregados timorenses.

Isto exigirá o grande envolvimento da comunidade. As pessoas de Timor Leste têm de ser parceiros e beneficiários do processo, de estar conscientes dos possíveis impactos negativos e positivos do turismo na sociedade e no ambiente.

Petróleo e gás

Um dos principais determinantes do futuro económico de Timor Leste será a forma como ele utilizará as receitas de petróleo e gás. Apesar de haver algum petróleo e gás em terra, os maiores depósitos encontram-se offshore, entre Timor Leste e a Austrália. A potencialidade total dos depósitos é desconhecida, mas irá certamente gerar receitas substanciais no curto prazo (caixa 5.4).

A incerteza que persistiu neste campo surgiu porque, quando a Austrália e a Indonésia desenharam as fronteiras marítimas entre si, em 1972, Timor Leste era então uma colónia portuguesa. Isto deixou uma falha na linha de fronteira, o 'Timor Gap'. A Austrália e a Indonésia assinaram um tratado em 1991 que criou a Zona de Cooperação, na qual ambos os países se dispunham a repartir igualmente os recursos do 'Timor Gap', numa área que correspondia à sobreposição entre as suas zonas económicas exclusivas de 200 milhas.

Portugal contestou a validade deste tratado no Tribunal Internacional de Justiça de Haia argumentando que, dado que a Indonésia invadiu Timor Leste contrariando a lei internacional, não podia reclamar de forma válida a soberania e, desta forma, não podia ter feito um acordo sobre o "Timor Gap". Em Junho de 1995 o

Caixa 5.4

O Acordo sobre o Mar de Timor

Em 5 de Julho de 2001, representantes da UNTAET/Timor Leste e da Austrália assinaram o Acordo sobre o Mar de Timor, um documento que irá governar as operações petrolíferas do Mar de Timor. Esta é a primeira vez que as Nações Unidas negociaram um tratado bilateral em nome de um país em vias de se tornar independente. A equipa de negociação incluiu líderes timorenses e representantes das Nações Unidas. O Acordo será ratificado como um Tratado logo a seguir à Independência de Timor Leste.

O Acordo também garante a continuação dos contratos estabelecidos entre as empresas e a Indonésia ao abrigo do Tratado de 1989 e relativos aos campos de Bayu-Undan e Greater Sunrise. O campo de Bayu-Undan, gerido pela Phillips Petroleum Company Australia Pty Ltd., tem reservas estimadas em 400 milhões de barris de petróleo líquido e condensado (LPG) e 3,4 trilhões de pés cúbicos (TCF) de gás. Os parceiros actuais de Bayu-Undan são a Phillips (50,3%), a Santos (11,8%), a Inpex (11,7%), a Kerr-McGee Corp. (11,2%), a Petroz (8,3%) e a Agip (6,7%). O segundo campo é o de Greater Sunrise, operado pela Woodside Australian Energy, e tem reservas estimadas em 321 milhões de barris de condensado e 9.16 TCF de gás. Os actuais parceiros no campo de Greater Sunrise são a Woodside Energy (33,4%), a Phillips Petroleum (30%), a Royal Dutch/Shell Group (26,56%) e a Osaka Gas (10%).

O primeiro desenvolvimento petrolífero significativo a avançar no JPDA é a fase do gás reciclado no campo de Bayu-Undan. Espera-se que este projecto comece a produção e o processamento de gás em 2004, separando e vendendo os líquidos e reinjectando o gás de volta no reservatório. O benefício estimado para Timor Leste do desenvolvimento do gás reciclado é de aproximadamente $2 bilhões durante os 15 anos esperados de vida do campo.

Uma complicação que contribuiu para o atraso na construção do pipeline do campo de Bayu-Undan para Darwin, Austrália, é a incerteza sobre os royalties que Timor Leste irá cobrar.

Tribunal de Justiça Internacional declarou que, apesar de reconhecer os direitos dos habitantes locais à autodeterminação, não poderia regulamentar esta questão dado que a Indonésia não o reconhecia como um Tribunal com jurisdição sobre ela.

Quando Timor Leste votou pela independência, a UNTAET e os líderes de Timor Leste renegociaram o tratado e, em 5 de Julho de 2001, assinaram o Acordo do Mar de Timor. Este, mais uma vez, não fixa as fronteiras entre Timor Leste e a Austrália mas trata os campos de petróleo e de gás como uma única entidade partilhada —a Área Petrolífera de Desenvolvimento Conjunto (JPDA). Este acordo é muito mais favorável do que o anterior dado que Timor Leste irá agora obter 90% dos rendimentos fiscais da produção da JPDA.

As principais implicações deste acordo são sobre dois campos: o primeiro é o de Bayu-Undan, que cai inteiramente na área JPDA; e o segundo é o campo Greater Sunrise, 20% o qual se situa na JPDA. Nas duas décadas a seguir a 2004 espera-se que os rendimentos do petróleo e gás para Timor atinjam os $7 biliões.

Política fiscal

A agricultura não deve ser sujeita a muitos impostos nos primeiros anos

Em meados desta década, o governo de Timor Leste poderá ter custos anuais, correntes e de capital, entre os $120 milhões e os $170 milhões. As três principais fontes de financiamento serão:

- *Impostos internos*—isto inclui impostos sobre a produção, serviços e comércio;
- *Fundos de doadores*—isto inclui não apenas doações, mas também empréstimos concessionais das instituições multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento;
- *Rendimentos do Mar de Timor*—Receitas do petróleo e campos de gás.

Na frente interna, a agricultura terá certamente de contribuir fortemente para as receitas públicas mas é importante assegurar que nos anos mais próximos Timor Leste invista na agricultura em vez de tentar retirar demasiado dela. O governo pode ser tentado a usar em primeiro lugar as fontes de recursos mais disponíveis: impostos sobre a terra e as exportações agrícolas mas tributar fortemente a agricultura nesta conjuntura crucial pode revelar-se contraproducente para o crescimento económico a longo prazo.

No limiar do orçamento de 2002/03, Timor Leste irá realizar uma revisão profunda do seu sistema de rendimentos. Isto permitirá explorar potenciais novas fontes de receitas: impostos sobre os utilizadores da terra; impostos sobre o jogo ou lotarias nacionais; taxas adicionais aos utilizadores de vários serviços e taxas e encargos locais. Ao mesmo tempo, o governo necessitará de incentivar o cumprimento das obrigações fiscais, reduzindo o contrabando ao longo da fronteira com a Indonésia e aumentando a sua capacidade de cobrança dos impostos.

Os fundos de ajuda serão também cruciais mas terão de ser cuidadosamente utilizados. Uma área de preocupação será a de evitar recorrer a muitos empréstimos das agências multilaterais. Estes podem ser feitos em termos concessionais mas podem, por outro lado, acumular-se pesadamente dando origem a uma forte dívida internacional. O governo já disse que não irá pedir empréstimos nos primeiros três anos.

Gestão das receitas petrolíferas

Como devem ser geridas as receitas do petróleo? A perspectiva mais comum é a de que o país não deve utilizar todas as receitas para financiar actividades correntes. Em vez disso, deve aplicar pelo menos metade delas num *trust fund* que irá garantir algum do valor obtido para as próximas gerações. Existe claramente um equilíbrio a ser alcançado neste domínio: poupar uma parcela demasiado elevada significará o adiamento de algumas oportunidades de desenvolvimento e talvez o aumento do risco das poupanças desaparecerem devido à corrupção; poupar demasiado pouco pode, no entanto, expor o país a futuros problemas financeiros, especialmente dadas as incertezas nos preços do petróleo. Timor Leste poderá considerar uma estratégia fiscal quadripartida:

1. *Controlo dos gastos públicos*—dar prioridade aos gastos na saúde e educação a fim de aumentar as habilitações das pessoas e estimular o desenvolvimento humano.
2. *Evitar subsidiar os mais abastados*—financiar alguns serviços públicos, pelo menos parcialmente, através de taxas a pagar pelos utilizadores.

3. *Construir a confiança dos doadores*—manter um ambiente social, económico e político estável e um respeito pelos direitos humanos é não só vital para o desenvolvimento humano mas também encoraja os doadores que querem concentrar os seus recursos nos países mais pobres, mas só naqueles que têm um ambiente adequado onde a ajuda possa ser bem utilizada.
4. *Guardar receitas petrolíferas e de gás*—usá-las moderadamente para o investimento, dado que são uma oportunidade única que irá durar apenas cerca de 20 anos.

O desafio para Timor Leste é a manutenção de uma disciplina fiscal suficiente para assegurar o investimento essencial no desenvolvimento humano e estimular as empresas privadas mas resistindo à tentação de gastar as receitas do petróleo e do gás em consumo corrente.

Atraindo investimentos estrangeiros

Dada a baixa taxa de poupança em Timor Leste e a limitada disponibilidade de capacidade ou experiência empresarial, muito do estímulo para o futuro desenvolvimento económico e humano através do sector formal terá de vir do investimento directo estrangeiro (IDE). O capital privado pode não só aumentar a produtividade mas também alargar as opções de desenvolvimento humano ao permitir que os timorenses desenvolvam as suas capacidades através da formação e experiência que ganham por trabalharem em empresas estrangeiras.

À primeira vista, Timor Leste pode não parecer o destino mais atractivo para os investidores estrangeiros. A população é pequena e os níveis de consumo são baixos. A base industrial é praticamente inexistente e uma grande proporção da força de trabalho não tem muitas das habilitações necessárias às empresas modernas. Além disso, a escassez de capital interno dificulta a obtenção de crédito interno através do sistema bancário e encontrar parceiros nacionais para alguns projectos de investimento.

Tal como em outros países pequenos e pobres, o desafio para Timor Leste é a superação destes obstáculos e a capacidade de atrair investimento suficiente sem comprometer a independência nacional. Esta é a razão porque é tão crítico para Timor Leste prosseguir não só desenvolvimento económico mas também desenvolvimento humano. Uma estratégia de desenvolvimento humano baseia-se na expansão das capacidades humanas e na participação democrática no processo de decisão. Isto é crítico em políticas de investimento estrangeiro porque, a menos que as decisões de investimento sejam obtidas através de um consenso democrático, podem provocar uma reacção popular negativa e desestabilizar tanto a economia como a sociedade.

Não existe um modelo padrão internacional para a utilização do investimento estrangeiro. Mesmo os países de rápido crescimento da Ásia Oriental mostram o sucesso de modelos contrastantes. A República da Coreia do Sul, por exemplo, decidiu caminhar sem muito investimento estrangeiro. O governo protegeu as empresas nacionais e financiou o investimento destas com fundos dos bancos nacionalizados e comprando a maioria da tecnologia de que necessitava ou adquirindo-a através da participação limitada de empresas estrangeiras no capital de empresas nacionais., Singapura, pelo contrário, fez todos os possíveis por atrair investimento estrangeiro e fez grandes esforços para assegurar que o seu ambiente económico e social era atractivo para as empresas estrangeiras que trariam consigo novas tecnologias.

Timor Leste terá de alcançar um equilíbrio entre estas duas perspectivas. Por um lado, necessita de criar as condições que permitam aos timorenses, em geral, e aos seus empresários, em particular, espaço e oportunidades para desenvolverem as suas potencialidades. Por outro lado, também precisa de, urgentemente, atrair IDE para determinados sectores estratégicos.

Actualmente, a maioria do investimento estrangeiro em Timor Leste é nos sectores do alojamento e dos serviços. Muita desta actividade é sustentada pela presença de grande número de pessoal das Nações Unidas e outro pessoal internacional. Existe o risco real de que quando estas pessoas se forem embora os investidores também saiam com eles. Até agora, poucas destas actividades transferiram muita especialização para os funcionários de Timor Leste. Um inquérito de 2001 efectuado pelo

A maioria do investimento estrangeiro em Timor Leste é nos sectores do alojamento e dos serviços

Departamento de Assuntos Económicos e do Desenvolvimento mostrou que menos de metade destas actividades estavam a desenvolver as capacidades humanas de uma forma significativa. A maioria das empresas declararam que, para actividades que requeriam maior preparação técnica—por exemplo, em termos de gestão ou de contabilidade-, empregavam nacionais do país de origem da empresa.

Sectores estratégicos para o IDE

O investimento estrangeiro podia dar um estímulo importante a certos sectores chave:

- *Agricultura*—a participação estrangeira pode ser particularmente útil no cultivo e processamento de café e baunilha. Contudo, isto não seria como proprietários das terras mas como instrutores e comerciantes.
- *Pescas*—existem algumas propostas de investimento na pesca, tais como na do atum e do camarão. Aqui, a cooperação entre governo, comunidades pesqueiras locais e sector privado pode ajudar a desenvolver as capacidades técnicas e humanas. Contudo, o governo pode conceder licenças de pesca sob a condição de as empresas licenciadas formarem os nacionais ou criarem joint ventures com empresas locais.
- *Turismo*—a indústria turística de Timor Leste necessitará de investimentos internacionais. Mas, mais uma vez, esta deve estar condicionada às transferências de saber ao staff local.
- *Manufacturas*—aqui, os melhores pontos de partida, tal como o foram para muitos outros países em vias de desenvolvimento, são provavelmente o vestuário, os têxteis e o calçado. Contudo, a competição externa nestes produtos é intensa, nomeadamente da China e de outros países Asiáticos.

As licenças de pesca podem-se basear em joint ventures

Timor Leste terá de assegurar que tem a infraestrutura e a legislação laboral pronta para convencer as empresas de que este é um país onde vale a pena investir. Uma vantagem que Timor Leste pode oferecer é que, como "país menos desenvolvido", tem acesso preferencial a determinados mercados. Esta vantagem é menos importante do que há umas décadas dado que as barreiras tarifárias diminuíram entretanto. Porém, alguns potenciais investidores foram atraídos pelo acesso de alguns países à União Europeia por intermédio do Acordo de Cotonou, para os países da África, Caraíbas e Pacífico.

Barreiras aos fluxos de IDE

Dada a dimensão da concorrência, Timor Leste terá de trabalhar muito se deseja atrair investidores estrangeiros. Há actualmente um certo número de barreiras que são críticas:

- *Gestão da propriedade*—as maiores barreiras centram-se em redor dos direitos de propriedade e especificamente da posse da terra. Actualmente não existe nenhum mecanismo de registo da posse da terra. Durante o período de transição o 'Mecanismo de Uso Temporário da Terra' tornou alguma terra disponível para fins de investimento. Mas o cenário a mais longo prazo é incerto. Muitos indivíduos e entidades têm vindo a alugar terras que não possuem e os investidores sabem que se alugarem a terra arriscam-se a ter conflitos e ocupações ilegais. A resolução da questão da propriedade da terra é também crucial para promover a actividade empresarial de uma forma geral dado que os bancos exigem frequentemente títulos de propriedade como colateral dos empréstimos.
- *Utilização do dólar americano*—Timor Leste adoptou o dólar americano como a forma mais rápida de lidar com uma súbita necessidade de divisas. Mas, esta pode não ser a melhor opção a longo prazo. A dolarização tem as suas vantagens na imposição de disciplina monetária mas também tem a desvantagem de o país perder um importante grau de flexibilização no lidar com as circunstâncias e os acontecimentos locais. Pode, por exemplo, considerar-se que as importações se tornam muito baratas e as exportações pouco competitivas—como a Argentina concluiu à sua custa. Timor Leste também terá de competir com países, como a Indonésia, que podem desvalorizar a sua moeda para adquirir vantagens competitivas.
- *Custos elevados*—muitos investidores vêem Timor Leste como um país com custos relativamente elevados. Isto resulta, em parte, dos elevados salários—algumas estimativas sugerem que os custos salariais em Timor Leste são duas a três vezes mais altos que na Indonésia. Mas há também despesas mais indirectas da actividade empresarial. A fraca infraestrutura e um sistema legal subdesenvolvido criam situações im-

previstas e caras. Os investidores, podem por exemplo, pensar que têm todas as autorizações necessárias ao estabelecimento do seu negócio e mais tarde verificarem que ainda lhes falta uma autorização vital.

- *Questões laborais*—actualmente as leis de trabalho são pouco claras acerca dos direitos e deveres dos trabalhadores e não há mecanismos rápidos para resolver as disputas laborais.
- *Incertezas legais*—Timor Leste defronta-se com a falta de um quadro legal para a actividade empresarial. O Regulamento 1999/1 da UNTAET estabelece que a maioria das leis indonésias se aplicam em Timor Leste, com excepção dos casos onde exista regulamentação própria da UNTAET. Infelizmente, devido à falta de capacidade administrativa e de conhecimento das leis, esta legislação é difícil de aplicar e as empresas encontram-se vulneráveis a decisões aleatórias e arbitrárias. Isto aplica-se a muitas áreas cruciais, incluindo os seguros, falências, planeamentos urbanos, trabalho e uso da terra, bem como leis empresariais e códigos de construção civil.

Linhas de orientação do IDE

Durante o ano de 2001, o gabinete provisório debateu um esboço do Regulamento e Directivas de Investimento Estrangeiro que tentava estabelecer um equilíbrio entre o valor do IDE e a sua capacidade para estimular o crescimento e a transferência de tecnologia, por um lado, e qualquer perda de controlo (real ou entendida como tal) sobre a economia nacional, por outro. Porém, o debate sobre isto ficou parado durante o período de transição. A promulgação de tal directiva iria reduzir fortemente a incerteza nos investimentos.

Esta forma de regulamentação necessitaria de estabelecer diferentes categorias de negócios-alguns reservados aos nacionais e outros aos investidores estrangeiros sob determinadas condições. Poderia ser argumentado, por exemplo, que o sector dos transportes internos não necessita de investimento estrangeiro e que poderia ser reservado para os nacionais. O mesmo se poderia dizer da venda por grosso ou a retalho dos bens de consumo. Mas noutras áreas, tais como o petróleo e a distribuição de carburantes, que são mais técnicas e capital intensivas, seria mais apropriado criar joint ventures. A agricultura também pode ser um sector reservado aos nacionais, excluindo talvez os projectos pioneiros e de elevado risco fortemente capital intensivos. Contudo, a aquisição e exportação da produção agrícola iria certamente beneficiar da experiência estrangeira.

No lado industrial, o sector da construção já demonstrou os benefícios das joint ventures e a mesma situação iria provavelmente aplicar-se a outros sectores fortemente exigentes em organização e equipamento. Contudo, aqui seria importante estabelecer mecanismos para se assegurar o desenvolvimento das capacidades nacionais. Adicionalmente, o regime de investimentos poderia estabelecer um montante mínimo para estes dado que isto teria também o efeito de concentrar IDE em áreas onde os recursos locais são inadequados.

Questões fiscais

A maior parte dos países oferecem incentivos fiscais aos investidores, sejam eles nacionais ou internacionais. Alguns permitem regimes especiais de depreciação de capital, por exemplo, ou isentam os investidores em certas indústrias estratégicas do pagamento de direitos alfandegários e outros impostos, particularmente se as empresas produzirem para exportação. Os países da Ásia Oriental fizeram bom uso destas técnicas. Certamente que num país como Timor Leste, onde a maior parte dos bens e do capital utilizados no sector moderno precisam de ser importados, taxar excessivamente as importações é um grande desincentivo para os investidores. É, porém, necessário algum nível de impostos, dado que, com poucos contribuintes, Timor Leste depende, de algum modo, dos impostos sobre o comércio internacional. Assim, terá de alcançar um equilíbrio entre as necessidades de curto prazo em termos de receitas fiscais e as necessidades de longo prazo em termos de investimentos.

Organizações regionais

Timor Leste alcança a sua independência numa era de globalização em que é importante estabelecer relações económicas através de organizações globais e regionais. Das primeiras, a mais importante é a Organização Mundial do Comércio, sendo mais ou menos inevitável a necessidade de Timor se tornar membro dela. Outra decisão útil para Timor Leste seria associ-

Timor Leste defronta-se com a falta de um quadro legal para a actividade empresarial

ar-se aos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) que subscreveram o Acordo de Cotonou—o sucessor da Convenção de Lomé—que, para além de apoio financeiro, oferece o benefício de acesso preferencial aos mercados da União Europeia.

Quanto às organizações económicas regionais, existem duas opções principais: aliar-se à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ou ao Fórum do Pacífico Sul. De facto, esta escolha, que tem implicações tanto políticas como económicas, já foi, provavelmente, feita dado que a liderança de Timor Leste optou por reforçar as relações com a ASEAN.

Isto permitirá acesso aos mercados adjacentes para exportação e a importações mais baratas. Contudo, num prazo mais longo, poderão surgir conflitos entre ser membro do ACP e do ASEAN. Outra entidade regional é o fórum da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico.

A economia para as pessoas

O arquitecto original dos relatórios de desenvolvimento humano, o falecido Mahbub ul Haq, era ele próprio economista e ex-ministro das finanças. Mas, ele não tinha dúvidas sobre onde estavam as reais prioridades:

Nós estamos a redescobrir a verdade essencial de que as pessoas têm de estar no centro de todo o desenvolvimento. O propósito do desenvolvimento é dar às pessoas mais opções. Uma das suas opções é o acesso ao rendimento—não só como um fim em si mesmo, mas como um meio de adquirir bem estar humano.

Há medida que Timor Leste passa de décadas de luta política para os novos desafios da independência, há muitas decisões para tomar e políticas para implementar. Algumas das decisões mais urgentes dirão respeito ao desenvolvimento económico-—como aumentar os níveis de rendimento num dos mais novos mas também mais pobres países do mundo. Mas o teste final de todas estas decisões—sejam quanto à agricultura, indústria, turismo ou indústria petrolífera—é se irão ou não melhorar directamente as vidas das famílias mais pobres.

Uma breve história de Timor Leste

Investigações antropológicas indicam que as primeiras pessoas a chegar a Timor, aproximadamente 40.000 a 20.000 anos AC, eram do tipo Vedo-Australóide, semelhante aos Vedas de Ceilão. Uma segunda onda, que chegou cerca de 3000 anos AC, consistiu nos Melanésios, semelhantes aos que vivem actualmente na Papua Nova Guiné e em algumas ilhas do Pacífico; línguas de Timor Leste, tal como Macassae, Bunac e outras parecem ter tido esta origem. Provavelmente devido à natureza montanhosa do país, estes novos recém chegados não se misturaram com os primeiros habitantes, os quais se dirigiram para as regiões montanhosas do interior. Esta pode ser uma razão pela qual Timor Leste tem tantas línguas diferentes.

Uma terceira onda, que chegou cerca de 2500 AC, consistiu nos 'proto-malaios'—pessoas vindas do Sul da China e do Norte da Indochina. Mesmo hoje, os chineses em Timor Leste são uma das mais importantes comunidades comerciais.

Os portugueses colonizam Timor

Os portugueses atingiram a costa de Timor por volta de 1515, no que é hoje o enclave de Oécussi. Porém, foi só após 1700, com a instalação do Governador em Dili, que eles começaram uma mais eficiente exploração comercial dos recursos. Fizeram lucros enormes com a exportação de madeira de sândalo, tendo sobre-explorado este recurso. Há medida que o sândalo se tornava quase extinto, os portugueses introduziram em 1815 o café, juntamente com a cana de açúcar e o algodão.

O colonialismo português assegurou que a população nativa, particularmente os produtores de café, nunca conseguissem acumular muito capital. Em vez disso, as receitas das exportações do café iam largamente para os comerciantes portugueses e chineses. O descontentamento em relação a isto foi, talvez, uma das causas de várias rebeliões timorenses—incluindo a revolta de Manufahi conduzida por D. Boaventura. Após doze anos de resistência e luta contra os portugueses, as forças de D. Boaventura foram finalmente esmagadas pelas tropas portuguesas em 1912.

Timor Leste permaneceu basicamente subdesenvolvido, com uma economia baseada na troca de géneros. Nas vésperas da II Guerra Mundial, a capital, Dili, não tinha nem electricidade nem abastecimento de água e apenas existiam algumas estradas. Mesmo assim, antes da Segunda Guerra Mundial o Império Japonês considerava Timor Leste como sendo de importância estratégica por três razões. Primeiro, a posição geopolítica de Timor facilitaria a expansão do Japão em direcção ao sul, ajudando a separar as colónias britânicas do sudeste da Ásia da Austrália. Segundo, Portugal, que era um dos mais fracos poderes coloniais e tinha declarado a sua neutralidade entre o 'Eixo' e os 'Aliados', era considerado uma presa fácil para os interesses políticos e militares do Japão. Terceiro, as reservas de petróleo e de gás no Mar de Timor Leste poderiam ajudar a satisfazer as necessidades de combustível dos japoneses.

Quando a II Guerra Mundial começou, os australianos e os alemães, cientes da importância de Timor Leste como zona tampão, aterraram em Dili apesar dos protestos portugueses. Os japoneses utilizaram então a presença dos Australianos como pretexto para uma invasão em Fevereiro de 1942 e ficaram até Setembro de 1945.

No final da guerra Timor Leste estava em ruínas. Aproximadamente 60.000 timorenses tinham perdido as suas vidas como resultado da ocupação japonesa e da resistência aos invasores tentando proteger a Austrália. As pessoas também foram forçadas a dar alimentos aos japoneses, de tal forma que quando eles finalmente se renderam, o cenário em Timor era de miséria humana e devastação. A população estava próxima da inanição e a maioria das plantações de café, cacau e de borracha tinham sido abandonadas.

Uma nova era de colonização

Os timorenses e os portugueses ajudaram o país a recuperar mas o desenvolvimento

foi lento. A taxa de crescimento anual entre 1953 e 1962 foi de apenas 2%. Entretanto, as Nações Unidas, através da Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 declarou Timor Leste um território não autónomo sob administração Portuguesa. Portugal tentou séria e sistematicamente desenvolver Timor Leste através de três planos sucessivos de cinco anos. O dinheiro começou a chegar e houve um súbito surto de crescimento económico que, em média foi de 6% ao ano. Não obstante, isto não foi suficiente para ultrapassar décadas de subdesenvolvimento e, em 1974, o rendimento per capita era ainda de apenas $98 ao ano.

A agricultura absorvia pelo menos 80% da força de trabalho, mas permanecia largamente ao nível de subsistência, representando apenas 33% do PIB em 1962. As principais exportações eram o café, com 73% do total, seguidas da copra, borracha, cera e frutos de cerieira. Havia muito pouca actividade privada fora do sector do comércio e as oscilações nos preços internacionais das mercadorias conduziram a numerosos défices da balança de pagamentos. Entretanto, a população estava a crescer a um ritmo de mais de 2% ao ano.

Portugal governou Timor Leste com uma combinação de 'direct' e de 'indirect rule', governando as populações essencialmente através das estruturas de poder tradicionais, em vez de utilizar os empregados civis coloniais. Isto manteve a sociedade tradicional timorense praticamente inalterada.

Contudo, em 1974 a 'transição para a democracia' em Portugal teve um súbito impacto em todas as suas colónias. O clima político em Portugal mudou para a esquerda e pela primeira vez foi dada aos timorenses a liberdade para formarem os seus próprios partidos políticos.

Após uma série de alterações nas alianças políticas, os dois principais partidos políticos, a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (FRETILIN) formaram uma coligação nos inícios de 1974 preparando-se para uma eventual independência sob a orientação da administração Portuguesa.

Em 11 de Agosto de 1975, a UDT secretamente apoiada pelo governo indonésio, efectuou um golpe de estado, numa tentativa de se apoderar do poder dos portugueses e travar a ascendência da Fretilin, que na altura se tinha tornado no partido com maior apoio popular. Durante a tentativa de golpe de estado da UDT, morreram mais de 2.000 pessoas. A maior parte dos membros da UDT e muitos dos seus apoiantes fugiram através da fronteira para Timor Ocidental (Indonésio). A Indonésia permitiu-lhes a entrada se assinassem documentos concordando com a integração de Timor Leste na República Indonésia. Nos primeiros dias do golpe de estado, a administração portuguesa deixou Dili tendo ido para a ilha de Ataúro, deixando à Fretilin o controlo de facto de Timor Leste. Então, a Fretilin administrou o território até à invasão indonésia.

Em 28 de Novembro de 1975, numa tentativa de levar este caso às Nações Unidas e de publicitar as incursões armadas dos indonésios no seu território, a Fretilin declarou Timor Leste como a República Democrática de Timor Leste (RDTL). A RDTL, foi reconhecida por um pequeno número de países, principalmente antigas colónias portuguesas, e teve uma vida curta. Dez dias mais tarde, a 7 de Dezembro de 1975, as tropas indonésias lançaram uma invasão em grande escala.

A ocupação indonésia

A 'Nova Ordem' da administração do presidente indonésio Suharto estava determinada a impedir a emergência de um novo país no arquipélago indonésio pois temia que isso pudesse estabelecer um precedente para outras ilhas, particularmente na Indonésia oriental.

O resultado foi a invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975. Cerca de 60.000 pessoas perderam as suas vidas nos anos iniciais da anexação, contribuindo para um total de cerca de 200.000 mortes durante o período de administração indonésia. Num esforço para assegurar um maior controlo sobre a sua nova província dissidente—cuja tomada pela força foi condenada pelas Nações Unidas—, a Indonésia investiu somas consideráveis em Timor Leste para aumentar o seu poder militar. Esses investimentos deram-se principalmente em infraestruturas e no desenvolvimento de produções agrícolas para exportação. O governo indonésio também empregou uma grande quantidade de pessoas na função pública.

Na sequência da invasão, a maior parte da população dirigiu-se para as montanhas, onde sobreviveram durante três anos vivendo fora do controlo indonésio. Na sequência de um forte bombardeamento aéreo destas áreas e das suas culturas, em 1978 a maioria da população foi forçada a descer para áreas mais baixas, onde encontraram as tropas indonésias e muitos foram mortos. Os militares indonésios começaram então a realojar a população restante em novos campos de realojamento então estabelecidos. Ao restringir aos aldeãos o tempo de produção da sua alimentação, os militares indonésios forçaram-nos a construir estradas, derrube de árvores e ao cultivo de culturas cerealíferas para exportação.

Contrariamente aos portugueses, os indonésios favoreceram o 'direct rule' numa versão forte. Mas, o povo de Timor Leste nunca aceitou isto e estava determinado a preservar a sua cultura e a identidade nacional, na qual a religião e a Igreja Católica desempenham um papel crucial.

Em 1991 os militares indonésios deram permissão a uma delegação parlamentar de Portugal para visitar Timor Leste. Era suposto a missão preparar o terreno para um envolvimento mais sério das Nações Unidas. Contudo, a visita foi cancelada no último minuto. Os militares indonésios passaram imediatamente ao ataque. Um jovem estudante, Sebastião Gomes, foi morto e muitos outros foram presos.

A 12 de Novembro de 1991, milhares de timorenses marcharam em direcção ao cemitério de Santa Cruz para rezar em memória de Sebastião Gomes. As tropas indonésias abriram fogo e mataram mais de 200 pessoas. O "Massacre de Santa Cruz" marcou um ponto de viragem na brutal ocupação de Timor Leste à medida que as chocantes imagens eram difundidas à volta do mundo. Pessoas e organizações começaram a pôr maior pressão nos seus governos e nas organizações internacionais a favor de Timor Leste.

A captura e a prisão do líder da resistência, Xanana Gusmão, em 1992 também chamou a atenção para a situação dos direitos humanos. A Indonésia foi sujeita a uma crescente crítica internacional por parte dos governos, agências e ONGs, culminando em Outubro de 1996 com a atribuição do prémio Nobel da Paz a dois líderes timorenses, Bispo Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta em representação do povo de Timor Leste. Isto ajudou ao crescente apoio ao movimento de independência, prosseguido desde o final dos anos 80 através do crescente envolvimento dos jovens nas áreas urbanas de Dili e Baucau.

Em 1997 e 1998, o governo da Nova Ordem de Suharto (Orde Baru) foi agitado por uma severa crise económica, que inflamou os protestos sociais em Jacarta que levaram a um aumento cada vez maior dos pedidos para mudanças políticas na Indonésia. À medida que a situação continuou a deteriorar-se, Suharto foi obrigado a resignar e foi substituído pelo seu vice presidente, Dr. Habibie.

Com a preocupação de se distinguir do período de Suharto e para melhorar a imagem internacional da Indonésia, o Presidente Habibie afirmou que não estava na disposição de manter o 'fardo' de Timor Leste e, em Janeiro de 1999 ofereceu ao seu povo uma 'grande área de autonomia' dentro da República Indonésia. Habibie tinha declarou também que o Governo indonésio estava preparado para "deixar ir Timor Leste" no caso de os timorenses rejeitarem aquela proposta de autonomia.

Finalmente foi acordado, em Maio de 1999 e sob os auspícios do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, um acordo entre os governos português e indonésio para se fazer um referendo sobre a autonomia (ou "consulta popular" como foi então designado). As Nações Unidas começaram a preparar-se para o referendo através do estabelecimento da Missão de Assistência das Nações Unidas para Timor Leste, UNAMET. A 3 de Junho de 1999 as Nações Unidas içaram a sua bandeira no solo de Timor Leste. A 30 de Agosto de 1999 os timorenses votaram maciçamente—78%—contra a autonomia e a favor da independência da Indonésia. Os grupos de milícias pró-integração e as forças armadas indonésias responderam com extrema brutalidade, estendendo a violência e as pilhagens ao longo do país. Como resultado das suas acções, um terço da população foi forçada a deslocar-se para campos de refugiados em Timor Ocidental e nas ilhas vizinhas. Outro terço procurou refúgio nas montanhas de Timor Leste. Entre 1.000 e 2.000 pessoas foram dadas como mortas na violência. À medida que partiam, os soldados indonésios e as

milícias por eles apoiados destruíram casas e outros edifícios, incluindo os escritórios e o equipamento das Nações Unidas e das ONGs.

Na sequência de veementes protestos internacionais pelos tumultos provocados pelos para-militares e da pressão governamental—particularmente dos Estados Unidos, Austrália e Portugal ---, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou uma força multinacional (INTERFET), sob o comando unificado de um Estado membro, a Austrália, a restaurar a paz e a segurança. As Nações Unidas também lançaram uma operação humanitária em grande escala que incluíu oferta de alimentos e outros serviços básicos.

A 19 de Outubro de 1999, a Assembleia Popular Consultiva da Indonésia reconheceu formalmente os resultados do referendo. Depois, em 25 de Outubro, o Conselho das Nações Unidas, através da Resolução 1272 (1999), estabeleceu a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) como uma operação integrada, multi-dimensional, de paz responsável pela administração de Timor Leste durante a sua transição para a independência.

Em 30 de Agosto de 2001, no aniversário do referendo, Timor Leste efectuou eleições para representantes políticos, cuja tarefa foi a de elaborar uma nova Constituição que foi aprovada a 24 de Março de 2002. Em 14 de Abril, ocorreu a eleição do primeiro Presidente, ganha por Xanana Gusmão. A independência estava marcada para 20 de Maio de 2002.

Bibliografia

Anderson, Kym (1995). Agricultural Policy: Constraints to Development, in R. Garnaut, Enzo Grilli, and James Riedil (eds.), *Sustaining Export-Oriented Development, Ideas from East Asia*, Cambridge University Press, Cambridge.

ADB (2000). *East Timor: Rapid Assessment of Economic and Social Conditions*, Asian Development Bank, Dili.

Barlow, Colin. (2001). "The rural economy and institutions in East Timor", in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Booth, Anne (2001). "Poverty, equity and living standards in East Timor: Challenges for the new nation", in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Bora, Bijit and Christopher Findlay (eds) (1996*). Regional Integration and the Asia Pacific*, Oxford University Press, London.

Brahmana, Rajakarina and Ulu Emanuel (1996). *The Book of 20 Years of the Development of East Timor*, Bekasi: PT. Abdistama Citra Bestari.

Cheatham C. and S. Jarvenpaa (2001). "Transport and Power", in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Da Costa, Helder (1999a). "East Timor has the potential to raise from ruins", *Australian Financial Review*, 17 December.

——— (1999b). *The Economics of Ecotourism in East Timor*. Paper presented at the Strategic Development Planning for East Timor Conference, Melbourne 5-9 April 1999.

——— (2000). *Building East Timor's Economy, The Roles of Foreign Aid, Trade and Investment*, Unpublished PhD Dissertation, Adelaide University, South Australia.

——— (2001). "Can East Timor live on its natural wealth?" *Australian Financial Review*, 29 August.

De Mello, Sergio Vieira (2000). *Statement of the Special Representative of the Secretary-General*, Lisbon Donors' Meeting, 22-23 June.

Division of Agriculture Affairs (2001*). Policy Proposal Plan 2000-2001*, East Timor Transitional Administration, Dili.

Duncan, Ron (1999). Development Lessons for East Timor, *Bulletin of Indonesian Economic Studies* 35 (1) : 129-32.

Dunn, James (1983). *Timor: A People Betrayed*, Milton Queensland: The Jacaranda Press.

Fitzpatrick, Daniel (2001). "Property Rights in East Timor's Reconstruction and Development" in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

FOKUPERS (2000). *Gender-based Human Rights Abuses during the Pre- and Post-Ballot Violence in East Timor, January-October 1999*, Progress Report 1, Dili.

Francino, Michael (2001*). Future Budgetary Support from Oil Revenue*, Notes presented at the Seminar on the Timor Gap, National University of East Timor, Dili on 17 July.

Haughton, Jonathan (1998). *The Reconstruction of War-Torn Economies*, Technical Paper, Harvard Institute for International Development, Cambridge MA.

Haughton, Jonathan (2001). Reconstruction of War-Torn Economies: Lessons for East Timor in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Hill, Hal and J. Saldanha (2001). "The key issues", in Hill, H. and J, Saldanha (eds.) *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Hill, Hal (2001). " Trade and Commercial Policy" in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

House, William (2001). *A Study of the Potential Contribution of the Micro and Small Enterprise (Informal) Sector to the Economic Development of Timor Loro Sa'e (East*

Timor). Discussion paper. Dili. UNDP/ILO.

IMF (2000). *East Timor, Establishing the Foundations of Sound Macroeconomic Management*, IMF, Washington, DC.

Joint Agriculture Donors' Mission to East Timor (2001). *Draft Mission Report*, March/April, Dili.

Joint Assessment Mission (1999). *East Timor — Building a Nation: A Framework for Reconstruction and Development. Macro-Economics Background Paper.*

Jones G. (2001). "Social policy issues in East Timor", in Hill, H. and J, Saldanha (eds.) *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*, Singapore, Institute of Southeast Asian Studies.

Krishnaiah, K. (2002). *Rice rehabilitation and development in East Timor*. Report on mission for FAO.

Larcombe, Graham (1999). *East Timor: Prospects and Economic Policy Options*, Paper presented at the Strategic Development Planning for East Timor Conference (April), Melbourne.

Magalhães, Barbedo (2002) "Population settlements in East Timor and Indonesia" in *Indonesia course*. www.uc.pt/timor/curso1a.htm.

Manor, J. (1999). *Society and Governance: A Concept Paper*. Institute of Development Studies. Sussex, UK.

McKee, Geoffrey A (2000). A New Timor Gap, Will Australia Now Break the Past? in *Inside Indonesia* (April-June) : 18-20.

Mubyarto, et al (1991). *East Timor: The Impact of Integration, An Indonesian Socio-Anthropological Study*, Melbourne: RIP, Australia.

Monk, K. and Yance de Fretes, G. R. (1997) *The Ecology of Nusa Tenggara and Maluku*, Oxford University Press, Oxford.

Nash, John and Wendy Tracks (eds) (1998*). Trade Policy Reform Lessons and Implications*, World Bank Regional and Sectoral Studies, the World Bank, Washington DC.

National Planning and Development Agency (2001). *Capacity Development for Governance and Public Sector Management: Programme Overview*, Dili.

NGO Forum (2002). Website: www.geocities.com/etngoforum/.

Opello, Walter C (1991). *Portugal: From Monarchy to Pluralist Democracy*, Boulder Westview Press, 1991.

Pedersen, Jon and Marie Arneberg (1999). *Social and economic conditions in East Timor,* Columbia University's International Conflict Resolution Program (New York, USA) and Fafo, the Institute for Applied Social Science (Oslo, Norway).

Pilger, John. (1992). *Distant Voices*, Vintage, London.

Pomeroy, Jacqueline (2001). "Coffee and the economy in East Timor", in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Saldanha, J. (1994). *The Political Economy of East Timor Development*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta.

Saldanha, J. and H. da Costa (1999*). Economic Viability of East Timor Revisited, Outlook for the 21st Century*, East Timor Study Group, Working Paper 01, July.

Shaw, G. and Williams, (1997). *Critical Issues in Tourism, A geographical perspective*, Blackwell, Oxford.

Soesastro, Hadi (1988). "The Economy of East Timor: To Open or Not to Open," in *Indonesian Quarterly*, 16 (3): 269-73.

——— (2001). "East Timor's Economic Relations with Indonesia," in Hal Hill and J.M. Saldanha (eds.), *East Timor: Development Challenges for the World's Newest Nation*. Institute of Southeast Asian Studies, Singapore.

Transparency International (2001). *Global Corruption Report*, Berlin.

UNDP (2001a). *Human Development Report*, New York, OUP (various years).

——— (2001b). *Priority Human Resource Needs for the East Timorese Government at Independence*. Dili.

——— (2001c). *Civic Education Assessment and Future Considerations*, Dili.

UNHCHR (1999). *Report of the High Commissioner for Human Rights on the human rights situation in East Timor*. E/CN.4/S-4/CRP.1.

UNHCR (2002). *Summary of voluntary repatriation*, March 20, 2002.

UNICEF (2001). *The Changing Situation of Women and Children in East Timor*, Dili.

United Nations (2000). *Building Blocks for a Nation*, UN Common Country Assessment for East Timor, Dili.

United Nations (2002). *Report of the Secretary-General on the United Nations Transitional*

Administration in East Timor. October 2001 to 18 January 2002

UNTAET and the World Bank (2000a). *Background Paper for Donors' Meeting on East Timor*, in collaboration with the IMF, Lisbon Portugal.

——— (2000b*). Background Paper for Donors' Meeting,* Brussels, December.

UNTAET (2001). *The East Timor Combined Sources Budget 2001-02*, Proposal presented in Canberra, 14 June, Central Fiscal Authority, Dili.

USAID (2001). *Revitalizing the Local Economy*, Dili, East Timor.

WHO (2001). *WHO's Contribution to Health Sector Development in East Timor*. Background Paper for Donors' Meeting on East Timor, 14-15 June.

World Bank (1996). *Bosnia and Herzegovina—Toward Economic Recovery*, A World Bank Country Study, Washington, DC.

——— (1999a). *Overview of External Funding Requirements for East Timor*, in cooperation with UNTAET.

——— (1999b). *East Timor: Building a Nation, a Framework for Reconstruction and Development*, New York, Joint Assessment Mission.

QUADRO ANEXO 1

Indicadores Demográficos

	1985	1990	1995	1999	2001[1]
População total (pessoas)	630.676	747.557	839.719	779.567	794.298
Taxa de crescimento anual da população (%)		3,46	2,35	-1,5	0,90
População urbana (% do total)	..	7,8	9,5	9,8	23,5[3]
População entre os 0-4 anos (% do total)	19,2	18,0	16,6	16,2	17,1
População entre os 5-9 anos (% do total)	14,0	14,3	15,6	15,1	14,9
População com menos de 15 anos (% do total)	40,6	41,5	43,5	41,1	43,9
População entre os 15-64 anos (% do total)	57,6	56,5	54,8	57,0	53,7
População com idade de 65 e mais anos (% do total)	1,8	2,0	1,7	1,9	2,4
Rácio de dependência (%)	79,8	78,5	81,6	78,6	82,2
Urbano	77,3	71,0	73,8	69,2	74,3
Rural	83,5	79,7	82,4	80,8	84,4
Rácio dos sexos(homens/mulheres)	..	1,07	1,03	1,03	1,01
Taxa de fertilidade total (por mulher)	..	5,7	5,1	3,8	..
Dimensão média familiar, total (pessoas)	5,1	5,0	4,9	4,7	5,1
Urbano	..	5,8	6,0	4,7	4,9
Rural	..	5,0	4,8	4,7	5,2
Mulheres chefes de família, total (%)	..	9,4	8,9	8,9	10,0
Urbano		10,2	11,7	9,8	12,1
Rural		9,3	8,6	8,7	9,2
Densidade populacional (pessoas/km^2)[2]	37	50	56	57,3	55,7

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93. 1) A população total a meio do ano, em 2001 baseou-se nos Registos Iniciais de Maio de 2001 (793.000 pessoas) publicados pela UNTAET (Registo Civil de Timor Leste, 2 de Julho de 2001) e juntando-se o número de refugiados retornados em Junho de 2001 (1.298 pessoas), publicado pela UNHCR (Resumo da Repatriação Voluntária, 20 de Março de 2002). As estatísticas sobre a população, estruturadas por grupos etários e rácio de dependência basearam-se nos Registos Civis de Timor Leste. Outros indicadores (população urbana, dimensão das famílias médias e famílias chefiadas por mulheres, basearam-se nos resultados dos Inquéritos às Famílias de Timor Leste de 2001. 2) A área total está estimada em 14.874 quilómetros quadrados. 3) A percentagem de população vivendo em áreas urbanas em 2001 não é comparável com dados de anos anteriores dado que se baseia em dados dos Inquéritos às Famílias de Timor Leste de 2001, o qual teve uma amostra de apenas 1.800 famílias (9.113 indivíduos) enquanto os dados anteriores se baseavam em resultados de inquéritos ou censos da era Indonésia, que tinham amostras de cerca de 5.314 famílias (24.698 pessoas). As duas fontes também utilizaram diferentes definições das áreas rurais.

Fontes: Censos Populacionais (1980, 1990), Inquéritos Intercensos (1985, 1995), Inquéritos Sócio Económicos às Famílias, Susenas 1999, *Common Country Assessment* (CCA) de Timor Leste (Nações Unidas), Condições Sociais e Económicas em Timor Leste (Pedersen, J. e Marie Arneberg, 1999), Inquérito às Famílias de Timor Leste, 2001.

QUADRO ANEXO 2

Indicadores sobre esperança de vida à nascença e mortalidade

	1993	1996	1997	1999	2001
Esperança de vida à nascença, total (ano)	52,2	53,9	54,4	56,0	57,4
Homens	50,7	52,3	52,6	54,2	55,6
Mulheres	53,7	55,5	56,1	57,7	59,2
Taxa de mortalidade infantil, total (por 1000 nados vivos)	108,6	99,7	92,8	86,0	80,1
Homens	118,1	108,9	101,9	94,7	88,4
Mulheres	99,6	91,1	84,2	77,8	72,3
Taxa de mortalidade infantil, total (por 1000 nados vivos)	75,6	66,8	64,3	56,6	50,3
Homens	75,9	67,6	65,7	58,0	51,8
Mulheres	75,2	66,0	63,0	55,2	48,8
Taxa de mortalidade juvenil (crianças com menos de 5 anos), total (por 1000 nados vivos)	204,6	183,5	177,6	158,8	143,5
Homens	217,7	196,3	191,3	171,6	155,5
Mulheres	192,3	171,5	164,6	146,7	132,1
Taxa de mortalidade materna (por 100,000 nados vivos)	..	..	..	420	..
Probabilidade à nascença de não sobreviver à idade 40 anos, total (%)	45,9	41,1	39,8	35,6	32,2
Homens	48,5	43,8	42,7	38,3	34,8
Mulheres	43,4	38,7	37,1	33,1	29,8
Probabilidade à nascença de não sobreviver à idade 60 anos, total (%)	103,0	93,8	91,2	83,2	76,6
Homens	115,3	105,6	103,3	94,5	87,2
Mulheres	91,3	82,7	79,9	72,6	66,6
Crianças subnutridas e com idade inferior a 5 anos (%)	..	50,6	..	44,5	..

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93. A esperança de vida à nascença em 1997 foi calculada dos dados brutos dos Inquéritos às Famílias de Timor Leste de 2001, utilizando-se Modelos de Coale-Demeney (equações Trussel) para o modelo Ocidental, sendo as estimativas para outros anos baseadas na extrapolação (curva melhor adaptada) de um modelo com várias estimativas provenientes de diversas fontes (incluindo as estimativas de 1997) e aplicando a mesma metodologia (ver 'Nota sobre o cálculo dos indicadores').

Fontes: Censo Indonésio sobre População 1990, Inquéritos Intercenso Indonésio (SUPAS), 1995, Inquéritos Sócio Económicos às Famílias Indonésias (SUSENAS, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 1999), Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001.

QUADRO ANEXO 3

Indicadores sobre a saúde, fertilidade e planeamento familiar

	1993	1996	1997	1999	2001
Taxa mensal de morbilidade, total (%)	20,0	20,9	22,5	18,0	13,0
Urbano	24,4	20,4	19,8	17,2	..
Rural	19,6	20,9	23,3	19,0	..
Taxa mensal de morbilidade para crianças com menos de 5 anos (0-4 anos) [%]	28,0	30,4	28,2	23,5	25,2
Urbano	39,6	38,2	27,0	22,6	..
Rural	27,0	29,6	29,4	24,4	..
Nascimentos acompanhados por pessoal qualificado, total (%)	16,2	23,4	27,3	30,0	..
Urbano	44,9	53,9	52,9	62,2	..
Rural	13,5	20,0	24,3	25,4	..
Crianças vacinadas com menos de 5 anos (0-4 anos), total (%)	57,7	73,6	78,5	75,1	51,8
Urbano	65,9	87,1	80,5	86,0	..
Rural	56,9	72,1	78,2	73,5	..
Taxa de visitas a instalações de saúde modernas/pessoa, total (%)	11,4	12,7	14,5	13,8	53,9
Urbano	17,0	13,5	15,7	14,9	..
Rural	10,9	12,6	13,1	11,7	..
Taxa de visitas a instalações de saúde modernas de crianças com menos de 5 anos (0-4 anos), total (%)	18,0	21,1	20,5	17,9	60,6
Urbano	29,9	30,7	22,7	19,0	..
Rural	16,9	20,0	18,2	15,2	..
Número médio de crianças nascidas de mulheres que nunca casaram com 35 anos e mais, total	4,7	4,5	4,4	4,2	4,2
Urbano	4,8	4,7	4,2	4,5	..
Rural	4,7	4,5	4,4	4,2	..
Rácio criança-mulher, total	70,5	65,9	63,4	54,2	77,7
Urbano	66,3	62,1	65,0	56,0	..
Rural	70,9	66,3	63,2	54,0	..
Taxa de utilização de contraceptivos modernos, total (%)	16,7	18,7	21,9	19,9	5,6
Urbano	19,7	30,0	26,3	27,1	..
Rural	16,4	17,4	21,5	19,1	..

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93.

Fontes: Dados recolhidos de SUSENAS para 1993, 1996, 1997, 1999; Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001.

QUADRO ANEXO 4

Indicadores sobre a educação

	1993	1996	1999	2001
Taxa de alfabetização de adultos, total (%)	35.6	40.4	40.6	43.0
Urbano	69.3	79.6	80.4	81.5
Rural	32.5	36.2	36.6	37.2
Homens	45.3	48.6	46.9	43.1
Mulheres	25.8	32.0	33.9	42.8
Taxa bruta de matrícula, total (%)	52.6	55.5	59.1	56.1
Urbano	55.1	57.2	63.2	60.3
Rural	48.6	51.1	54.3	50.1
Homens	56.8	58.1	62.1	58.4
Mulheres	50.1	54.2	57.9	55.1
Educação primária	83.1	90.6	94.4	111.6
Educação secundária inferior	62.7	60.5	63.9	62.4
Educação secundária superior	32.2	36.1	37.2	27.0
Educação terciária	2.8	3.3	5.1	3.9
Taxa líquida de inscrição, total (%)	38.4	41.6	45.6	41.2
Urbano	40.8	43.7	49.1	47.5
Rural	35.2	37.4	40.2	38.1
Homens	41.1	43.2	48.5	44.9
Mulheres	36.3	37.6	42.7	38.4
Educação primária	65.3	71.0	74.2	76.2
Educação secundária inferior	25.0	27.0	36.3	33.1
Educação secundária superior	13.5	17.9	20.4	17.6
Educação terciária	1.6	2.0	3.8	2.8
Taxa de repetência (%)	..	..	..	14
Homens	..	..	..	13
Mulheres	..	..	..	15
Média de anos de escolaridade idade de 20-54, total (anos)	3.0	3.7	3.8	3.5
Homens	3.8	4.5	4.5	4.3
Mulheres	2.1	2.9	3.2	3.0
Urbano	6.2	8.0	7.8	7.5
Rural	2.7	3.2	3.3	3.1

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93.

Fontes: Dados recolhidos de SUSENAS para 1993, 1996, 1997, 1999; Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001.

QUADRO ANEXO 5

Indicadores sobre a habitação e condições de vida

	1993	1996	1998	1999	2001
Famílias com menos de 10 m² de área de chão per capita, como % do total	67,8	59,6	53,5	51,6	56,9
Urbano	60,7	49,6	45,0	49,1	56,3
Rural	68,4	60,5	54,2	51,9	57,4
Famílias com chão principalmente de terra/bambu, como % do total	73,8	69,9	63,7	64,5	64,0
Urbano	35,5	25,0	21,9	20,4	62,7
Rural	76,8	73,7	67,6	69,8	64,8
Famílias com parede principal de bambu, como % do total	38,2	41,9	37,4	40,7	37,4
Urbano	19,3	21,4	12,5	21,8	23,1
Rural	39,7	43,7	39,7	43,0	55,3
Famílias com telhado principal de madeira/colmo/folhas, como % do total	51,4	49,4	42,6	43,4	37,4
Urbano	22,1	11,5	9,0	8,2	16,6
Rural	53,8	52,6	45,7	47,7	50,9
Famílias com electricidade como principal fonte de iluminação, como % do total	16,9	22,7	27,2	30,1	35,9
Urbano	53,7	72,6	80,8	83,0	75,2
Rural	13,9	18,2	22,3	23,7	11,1
Famílias com instalações próprias de água potável, como % do total	..	14,0	16,7	20,4	18,6
Urbano	..	46,5	45,5	40,6	35,9
Rural	..	11,3	14,1	18,0	7,6
Famílias com água potável canalizada/bombeada, como % do total	29,1	23,9	26,0	27,6	46,3
Urbano	68,1	83,6	78,4	78,2	64,9
Rural	26,0	18,9	21,2	21,6	34,3
Famílias com instalações próprias de saneamento, como % do total	32,4	45,8	50,8	53,6	..
Urbano	49,2	69,2	72,1	77,7	..
Rural	31,0	43,8	48,9	50,7	..
Famílias com instalações sanitárias, como % do total	..	11,0	14,4	14,2	13,8
Urbano	..	39,9	53,6	54,0	51,2
Rural	..	8,6	10,8	9,5	8,5
Famílias com esgotos e fossas sépticas, como % do total	..	12,6	15,0	12,7	14,8
Urbano	..	53,1	55,1	40,7	53,2
Rural	..	9,2	11,3	9,3	12,0

Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes de dados pré e pós 1999, ver 'Nota sobre o cálculo dos indicadores' na página 87.

Fontes: Dados recolhidos de SUSENAS para 1993, 1996, 1998, 1999; Insan Hitawasana Sejahlera 2000; Indicadores Sociais e Provinciais de Pobreza; SUSENAS 1993-1999; Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001.

QUADRO ANEXO 6

Indicadores sobre pobreza e consumo

	1993	1996	1999	2001
Número de pobres, total (em milhares de pessoas)	292,9	267,6	270,3	341,0
Urbano	14,8	11,5	19,6	50,0
Rural	278,1	256,1	250,7	291,0
Rácio de incidência, total (% dos pobres na população total)	37,0	31,7	29,9	41,0
Urbano	22,0	14,2	20,1	26,0
Rural	38,4	33,6	31,1	46,0
Índice do gap de pobreza, P1 (%)	2,5	2,3	2,3	2,8
PÍndice de rigor de pobreza, P2 (%)	9,2	7,2	8,0	9,7
Índice de Gini, total (%)	34,8	34,1	30,5	35,4
Urbano	39,0	38,4	35,7	37,1
Rural	33,5	31,8	28,1	32,3
Consumo (médio),total (rupias/pessoa/mês)[1]	28.360	38.090	78.269	346.639
1º Quintil	17.693	23.763	50.007	95.906
2º Quintil	29.705	39.897	82.929	158.202
3º Quintil	38.634	51.889	106.742	226.439
4º Quintil	51.285	68.880	142.104	336.085
5º Quintil	97.794	131.346	259.127	916.061
Mediana do consumo, total (rupias/pessoa/mês)[1]	21.540	29.134	64.280	225.308
1º Quintil	17414	23.554	50.622	96.231
2º Quintil	27447	37.123	82.297	157.304
3º Quintil	35908	48.567	106.203	225.308
4º Quintil	48139	65.111	140.726	334.304
5º Quintil	80425	108.779	219.645	620.295
Parte dos alimentos no consumo	69,6	70,7	73,0	65,9
Urbano	62,6	62,8	67,3	..
Rural	70,3	71,5	73,7	..

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver "Nota sobre os cálculos dos indicadores" na página 87.

Fontes: Dados recolhidos de SUSENAS para 1993, 1996, 1999; Insan Hitawasana Sejahlera 2000; Indicadores Sociais e Provinciais de Pobreza; SUSENAS 1993-1999; Inquérito às Famílias de Timor Leste 2001.

QUADRO ANEXO 7

Indicadores sobre mão de obra

	1985	1990	1995	1999	2001
Taxa da participação da população de 15 anos e mais na mão-de-obra, total (%)	65,6	67,0	71,8	67,3	56,0
Masculino	83,0	84,0	89,6	87,6	76,2
Feminino	47,5	49,1	53,4	52,4	35,6
Urbano	..	54,5	64,2	63,4	52,1
Rural	65,6	68,1	72,6	70,4	61,2
Mão de obra à procura de trabalho (%)	0,6	1,7	5,3	5,8	7,8
Masculino	0,6	1,4	3,6	3,9	6,6
Feminino	0,6	2,4	8,2	8,3	10,2
Urbano	..	7,3	14,6	13,8	15,3
Rural	0,6	1,3	4,6	4,7	7,0
Crianças dos 10-14 anos na mão-de-obra, total (%)	23,1	22,2	19,9	20,5	9,2
Masculino	22,7	23,4	21,1	22,7	9,4
Feminino	23,7	20,9	18,3	18,9	8,9
Urbano	6,0	5,8	5,7	3,2	
Rural	23,1	23,6	22,3	23,1	14,5
Employment structure by sector 1) (as % of total workers)					
Sector A	84,1	73,6	73,2	71,5	73,2
Sector M	4,7	6,2	6,2	6,8	4,8
Sector S	11,2	20,2	20,6	21,7	22,0
Estrutura no emprego por sector 1) (como % dos trabalhadores totais)					
Emprego próprio	45,1	43,7	52,0	51,2	59,3
Trabalhadores na família	43,1	36,4	30,2	30,0	21,2
Patrão	0,3	0,9	0,4	0,8	1,7
Empregado remunerado	11,5	18,9	17,4	18,0	17,4
Intensidade das horas trabalhadas (% dos trabalhadores totais)					
Menos de 25 horas/semana	30,2	27,9	26,5	26,1	14,9
25—44 horas/semana	45,9	53,6	54,2	54,9	44,1
45 horas e mais/semana	23,9	18,5	19,3	19,0	41,1
Número de funcionários públicos	..	27.439	34.270	9.035	..
Masculino	..	..	..	25.720	..
Feminino	..	..	..	8.550	..
No sector educacional	..	..	..	..	5.125
No sector da saúde	..	..	..	..	1.087
Em outros sectores	..	..	..	..	2,823

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93. 1) Aqui, o sector industrial foi agrupado em três categorias principais: sector A (agricultura); sector M (incluindo a mineração e transporte, indústria manufactureira, electricidade, gás, água e construção) e sector S (inclui comércio, restaurantes e hotéis, transporte, armazenamento e comunicação, financiamento de negócios e outros serviços pessoais).

Fontes: Censo de População Indonésio (1990); SUSENAS 1999; *Common Country Assesment para Timor Leste* (UN).

QUADRO ANEXO 8

Indicadores económicos

	1995	1996	1997	1998	1999 Estimativa	2000 Projecção	2001 Projecção
PIB total (em milhões de US$)[1]	315	368	383	390	263	312	380
PIB *per capita* (US$)	374	429	442	424	337[2]	396[3]	478[4]
Alterações no crescimento do PIB real (%)	9	11	4	-2	-38	15	18
Taxa de inflação (IPC em Dili: preços em rupias)	8	5	10	80	140	20	..
PIB real por sector (como % do PIB total)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	..
Agricultura	27,5	24,0	24,2	24,9	25,5	21,3	..
Minas e pedreiras	0,9	1,0	1,0	1,2	1,0	1,4	..
Indústria manufactureira	3,0	3,3	3,3	3,5	3,4	3,5	..
Electricidade, gás & água	0,6	0,7	0,8	0,8	0,9	0,7	..
Construção	21,8	23,2	22,1	21,7	15,7	23,2	..
Comércio, hotéis e restaurantes	11,0	10,4	10,3	10,3	10,9	8,1	..
Transportes & comunicações	8,7	10,0	10,3	10,3	11,0	8,1	..
Finanças e serviços comerciais	3,9	3,9	4,5	4,0	5,2	4,6	..
Administração pública e defesa	21,4	22,3	22,4	22,1	25,4	27,8	..
Serviços comunitários pessoais	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1	1,2	..
Quotas do PIB regional a preços correntes (como % do PIB total)							
Covalima	4,7	4,6	4,1	4,9	..	..	..
Ainaro	4,5	5,8	5,5	4,7	..	..	..
Manufahi	6,1	6,0	4,6	5,1	..	..	..
Viqueque	5,5	5,6	5,8	6,2	..	..	..
Lautem	3,8	3,9	3,9	3,9	..	..	..
Baucau	8,0	7,9	6,9	6,0	..	..	..
Manatuto	4,5	4,3	3,9	3,4	..	..	..
Dili	30,7	30,0	33,6	34,6	..	..	..
Aileu	3,5	3,5	2,9	2,1	..	..	..
Liquiçá	5,6	5,8	5,3	5,7	..	..	..
Ermera	9,9	10,5	10,8	11,0	..	..	..
Bobonaro	6,7	6,9	6,3	7,7	..	..	..
Oecussi	5,4	5,3	5,5	4,9	..	..	..

Notas: Para uma discussão sobre a comparabilidade dos dados entre as fontes anteriores e posteriores a 1999, ver 'Nota sobre os cálculos dos indicadores' na página 93. 1) Calculado na base na taxa de câmbio da paridade do poder de compra constante (ano base, 1996); 2) Calculado através da divisão do PIB total pela população estimada em 1999 (779,567 pessoas); 3) Como na nota 1) com a população estimada a meio do ano 2000 (786.932 pessoas); 4) Como na nota 1) com a população estimada a meio do ano 2001 (794.298 pessoas).

Fontes: Dados PIB em 1998-2001 retirados do IMF *Statement at the Donor's Meeting on East Timor* (Oslo, Dezembro de 2001); Dados do PIB em 1995-1997 retirados do BPS (1999); *Regional Income at District Level* 1993-1998; *Commom Country Assesment for East Timor* (UN).

QUADRO ANEXO 9

Indicadores agrícolas

	1996	1997	1998	2000
Terra adequada à agricultura (hectares)	..	..	..	600.000
Terra adequada sob cultivo (% da área total de terra)	..	..	..	40
Área de cultivo de arroz—terras húmidas (hectares)	17.418	12.400	12.054	..
Área de cultivo de arroz—terras secas (hectares)	2,266	1,798	1,772	..
Produção média de arroz—terras húmidas (quintal/hectare)	28,04	28,18	28,18	..
Produção média de arroz—terras secas (quintal/hectare)	16,65	16,85	16,25	..
Produção de arroz—terras húmidas (ton)	48.835	34.938	33.968	..
Produção de arroz—terras secas (ton)	3.772	3.030	2.880	..
Produção de milho (ton)	106.616	99.204	58.931	..
Produção de mandioca (ton)	53.781	41.379	32.092	..
Produção de batata doce (ton)	15.681	14.997	11.989	..
Produção de amendoim (ton)	3.335	3.302	4.669	..
Produção de soja (ton)	1.244	783	690	..
População rural trabalhando na agricultura (% da população rural total)	79	..	..	75
População tendo a agricultura como principal fonte de rendimentos (% da população rural total)	76	..	..	70

Fonte: *Statistical Yearbook of Indonesia,* 1996 e 1999, *Common Country Assesment for East Timor* (UN).

Nota sobre o cálculo dos indicadores

Os indicadores apresentados neste relatório baseiam-se nos dados disponíveis de uma vasta gama de fontes bem como de estimativas directas e indirectas. Contudo, deve ser enfatizado que os dados sobre o desenvolvimento humano em Timor Leste são limitados e de confiança questionável. Diferentes fontes produzem frequentemente diferentes estimativas para os mesmos indicadores. Isto acontece principalmente para as estatísticas e os indicadores relativos a 2001. Assim, é importante utilizar os dados de forma prudente, particularmente quando se comparara o ano de 2001 com os anos antecedentes.

Os indicadores no Capítulo 1—o índice de desenvolvimento humano (IDH), o índice de pobreza humana (IPH-1) e o índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)—foram produzidos através da aplicação dos métodos habituais. Apesar de os indicadores poderem ser utilizados como referência para a medição do progresso no desenvolvimento humano, melhorias posteriores nos dados e nos sistemas de monitorização deverão fornecer, no futuro, indicadores de maior confiança.

Esperança de vida à nascença

Os dados sobre a esperança de vida à nascença baseiam-se em vários inquéritos à população de Timor Leste. Estes dados incluem o censo à população Indonésia de 1990, o inquérito intercenso de 1995 (SUPAS), uma série de indicadores sobre as características sócio-económicas das famílias (SUSENAS 1993, 1996, 1999) e os resultados das condições de vida das famílias de Timor Leste em 2001. Dados sobre a média de nados vivos e o número de crianças sobreviventes de mães com idades entre os 15 e os 50 anos também foram integrados no programa de software, Mortpak, o qual foi utilizado para produzir os seguintes índices: probabilidade de morrer antes dos 40 anos, taxa de mortalidade infantil, a probabilidade de morrer entre a idade de 1 e 5 anos e a esperança de vida à nascença. O output do programa também cria dois modelos com as suas variantes possíveis, embora para Timor Leste—como para outros países em vias de desenvolvimento—as estimativas destes indicadores utilizem Modelos de Coale-Demeny (equações Trussel) com uma variante de modelo Ocidental. Cada estimativa da esperança de vida e os correspondentes índices de mortalidade referem-se a um período de há quatro anos relativamente ao tempo de referência do respectivo inquérito. Dado que as estimativas obtidas a partir destes índices produzem uma tendência errática, devido a diferentes dimensões das amostras cobertas nestes inquéritos, as estimativas finais apresentadas neste relatório basearam-se numa extrapolação, aplicando-se a curva de regressão logarítmica que mais se ajustou. No final desta nota apresenta-se uma explicação mais detalhada acerca da extrapolação deste modelo.

Literacia dos adultos

As taxas de literacia dos adultos deste relatório utilizam estimativas de séries do SUSENAS (para 1993, 1996, 1997 e 1999) e o inquérito às famílias de Timor Leste realizado em 2001 (para 2001). Esta fonte de dados pode não ser exactamente comparável devido a diferenças na cobertura da amostra (ver explicações posteriores para os dados demográficos). O inquérito de Timor Leste para 2001 é a única fonte de dados sobre literacia de adultos.

Rácios brutos de inscrição

Os rácios combinados de inscrição neste relatório também utilizam estimativas do SUSENAS (para 1993, 1996, 1997 e 1999) e os inquéritos às famílias de Timor Leste 2001 (para 2001). Tentou-se determinar as taxas brutas de inscrição em 2001 a partir dos dados oficiais da Departamento Educacional e a da UNTIL recorrendo-se ao número de estudantes inscritos em cada nível de educação e a população de estudantes por faixas etárias baseada nas datas não oficiais de nascimento; estes dados provêm dos resultados preliminares nos registos civis em meados de 2001. Os rácios brutos de inscrição obtidos a partir deste cálculo dão uma estimativa elevada—cerca de 80—que se assume ser improvável dado que estimativas anteriores variaram entre 52 e 59.

Os rácios brutos de inscrição definem-se como o número de estudantes matriculados em cada nível escolar em percentagem da população que pertence ao grupo de idade que corresponde àquele nível (escola primária: 7-12 anos, escola secundária inicial: 13-

15 anos, escola secundária final: 16-18 anos e terciária: 19-24 anos). Os rácios são, pois afectados pela idade e o sexo das estimativas específicas da população. Também podem esconder diferenças importantes entre países devido às diferenças nos grupos etários que correspondem a um determinado nível de educação e à duração dos programas de educação. A incidência de repetição pode também criar distorção nos rácios. Os rácios líquidos de inscrição são melhores indicadores de acesso à educação ou ao conhecimento na medida em que medem a inscrição apenas para um determinado grupo etário. Todavia, este relatório utiliza o rácio combinado de inscrição como uma componente do índice de desenvolvimento humano (IDH) de forma a manter as comparações internacionais nos moldes dos relatórios de desenvolvimento humano global.

PIB per capita ($PPP)

Os dados acerca do PIB per capita ($PPP) utilizados neste relatório baseiam-se na declaração do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Encontro de Doadores em Timor Leste em Oslo em Dezembro de 2001. Contudo, é difícil obter estimativas para o PIB per capita devido à falta de confiança estatística não apenas para o PIB mas também para a população.

Estatísticas sobre indicadores associados

Este relatório também apresenta outros indicadores de desenvolvimento humano. Estes provêm de várias fontes, incluindo as séries dos inquéritos indonésios SUSENAS e o inquérito às famílias de Timor Leste 2001 (para indicadores de educação, saúde, fertilidade, planeamento familiar, habitação e condições de vida, pobreza e consumo), o censo à população indonésio de 1990 e o os inquéritos intercensos SUPAS de 1985 e 1995 (para estatísticas demográficas e de mão-de-obra), as Estatísticas Anuais da Indonésia em 1996 e 1999 (para estatísticas agrícolas), a declaração do FMI sobre a Reunião de Doadores em Timor Leste em Oslo (Dezembro de 2001) e o relatório BPS-Estatísticas Indonésias sobre "Rendimentos Regionais a Nível Distrital, 1993-1998" (para indicadores económicos). Quando se fizerem comparações ao longo do tempo é importante ter em atenção esta variedade de fontes.

Também é muito limitado o facto dos inquéritos às famílias de Timor Leste para 2001 apenas cobrir 1.800 famílias e 9.113 indivíduos—uma amostra muito menor do que a utilizada em inquéritos anteriores em Timor Leste durante a administração Indonésia. O inquérito SUSENAS de 1999, por exemplo, cobre 5.314 famílias e 24.698 indivíduos—uma amostra quase três vezes maior do que a dos inquéritos às famílias de Timor Leste para 2001. Esta discrepância na amostra irá obviamente afectar a comparabilidade entre as duas fontes.

Esperança de vida e mortalidade

Os indicadores para a esperança de vida à nascença e mortalidade foram calculadas utilizando um método indirecto. Isto aplica-se à taxa de mortalidade infantil (IMR), taxa de mortalidade das crianças (CMR), a taxa de mortalidade para crianças com menos de cinco anos (U5MR), e a probabilidade de à nascença não se sobreviver na idade dos 40-60 anos.

O primeiro passo foi integrar dados sobre o número de nados vivos e o número de crianças que sobreviveram de acordo com os escalões etários no programa Mortpak produzido pelo Instituto de População Leste-Oeste, Honolulu, Hawai. Os dados provêm do censo indonésio da população, do inquérito intercenso Indonésio de 1995, dados do SUSENAS de 1993 e 1999 e os inquéritos às famílias de Timor Leste em 2001.

Os resultados deste procedimento produziram indicadores da taxa de mortalidade infantil, a probabilidade de morrer entre as idades de 1 e 5 anos e a esperança de vida à nascença por grupos etários de mulheres. Estes indicadores são fornecidos em dois modelos: Modelos das Nações Unidas (Equações Palloni-Heligman) e os Modelos Coale-Demeny (Equações Trussel). O primeiro modelo tem cinco variantes: América Latina, Chile, Ásia do Sul, Ásia Oriental e Geral. O segundo modelo tem quatro variantes: Oeste, Norte, Este e Sul. Tal como para a maioria dos outros países Asiáticos, o modelo escolhido e a variante para Timor Leste é o modelo para o Oeste de Coale-Demeny (Trussel).

Dado que os indicadores da esperança de vida e da mortalidade obtidos a partir destas diferentes fontes de dados geram uma tendência errática, a estimação prevista baseia-se na curva que melhor se adapta, utilizando-se uma equação de regressão.

Definições de termos estatísticos

Coeficiente de dependência: refere-se ao número de população com idade < 15anos e > 65 anos como percentagem da população trabalhadora com idade de 15–64 anos.

Consumo médio: refere-se à média do valor nominal dos gastos totais mensais das -famílias.

Consumo, mediana: refere-se ao valor central nominal dos gastos totais mensais das famílias analisadas.

Consumo, parte dos alimentos no: refere-se à média percentual de gastos em alimentação relativamente ao total dos gastos mensais das famílias.

Contribuição dos trabalhadores familiares: definido de acordo com a Classificação Internacional da Situação no Trabalho como sendo uma pessoa que trabalha sem pagamentos numa empresa económica gerida por um familiar e que faz parte do mesmo lar.

Crianças vacinadas com menos de 5 (idades 0-4), total: refere-se ao número de pessoas com idades 0-4, que receberam alguma forma de vacinação, em percentagem da população total dos 0-4 anos.

Escolaridade, número médio de anos: refere-se à média de anos de escolaridade completa da população com idades entre os 20-54 anos.

Esperança de vida à nascença: o número de anos que uma criança recém nascida pode viver se os níveis prevalecentes das taxas de mortalidade em idades específicas na altura do nascimento permanecerem inalteradas durante a vida da criança.

Estrutura de emprego por sector principal: emprego na indústria, agricultura ou serviços definido de acordo com o sistema de Classificação Internacional das Actividades Industriais (ISIC) (revisão 2 e 3). A *indústria* refere-se à mineração e exploração de pedreiras, manufacturas, construção e bens públicos (gás, água e electricidade). A *agricultura* refere-se à agricultura, caça, silvicultura e pesca. Os *serviços* referem-se às vendas por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis, transportes, armazenamento e comunicações, finanças, seguros, serviços de negócios e estatais bem como serviços comunitários, sociais e pessoais.

Famílias com chão principal de terra/bambu: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com chão principal de terra/bambu em percentagem do total de famílias.

Famílias com electricidade como luz principal: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com electricidade como principal fonte de energia em percentagem do total de famílias.

Famílias com esgotos ou fossas sépticas: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com esgotos ou fossas sépticas relativamente ao total de famílias.

Famílias com fontes de água potável canalizada/bombeada: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com fontes de água potável canalizada/bombeada relativamente ao total de famílias.

Famílias com instalações próprias de água: refere-se ao número de famílias que vive em casas com abastecimento próprio de água potável relativamente ao total de -famílias.

Famílias com instalações próprias de saneamento: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com instalações sanitárias próprias relativamente ao total de -famílias.

Famílias com menos de 10 metros quadrados de área de chão *per capita*: refere-se ao número de famílias com menos de 10 metros quadrados de área de chão *per capita* em percentagem do total de famílias.

Famílias com paredes principalmente construídas em bambu: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com paredes construídas principalmente em bambu relativamente ao total de famílias.

Famílias com quartos de banho: refere-se ao número de famílias que vivem em casas com casas de banho relativamente ao total de famílias.

Famílias com telhado principalmente construído em madeira/colmo/folhas: refere-se ao número de famílias que moram em casas cujos telhados são maioritariamente construídos de madeira/colmo/folhas relativamente ao total de famílias.

Fontes de água seguras, população que não utiliza: calculado como 100 menos a percentagem de pessoas que utilizam fon-

tes de água melhoradas. Ver *fontes de água seguras, população utilizando fontes a utilizar as seguras*.

Fontes de água seguras, população que utiliza: percentagem de pessoas com razoável acesso a um adequado sistema de acesso de água potável. Define-se um acesso razoável como a disponibilidade de se ter pelo menos 20 litros diários por pessoa provenientes de uma fonte até um quilómetro de local de utilização. As fontes seguras incluem ligações às casas, poços com bombas manuais, poços protegidos, nascentes protegidas e retenção de águas das chuvas das chuvas (não incluem vendedores, camiões cisternas, poços desprotegidos e nascentes).

Força da mão de obra, crianças 10—14 anos: refere-se à incidência de trabalho infantil, definido como o número de crianças de 10 a 14 anos que fazem parte da força de trabalho (a trabalhar ou à procura de trabalho) em percentagem do número total de população com idades entre os 10 e os 14 anos.

Força de trabalho: todos os que estão empregados, incluindo pessoas acima de uma determinada idade (este relatório utiliza 15 anos e mais) que, durante o período de referência (este relatório utiliza a semana antes do inquérito), estavam a trabalhar em empregos remunerados, com um trabalho mas não a trabalhar ou auto-empregados) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma idade específica que, durante o período de referência estavam sem trabalho, disponíveis e à procura de trabalho).

Índice de desenvolvimento humano (IDH): índice compósito medindo os resultados médios de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida decente. Para detalhes sobre a forma de construção do índice ver nota técnica 1.

Índice de desenvolvimento relacionado com o género (GDI): índice compósito medindo as melhorias médias nas três dimensões básicas captadas pelo índice de desenvolvimento humano—uma vida longa e saudável, conhecimento e padrões decentes de vida—mas ajustado de forma a medir as desigualdades entre os homens e as mulheres. Para detalhes sobre como se calcula o índice, ver nota técnica 1.

Índice de educação: um dos três índices que faz parte do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa bruta de inscrição nos ensinos primário, secundário e terciário. Para detalhes sobre a forma de cálculo do índice, ver nota técnica 1.

Índice de esperança de vida: um dos três índices que compõem Índice de Desenvolvimento Humano. Para detalhes sobre a determinação do índice, ver nota técnica 1.

Índice de Gini: mede de que forma a distribuição do rendimento (ou gastos com consumo) entre indivíduos ou famílias num país ou região se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa uma igualdade perfeita, um valor de 100 refere-se a uma desigualdade perfeita.

Índice de incidência da pobreza (*headcount index*): refere-se à proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza. Ver *linha de pobreza do rendimento*. O índice é uma das três medidas indicando mudanças no nível de pobreza entre os pobres propostas por Foster, Geer e Thorbecke (1984; a partir de agora chamados índices FGT). Os índices FGT incluem P0 (índice de incidência), P1 (índice de *gap* de pobreza) e P2 (índice de profundidade de pobreza).

Índice de pobreza humana (IDH-1) para países em desenvolvimento: índice composto medindo as carências nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano — longevidade, conhecimento e nível de vida. Para detalhes sobre a forma de construção do índice ver nota -técnica 1.

Índice de preços no consumidor (IPC) (variação): refere-se às mudanças no custo ao consumidor médio da aquisição de um cabaz de bens e serviços que podem ser fixados ou alterados em períodos de tempo específicos.

Índice de profundidade da pobreza: refere-se a uma medida de distribuição de rigor do índice, a qual é sensível às alterações da distribuição de rendimentos (ou despesas como uma aproximação dos rendimentos) entre os pobres O índice de profundidade da pobreza é um dos três índices FGT. Ver *índice de incidência da pobreza*. Esta medida satisfaz a maioria dos axiomas de bem estar, nomeadamente "axioma da monotonicidade" (com tudo o resto constante, um declínio nos rendimentos das famílias pobres deve aumentar a medi-

da de pobreza) e o "axioma de transferência" (com tudo o resto constante, uma transferência pura de rendimentos de uma família pobre para outra menos pobre deve aumentar a medida de pobreza).

Índice do *gap* de pobreza: refere-se ao *gap* médio de pobreza na população (P1), expresso como proporção da linha de pobreza. O índice de *gap* de pobreza é um dos três índices FGT. Ver *índice de incidência da pobreza*. Por exemplo, P1 = 0,028 significa que o défice agregado dos pobres relativamente à linha de pobreza, quando calculada a média de todas as famílias (pobres ou não), representa 2,8% da linha de pobreza. P1/P0 é o *gap* de pobreza média dos pobres como proporção da linha de pobreza.

Índice do PIB: um dos três índices que compõem o índice de desenvolvimento humano. Baseia-se no PIB *per capita* ($PPC)..

Linha de pobreza, população abaixo da: refere-se à percentagem de população que vive abaixo de uma linha pré determinada de pobreza estimada para Timor Leste. A linha de pobreza define-se como um nível mínimo de gastos necessários para um indivíduo satisfazer as suas necessidades, incluindo bens alimentares e não-alimentares. Este nível mínimo foi calculado, para Timor Leste, utilizando os dados sobre gastos em consumo obtidos nos Inquéritos Sócio-económicos Nacionais (Susenas) de 1993, 1996 e 1999 e do Inquérito às Famílias de Timor Leste em 2001. Os resultados das linhas de pobreza a partir destes cálculos são 23.206 rupias/*per capita*/mês em 1993, 32.742 rupias/*per capita*/mês em 1996, 78.396 rupias/*per capita*/mês em 1999 e 161.264 rupias/*per capita*/mês em 2001.

Mão de obra à procura de trabalho: refere-se à percentagem de população com idade de 15 anos e mais que estão à procura de trabalho durante uma semana antes do inquérito relativamente ao total da mão de obra com idade de 15 anos e mais.

Matrícula, Taxa bruta de : número de estudantes matriculados num determinado nível de ensino, independentemente da idade, em percentagem da população escolar com idade oficial para estar nesse nível. Ver *nível de educação*.

Matrícula, Taxa líquida: número de estudantes matriculados num nível educacional e com idade oficial para frequentar esse nível, em percentagem da população escolar com idade oficial para estar nesse nível. Ver *nível de educação*.

Média de crianças nascidas de mulheres com 35 e mais anos que nunca casaram : refere-se ao número de crianças nascidas de mulheres com 35 e mais anos que nunca casaram como percentagem da população total de mulheres com 35 e mais anos que nunca casaram.

Nascimentos acompanhados por pessoal qualificado: percentagem de partos assistidos por um médico (ou por um especialista, um não especialista ou uma pessoa com qualificações de parteiro/a que possa diagnosticar e tratar complicações obstétricas bem como partos normais), enfermeira ou parteira (pessoa que concluiu com sucesso o curso específico de parteira e está apta a dar a necessária supervisão, tratamento e aconselhamento às mulheres durante a gravidez, período de parto e pós-parto e tratar dos recém nascidos e crianças), ou parteira tradicional e qualificada (pessoa que inicialmente adquire a sua capacidade ajudando a partos ou através da aprendizagem com outras pessoas habituadas a assistir partos e que teve formação subsequente e que está agora integrado no sistema de cuidados de saúde).

Nível de educação: encontra-se categorizado como primário, secundário ou terciário de acordo com a Classificação Internacional da Educação (ISCED). A *educação primária* (nível 1 do ISCED) dá os elementos básicos da educação nas escolas primárias e elementares. A *educação secundária* (níveis 2 e 3 do ISCED) baseia-se em pelo menos quatro anos de instrução prévia no primeiro nível e dá instrução geral, especializada ou ambas na escola média, secundária, liceu, escola de formação de professores a este nível e escolas vocacionais ou técnicas. A *educação terciária* (nível 5 – 7 do ISCED) refere-se à educação em instituições como faculdades, colégios de professores e escolas profissionais de nível superior – exigindo como condição mínima de admissão evidência da frequência de um nível equivalente de conhecimento.

Peso a menos relativamente à idade, crianças com menos de cinco anos: inclui falta de peso de forma moderada ou severa, que é definida como inferior a dois desvios padrões da mediana do peso médio da população de referência.

PIB (produto interno bruto): a produção total de bens e serviços para uso final produzidos por uma economia, quer por residentes quer por não residentes, independentemente da afectação para satisfazer solicitações internas ou externas. Não inclui deduções para depreciação de capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos -naturais.

PIB *per capita* (PPC US$): ver PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra).

PNB (Produto Nacional Bruto): integra o PIB mais os rendimentos líquidos do estrangeiro, que é o rendimento dos factores (trabalho e capital)que os residentes recebem do exterior menos os pagamentos similares feitos aos não-residentes que contribuem para a economia nacional.

Pobres, número de: refere-se ao número absoluto de população que vive abaixo da linha de pobreza. Ver *linha de pobreza, população abaixo da*.

População total: refere-se à população *de facto*, o que inclui todas as pessoas actualmente presentes num dado local.

População urbana: a população, a meio do ano, vivendo nas áreas legalmente definidas como urbanas.

PPC (paridade do poder de compra): uma taxa de câmbio que tem em consideração as diferenças de preços entre os países, permitindo comparações internacionais da produção real e dos rendimentos. A taxa de PPC US$, tem o mesmo poder de compra na economia nacional que $1 tem nos Estados -Unidos.

Probabilidade à nascença de não sobreviver a uma idade específica: calculado como 1 menos a probabilidade de sobreviver a uma idade especificada para um dado grupo. Ver *probabilidade de, à nascença, sobreviver a uma idade específica*.

Probabilidade de, à nascença, sobreviver a uma idade específica: probabilidade de uma criança recém nascida sobreviver a uma idade específica, se sujeita aos padrões de mortalidade para idades específicas.

Rácio crianças–mulher: refere-se ao número de pessoas com idades compreendidas entre os 0—4 anos em percentagem do número de população feminina com idades compreendidas entre os 15 e os 45 anos.

***Rácio* de sexo**: refere-se ao *rácio* entre o número mulheres comparado com o número de homens.

Rendimentos ganhos (PPP US$), estimados (feminino e masculino): calculado com base no rácio dos salários das mulheres para trabalho não-agrícola relativamente aos salários não-agrícolas dos homens, na parte das mulheres e dos homens que integram a população economicamente activa e na população total feminina e masculina e o PIB *per capita* (PPP US$). Para detalhes sobre sesta estimativa, ver nota técnica 1.

Rendimentos ganhos, rácio estimado de mulheres relativamente aos homens: o rácio estimado do total dos rendimentos auferidos por mulheres relativamente aos auferidos por homens.

Taxa de alfabetização, adultos: a percentagem de pessoas com idades de 15 e mais que podem, na vida do dia-a-dia e compreendendo o conteúdo do que estão a fazer, ler e escrever um pequeno texto.

Taxa de analfabetização de adultos: calculada como 100 menos a taxa de alfabetização dos adultos. Ver *taxa de alfabetização de adultos*.

Taxa de crescimento anual do PIB *per capita*: taxa anual de crescimento do PIB calculado pelo método dos mínimos quadrados, calculadas a partir do PIB *per capita* a preços constantes, em unidades de moeda local.

Taxa de crescimento populacional, anual: refere-se à taxa de crescimento anual exponencial da população para o período indicado. Ver *população, total*.

Taxa de fertilidade, total: número médio de crianças que uma mulher pode gerar se as taxas de fertilidade específica para a sua -idade permanecerem inalteradas durante a sua vida.

Taxa de morbidade, crianças com menos de 5 anos (idades 0—4), mensal: refere-se ao número de pessoas com idades entre os 0-4 anos, doentes no mês anterior ao inquérito, em percentagem da população total do mesmo grupo etário.

Taxa de morbidade, total, mensal: refere-se ao número de pessoas que, por doença, interrompem as suas actividades diárias de trabalho/estudo no mês anterior ao inquérito, em percentagem da população total.

Taxa de mortalidade com menos de cinco anos: probabilidade de se morrer entre

a nascença e exactamente cinco anos de idade expresso por cada 1.000 nado-vivos.

Taxa de mortalidade infantil: a probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exacta de um ano expresso por cada 1.000 nados vivos.

Taxa de mortalidade materna registada: número anual registado de mortes de mulheres devido a gravidez por cada 100.000 nados vivos, não ajustado tendo em consideração os bem documentados problemas de falta de registo e de má classificação da causa de óbito.

Taxa de participação da mão de obra, total: refere-se à percentagem do total de mão-de-obra com idade de 15 anos e mais que estão a trabalhar/empregados ou à procura de trabalho/desempregados durante a semana anterior ao inquérito em relação ao total da população com idade de 15 anos e mais.

Taxa de repetição: refere-se ao número de estudantes (na escola primária e níveis secundários) que repetiram o mesmo nível do ano anterior em percentagem do total existentes durante o tempo do -inquérito.

Taxa de utilização de contraceptivos com métodos modernos, total: percentagem de mulheres com idades de 15–49 anos actualmente casadas e que utilizam métodos modernos de contracepção em percentagem de todas as mulheres com idades entre os 15–49 e actualmente casadas.

Taxa de visita a instalações modernas de saúde/pessoal, crianças com idade inferior a 5 (0-4 anos): refere-se ao número de pessoas com idade entre os 0-4 anos que visitam as modernas instalações médicas (hospitais, centros de saúde e clínicas) ou o pessoal (médicos ou outro pessoal especializado) durante o mês anterior ao inquérito, em percentagem da população total com idades entre os 0-4 anos.

Taxa de visita às instalações modernas de saúde/pessoal, total: refere-se ao número de pessoas que visitam as modernas instalações médicas (hospitais, centros de saúde, clínicas) ou pessoal (médicos ou outro pessoal especializado) durante o mês anterior ao inquérito em percentagem da população total.

Trabalhadores profissionais e técnicos, mulheres: mulheres que detêm posições definidas de acordo com a Classificação Internacional *Standard* das Ocupações (ISCO-88) em termos de profissionais de física, matemática, engenharia e ciências (e profissionais associados), ciência da vida e profissionais da saúde (e profissionais associados) e outras profissões e seus similares.